



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Almir de Souza

1964 - O golpe na democracia: com ênfase nas causas sociais, políticas e econômicas e na resistência armada da guerrilha rural

Florianópolis
2024

Almir de Souza

1964 - O golpe na democracia: com ênfase nas causas sociais, políticas e econômicas e na resistência armada da guerrilha rural

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharelado e Licenciatura em História

Orientador: Prof. Marcos F. F. Montysuma, Dr.

Florianópolis

2024

de Souza, Almir

1964 - O golpe na democracia: com ênfase nas causas sociais, políticas e econômicas e na resistência armada da guerrilha rural / Almir de Souza ; orientador, Marcos Fábio Freire Montysuma, 2024.

126 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,
Florianópolis, 2024.

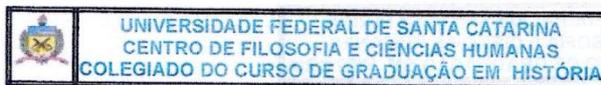
Inclui referências.

1. História. 2. História do Brasil . 3. Golpe de 1964.
4. Guerrilha Rural. I. Montysuma, Marcos Fábio Freire. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
História. III. Título.

Almir de Souza

1964 - O golpe na democracia: com ênfase nas causas sociais, políticas e econômicas e na resistência armada da guerrilha rural

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de bacharelado e licenciatura e aprovado em sua forma final pelo Curso de História



ATA DE DEFESA DE TCC

Aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, às catorze horas na sala trezentos e vinte e dois do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo Professor Marcos Fábio Freire Montysuma, Orientador e Presidente, pela Professora Roselane Neckel, Titular da Banca, e pelo Professor Francisco Afonso Nepomuceno, Suplente, designados pela Portaria nº21/2024/HST/CFH do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de argüirem o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico Almir de Souza, subordinado ao título: **"1964 – O golpe na democracia: com ênfase nas causas sociais, políticas e econômicas e na resistência armada da guerrilha rural"**. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido do Professor Marcos Fábio Freire Montysuma a nota final 8,0, da Professora Roselane Neckel a nota final 8,0 e do Professor Francisco Afonso Nepomuceno a nota final 8,0; sendo aprovado com a nota final 8,0. O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital à Coordenadoria do Curso de História até o dia dezesseis de agosto de dois mil e vinte e quatro. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 9 de agosto de 2024.

Banca Examinadora:
Prof. Marcos Fábio Freire Montysuma
Prof.a Roselane Neckel
Prof. Francisco Afonso Nepomuceno
Candidato Almir de Souza

The image shows four handwritten signatures in blue ink. From top to bottom, they correspond to Prof. Marcos Fábio Freire Montysuma, Prof. Roselane Neckel, Prof. Francisco Afonso Nepomuceno, and the candidate Almir de Souza. The signatures are written over a grid of small squares.

Florianópolis, 2024.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico Almir de Souza, matrícula n.º 20101299, entregou a versão final de seu TCC cujo título é **1964 - O golpe na democracia**: com ênfase nas causas sociais, políticas e econômicas e na resistência armada da guerrilha rural, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, SC, 15 de agosto de 2024.



Documento assinado digitalmente

Marcos Fabio Freire Montysuma

Data: 15/08/2024 17:56:34 -0300

CPF: ***.946.862-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Marcos F. F. Montysuma, Dr.
Orientador

Dedico o presente o presente Trabalho de Conclusão de Curso a meus pais Manoel e Darci, aos meus irmãos Rita e Altair, aos meus bons amigos Simão e Adriana e o agradecimento muito especial a minha esposa Jane, fontes de alegria, paciência e amor.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma, pela compreensão, paciência orientação segura e firme em todo o decorrer desta pesquisa.

“O leitor honesto e dotado de senso crítico não sente a necessidade de uma imparcialidade falaciosa que lhe apresente a taça do espírito conciliador saturada de uma boa dose de veneno, de um resíduo de ódio reacionário, mas necessita, sim, da boa fé científica, que se apoia no estudo honesto dos fatos, na demonstração das relações reais entre os fatos, na manifestação do que de racional existe no desenvolvimento deles, para exprimir suas simpatias ou antipatias, francas e não mascarada. Somente assim é possível a objetividade histórica que passe a ser suficiente, porquanto verificada e comprovada não pelas boas intenções do historiador – da qual ele dá garantia – mas pela revelação da lei íntima que rege o processo histórico.”

RESUMO

O presente trabalho tem por escopo, apresentar uma versão sobre as causas e consequências, relacionadas ao golpe civil-militar de 1964. O período a ser contextualizado abrange as décadas de 1960/70, em que ocorreram diversos acontecimentos, que merecem ser lembrados, pois afetaram profundamente a nossa sociedade, haja vista que perdemos o nosso bem maior, a liberdade de manifestação, seja no campo político, social ou trabalhista. A problematização da temática será no sentido de demonstrar, o quanto a sociedade brasileira, por meio dos diversos seguimentos sociais e políticos, participou efetivamente para a consolidação do golpe civil-militar de 1964. Assim, contextualizamos, de modo panorâmico, o envolvimento das diversas camadas da sociedade brasileira, que no início dos anos 1960, participaram efetivamente para a queda da democracia brasileira. Outrossim, vamos compreender como se deu a resistência armada ao golpe civil-militar de 1964, na formação da guerra de guerrilha rural, com abordagem em três movimentos importantes, Guerrilha do Caparaó, Guerrilha do vale da Ribeira e Guerrilha do Araguaia.

Palavras chaves: Golpe civil-militar de 1964. Participação efetiva da sociedade brasileira. Guerra de Guerrilha rural

ABSTRACT

The scope of this paper is to present a version of the causes and consequences related to the civil-military coup of 1964. The period to be contextualized covers the 1960s/70s, in which several events occurred, which deserve to be remembered, as they deeply affected our society, given that we lost our greatest good, the freedom of demonstration, whether in the political, social or labor field. The problematization of the theme will be in order to demonstrate how much the Brazilian society, through the various social and political segments, effectively participated in the consolidation of the civil-military coup of 1964. Thus, we contextualize, in a panoramic way, the involvement of the various layers of Brazilian society, which in the early 1960s, participated in the fall of Brazilian democracy. In addition, we will understand how the armed resistance to the civil-military coup of 1964 took place, in the formation of the rural guerrilla war, with an approach in three important movements, the Caparaó Guerrilla, the Ribeira Valley Guerrilla and the Araguaia Guerrilla.

Keywords: Civil-military coup of 1964. Effective participation of Brazilian society. Guerrilla and Rural Warfare

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADEP	Ação Democrática Popular
AI	Ato Institucional
BA	Bahia
CF	Constituição Federal
CIA	Agência Central de Inteligência
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
GB	Guanabara
CN	Congresso Nacional
EC	Emenda Constitucional
GO	Goiás
HC	Habeas Corpus
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IC	Igreja Católica
JK	Juscelino Kubitschek
LEC	Liga Eleitoral Católica
MAC	Movimento Anticomunista
MG	Minas Gerais
PB	Paraíba
PE	Pernambuco
PMRJ	Polícia Militar do Rio de Janeiro
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social-Democrata
PR	Paraná
QG	Quartel General
RB	Reformas de Base
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SF	Senado Federal
SP	São Paulo
STF	Supremo Tribunal Federal
STM	Superior Tribunal Militar

TFP Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade
UDN União Democrática Nacional
UNE União Nacional dos Estudantes
URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USA Estados Unidos da América

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS ACERCA DO TEMA.....	16
1.2	DA METODOLOGIA APLICADA NA PESQUISA.....	19
2	DESENVOLVIMENTO	22
2.1	CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA DA DÉCADA DE 1960.....	22
2.1.1	A pressão externa exercida pelos americanos.....	24
2.1.2	O apoio aberto do Presidente da República João Goulart aos trabalhadores.....	29
2.1.3	A questão da reforma agrária.....	32
2.1.4	A revolta dos militares de baixa patente das Forças Armadas Brasileiras (Subtenentes, Sargentos, Cabos e Soldados)	35
2.1.5	O espírito golpista do alto comando das Forças Armadas Brasileiras.....	38
2.1.6	A atuação efetiva de políticos brasileiros na preparação do golpe civil-militar de 1964.....	41
2.2	DAS AÇÕES ARBITRÁRIAS EXTRACONSTITUCIONAL E EXTRALEGAL DA DITADURA MILITAR, QUE VIOLENTARAM A DEMOCRACIA E REVOLTARAM AS FORÇAS POLÍTICAS PROGRESSISTAS.....	44
2.2.1	Da análise do texto do ato institucional nº 1.....	45
2.2.2	Da análise do texto do ato institucional nº 2.....	48
2.2.3	Da análise do texto do ato institucional nº 5.....	50
2.3	RESISTÊNCIA ARMADA NO CAMPO, AO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964.....	53
2.3.1	Guerrilha do Caparaó: o primeiro movimento guerrilheiro no período do governo da ditadura militar.....	54
2.3.1.1	<i>Surgimento, idealismo, desenvolvimento e desfecho da Guerrilha do Caparaó.....</i>	<i>55</i>

2.3.1.2	<i>Da atuação e perspectiva dos habitantes locais acerca do comunismo, por ocasião da Guerrilha do Caparaó.....</i>	61
2.3.1.3	<i>Do interesse da mídia pela Guerrilha da Caparaó.....</i>	65
2.3.1.3.1	<i>Da tomada de posição da imprensa brasileira.....</i>	65
2.3.1.3.2	<i>Dos principais destaques apontados pela mídia.....</i>	67
2.3.1.3.3	<i>Da influência e manipulação da imprensa sobre a opinião pública.....</i>	68
2.3.2	Guerrilha do Vale da Ribeira: o capitão Lamarca e a escola de formação da guerrilha rural no Brasil.....	70
2.3.2.1	<i>Delação, perseguições, torturas e assassinatos e até bombardeio aéreo, no conflito armado do Vale do Ribeira.....</i>	71
2.3.3	Guerrilha do Araguaia: a atroz aniquilação dos guerrilheiros do Pcdob, pela força de repressão.....	75
2.3.3.1	<i>Da formação, preparação e desenvolvimento da guerrilha.....</i>	77
2.3.3.2	<i>Das fases de efetivo combate, entre guerrilheiros e as forças da ditadura militar.....</i>	80
2.3.3.3	<i>Das consequências geradas pelo conflito, aos habitantes da região do Bico do Papagaio.....</i>	83
3	CONCLUSÃO	86
3.1	CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DAS PRINCIPAIS CAUSAS, QUE POSSIBILITARAM A DERRUBADA DO GOVERNO DEMOCRÁTICO DE JOÃO GOULART, E A CONSEQUENTE IMPLANTAÇÃO DO REGIME DITATORIAL.....	86
3.2	CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A UTILIZAÇÃO DOS ATOS INSTITUCIONAIS, NO PRIMEIROS ANOS DA DITADURA MILITAR.....	89
3.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DO TEMA GUERRILHA RURAL, COM ABORDAGEM EM TRÊS MOVIMENTOS GUERRILHEIRO: GUERRILHA DO CAPARAÓ; GUERRILHA DO VALE DO RIBEIRA; E GUERRILHA DO ARAGUAIA.....	90
3.2.1	Considerações finais, acerca do movimento ocorrido na Serra do Caparaó.....	90
3.2.2	Considerações finais, acerca do movimento ocorrido no vale do Ribeira.....	91

3.2.3	Considerações finais, acerca do movimento ocorrido na região do Bico do Papagaio.....	92
	REFERÊNCIAS.....	94
	APÊNDICE A – QUADRO DEMONSTRATIVO DAS INÚMERAS SANÇÕES APLICADAS PELO REGIME MILITAR.....	100
	ANEXO A – ATO INSTITUCIONAL Nº 1 – (AI-1)	101
	ANEXO B – ATO COMPLEMENTAR QUE DECRETOU A SUSPENSÃO DOS PRINCIPAIS LÍDERES POLÍTICOS OPOSITORES AO REGIME.....	104
	ANEXO C - ATO INSTITUCIONAL Nº 2 – (AI-2)	105
	ANEXO D - ATO INSTITUCIONAL Nº 5 – (AI-5)	117
	ANEXO E – MAPA MOSTRANDO AS FORÇAS MILITARES RESPONSÁVEIS PELO GOLPE E AS TROPAS DISPONIBILIZADAS PELOS AMERICANOS EM APOIO AOS GOLPISTAS.....	126
	ANEXO F – QUADRO MOSTRANDO O NÚMERO DE MORTOS, ASSASSINADOS PELA DITADURA.....	127

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS ACERCA DA PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA E DA SOCIEDADE BRASILEIRA NO GOLPE CIVIL MILITAR DE 1964

O escopo desse trabalho é compreender a participação de alguns setores da nossa sociedade e da influência externa, que foram determinantes, para que o golpe civil-militar de 31 de março de 1964, ocorresse de forma “não violenta”. Isso porque, durante a execução do golpe, não houve nenhum conflito bélico naquela data fatídica, que marcou o início de um período triste para a nossa nação. Todavia, colocamos entre aspas a expressão acima, pois a usurpação do poder pela força é uma forma violenta de agir.

Como compreendemos que não é possível produzir história, sem a problematização da temática a qual se pretende explorar. Então, num primeiro momento, vamos pontuar alguns acontecimentos do início dos anos 1960. Que facilitaram a execução do golpe por parte dos militares, e de seus “aliados”, cuja composição tinha os políticos da direita, jornalistas, religiosos, empresários, profissionais liberais. Enfim, uma gama de pessoas, representantes das diversas camadas da nossa sociedade, que possibilitaram a deflagração do golpe na democracia.

Deste modo, na subseção 2.1.1 – “A pressão externa exercida pelo governo dos Estados Unidos da América”, apresentamos o *modus operandi* dos americanos, durante o período que antecedeu o golpe civil-militar de 1964 no Brasil, tempos de interferência externa. Outrossim, apontamos que o objetivo dos Estados Unidos (USA) era a manutenção do sistema capitalista, para continuarem explorando financeiramente os países subdesenvolvidos.

Na subseção 2.1.2 abordamos o apoio aberto do Presidente da República João Goulart (Jango) aos trabalhadores no Brasil. Destacamos que a questão trabalhista no país começou a ser efetivamente discutida após a queda da República Velha em 1930, com a ascensão ao poder de Getúlio Vargas. Igualmente, trazemos à baila situações ocorridas a época, e que destaca a participação direta de Jango nos

movimentos populares, que gerou tensões com os políticos de direita e a elite econômica do país.

Na subseção 2.1.3, pontuamos a questão da reforma agrária no Brasil. Destacando esse acontecimento como um importante fator influenciador, para que a burguesia apoiasse a derrubada do governo João Goulart, pois os burgueses brasileiros tinham estreitas ligações com os latifundiários, já que grande parte de seu capital era oriundo da agricultura. No texto indicamos que a questão da reforma agrária no Brasil é um problema histórico, e que ainda hoje, é um tema muito delicado, pois a concentração de terras nas mãos de poucos é um dos principais fatores que contribuem para a desigualdade social no país.

Na subseção 2.1.4 destacamos a revolta dos militares de baixa patente das Forças Armadas Brasileiras e das Polícias Militares (PM), ou seja, os subtenentes, sargentos, cabos e soldados. Valendo a ressalva de que esses militares começaram a participar, como um grupo politicamente organizado, a partir da tentativa do golpe de 1961. No entanto, suas reivindicações se tornaram mais forte após as eleições de 1962, tendo em vista que alguns desses militares tinham sido eleitos, mas declarados inelegíveis pelo STF. Após isso, começaram a radicalizar as suas ações, pois se consideravam excluídos da política nacional.

Na subseção 2.1.5 demonstramos a índole golpista do alto comando das Forças Armadas Brasileiras. Pontuando, que desde longa data, os militares tiveram participação efetiva nas mudanças de rumo na política do país. Nesse ponto destacaremos que desde o início do governo de João Goulart, os militares dirigentes se mostravam insatisfeitos com os rumos progressista da política desenvolvida por Jango, pois ele se envolveu, desde o início, com questões voltadas para movimentos, marcadamente de esquerda.

Na subseção 2.1.6 a questão discutida é a atuação efetiva de políticos brasileiros na preparação do golpe civil-militar de 1964. Isso porque, nos mostra a história que vários políticos de direita trabalharam incansavelmente para derrubar o governo de João Goulart. Essa participação evidencia como a política brasileira estava polarizada na época e como a luta pelo poder se sobrepunha aos interesses da democracia e da sociedade brasileira como um todo.

No segundo capítulo, temos as ações praticadas pelos golpistas, que sob a forte influência dos militares “linha dura”, promulgaram Atos Institucionais (AI), que

tinham o poder de modificar a Carta Magna, sem qualquer aval dos poderes legislativo e judiciário. Na prática, os governos ditatoriais passaram a dispor de poder absoluto. A atitude dos militares em desrespeitar as normas constitucionais e infraconstitucionais, causaram bastante surpresa, principalmente para o governo dos USA e para alguns políticos que apoiaram a derrubada do governo de João Goulart.

No período compreendido entre 1964 e 1969, os governos militares promulgaram dezessete AIs, que tinham força de lei e estavam hierarquicamente acima das normas constitucionais. Vamos compreender que o escopo dessas normas eram direcionadas a reprimir qualquer tipo de oposição ao regime.

Todavia, essa temática, por si só, demandaria um TCC completo. Então, vamos fazer um recorte em três Ais: o AI-1, que foi utilizado para consolidar o golpe militar e estabelecer a ditadura no Brasil, o AI-2, que foi utilizado para reorganizar o sistema político e ampliar o controle dos militares sobre o legislativo e o judiciário; e o AI-5, que foi o mais duro e repressivo, pois concedeu amplos poderes ao executivo, bem como permitiu o fechamento do Congresso Nacional (CN), a suspensão dos direitos fundamentais, a censura à imprensa. Conforme estabeleceu o AI-5 em seus artigos 2º, 4º e 10.

Portanto, vamos compreender como os AIs foram prejudiciais para a população brasileira¹, pois resultaram num clima de medo e de restrições as liberdades individuais. Esse endurecimento levou a uma resposta bastante agressiva por parte das forças de oposição ao regime.

Por sua vez, no terceiro capítulo vamos analisar uma das consequências geradas pela forma de governar dos militares e seus aliados, que foi o surgimento da guerra de guerrilha rural, com a abordagem focada em três movimentos guerrilheiros: a Guerrilha do Caparaó; a Guerrilha do Vale do Ribeira; e a Guerrilha do Araguaia.

No tocante a guerrilha do Caparaó, vamos compreender esse movimento, sob três perspectiva: a preparação, execução e o desenvolvimento das atividades dos guerrilheiros; de que modo ocorreu a participação dos habitantes locais, e como eles visualizavam a questão do “comunismo” no Brasil. E, por fim, apresentaremos a importância da grande mídia, na cobertura do evento histórico, já que a imprensa teve

¹ No sentido de que a promulgação dos Atos Institucionais prejudicou sobremaneira os brasileiros (v. FICO, 2015, pp 61-87), onde o autor analisa a questão da violência e da repressão imposta a sociedade brasileira no período da ditadura militar.

significativa influência, para moldar o pensamento da população, principalmente naqueles menos esclarecidos politicamente, acerca desse fato histórico.

Na compreensão da Guerrilha do Vale da Ribeira, o foco será na figura de seu líder o ex-capitão do exército brasileiro, Carlos Lamarca líder da guerrilha. Outros pontos abordados visam esclarecer as diferenças existentes entre o primeiro movimento estudado e esse. Isso porque, a implantação do foco guerrilheiro no Vale do Ribeira, tinha por escopo principal a formação de combatentes guerrilheiros. As perseguições e os métodos utilizados pelas forças de repressão, também serão destacados nessa subseção.

Por fim, na compreensão acerca da Guerrilha do Araguaia, abordaremos elementos cruciais, para o esclarecimento desse lamentável fato da nossa história. Porquanto, nesse triste episódio, as forças armadas e seus apoiadores praticaram ações, que maculam a imagem do ser humano, pois: torturaram, assassinaram, decapitaram pessoas, invadiram e queimaram casas e plantações dos habitantes locais, entre outras barbáries. Outro ponto destacado é a formação e a atuação da guerrilha dos militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que com pequeno efetivo e condições materiais precárias, ousaram desafiar o poder militar dos ditadores usurpadores. E, com a esperança de conquistar o apoio da população local, objetivavam formar um grande exército popular para a implantação do regime socialista².

1.2 DA METODOLOGIA APLICADA NA PESQUISA

a) **Da finalidade da pesquisa:** quando pensamos em desenvolver a temática do golpe civil militar de 31 de março de 1964, tínhamos em mente produzir um trabalho voltado ao reavivamento de quão funesto foram as mais de duas décadas vividas no Brasil sob a forte repressão exercida pelo Estado. Essa preocupação, em trazer à baila questões da tomada do poder a força, se justifica porque, boa parte da nossa sociedade, em dias recentes, pedia a volta de um regime de exceção. Então, estamos, de certa maneira, conectando o golpe de 1964 a eventos recentes de nossa história política.

² Corroboram com essas perspectivas, diversas passagens anotadas por Maurício Grabois, líder da guerrilha do Araguaia, no diário que registrou as ideologias, o contato com a população local e as atividades desenvolvidas pelas forças guerrilheiras (v. MOURA, 1979).

Outro ponto, é compreender como a sociedade brasileira, ou pelo menos boa parte dela, teve grande influência no desencadear do golpe, seja por suas manifestações e atitudes, contrárias ao regime democrático, ou mesmo por aqueles que lutaram por seus direitos de liberdade e expressão. Que, de forma deliberada, foram tratadas pelos golpistas como ações de viés comunistas.

As guerras de guerrilhas rural, também foram acontecimentos marcantes, nos primeiros anos da ditadura militar. E, por isso, compreendemos que tais acontecimentos devem ser estudados, para demonstrar que no Brasil dos “anos de chumbo”, muitos brasileiros sacrificaram suas vidas, em busca de liberdades democráticas, perdidas por ocasião do golpe civil-militar de 31 de março de 1964.

b) Da abordagem dos dados da pesquisa: a nossa pesquisa possui características descritivas, quando fizemos a análise historiográfica sobre o golpe de 31 de março de 1964 e a ditadura militar (1964-1985). Isso porque, objetivamos analisar, historicamente, os fatos ocorridos à época desse período, envolvendo diversos seguimentos de nossa sociedade. Outrossim, buscamos, por meio da compreensão, de acontecimentos específicos, determinar as causas e as consequências da temática em tela. Enfim, buscamos expor mais uma perspectiva sobre aquele momento histórico.

Todavia, a nosso ver, também há características de uma pesquisa explicativa. Pois que, ao registrarmos e analisarmos as causas e uma das consequências, do golpe de 31 de março de 1964, estamos interpretando qualitativamente os fatos históricos e objetivando conectar as causas e efeitos. A busca dos “porquês” da eclosão no golpe a democracia de 1964, caracteriza o escopo de identificar e compreender os fenômenos motivadores do evento em discussão no trabalho.

c) Dos procedimentos técnicos da pesquisa: a prática, desenvolvida no trabalho, se baseou na pesquisa bibliográfica e na pesquisa documental. Na primeira, buscamos reunir livros, artigos, publicações em revistas especializadas, trabalhos de conclusão de cursos, dissertações, teses, publicações em sites e blogs, entre outros meios disponíveis. No tocante a pesquisa documental, tivemos acesso, de forma indireta, a diversos documentos produzidos à época do evento em discussão. Entre os quais podemos destacar os documentos produzidos pelo governo dos USA e pela

Central de Inteligência Americana (CIA), em que se comprova a participação externa e a intensa movimentação política da direita brasileira³. Ainda sobre o acesso a fontes documentais, acessamos, também de forma indireta, aos documentos produzidos pelos militares brasileiros, que demonstram como foi o *modus operandi* do regime militar, nas questões relativas ao tratamento dispensado aos opositores do regime⁴.

Por fim, faz-se necessário dizer que na atualidade a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental estão bastante acessível ao pesquisador. Isso ocorre em razão da rede mundial de computadores (Internet), que oferece muitas possibilidades de escolha, quer seja quantitativa ou qualitativa⁵.

³ Acerca da documentação relativa ao golpe de 1964, produzidos pelo governo americano e sua central de inteligência, consultamos as obras CORREA, 1977 e PARKER, 1977, cujos autores acessaram diversos documentos originais arquivados nos USA.

⁴ Na rede mundial de computadores se encontram disponível, para consulta e estudo, vários sites em que estão digitalizados documentos oficiais, que corroboram com as afirmações de que o Estado brasileiro, durante o período da ditadura, desrespeitou regras de direitos humanos. As principais ações praticadas, se deram nas operações deflagradas contra as forças guerrilheiras. Como nesse trabalho o escopo é compreender as guerrilhas rurais, indicamos os sites abaixo, para a consulta sobre o tema em tela. <https://documentosrevelados.com.br/guerrilha-do-vale-da-ribeira-1850-paginas-com-documentos-da-procuradoria-militar-dos-advogados-depoimentos-dos-moradores-mapas-e-fotos-do-local-das-operacoes/>. e <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/todos-volume-1/658-documentos-sobre-a-guerrilha-do-araguaia.html>.

⁵ A título de exemplo, para essa pesquisa utilizamos os seguintes sites, os quais indicamos: CAMARGO, A. *Ligas Camponesa*. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. Atlas Histórico do Brasil. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/7794#:~:text=As%20ligas%20camponesas%20foram%20associações,de%20João%20Goulart%20em%201964>. Acesso em 15 set. 2023.

CASTRO, M. *Diário de Maurício Grabois*. Blog do Paulo Fonteles Filho, 27 mar. 2011. Disponível em: [Diário de Maurício Grabois | Blog do Paulo Fonteles Filho](http://diario-de-mauricio-grabois.blogspot.com/). Acesso em: 10 set. 2023.

DOMINGUES, J. E. (31 de mar. de 2019). *Fonte: Ensaios e Notas - Cultura Geral*. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/s21/wp-content/uploads/2019/03/comicio-da-central-do-brasil-o-ultimo-ato-popular-de-joao-goulart-1.pdf>. Acesso em 28 ago. 2023.

FILHO, J. R. M. *O 1º de abril - Um presidente deposto e outro conduzido ao poder por homens armados marcam o início da Revolução 'Democrática' de 1964. Entenda os eventos que levaram à instauração da ditadura civil-militar no Brasil*

- In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, ano 7, n. 83, agosto 2012. Disponível em: <http://revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-1-de-abril>. Acesso em 28 ago. 2023.

FONTELES, P. *O PCdoB e a guerrilha no Araguaia: a estratégia Site Vermelho - A esquerda bem-informada*. Publicado em 6 abr. 2012. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2012/04/06/o-pcdob-e-a-guerrilha-no-araguaia-a-estrategia/>. Acesso em: 6 jul. 2024.

LIMA, S. *STF nunca foi fechado, mas teve ministros cassados pela ditadura militar*. Site Estadão, publicado em 11 mar. 2021. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/stf-nunca-foi-fechado-mas-teve-ministros-cassados-pela-ditadura-militar/>. Acesso em: 27 set 2023.

LAMARÃO, S. *Revolta dos Sargentos*. Site Atlas FGV-CPDOC. In: | Atlas Histórico do Brasil - FGV. Acesso em: 1 jun. 2024.

LUNGARETTI, C. *1970, a guerra no vale do Ribeira*. In: Diálogos do Sul Global, publicado em 8 de agosto de 2016. Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/1970-a-guerra-no-vale-do-ribeira/>. Acesso em 01 jun 2024.

1 DESENVOLVIMENTO

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA DA DÉCADA DE 1960

Nesse capítulo, vamos apresentar uma compreensão sobre as principais causas, que levaram os militares, com o apoio de boa parte dos políticos da direita brasileira; de empresários; de comerciantes; dos profissionais liberais; da Igreja Católica; do sistema S (SESI, SEBRAI, SENAI, SENAC); de entidades de classe, dos órgãos de imprensa, entre outros segmentos da sociedade brasileira. Além do apoio dos USA, a praticarem o golpe na democracia em 31 de março de 1964.

Corroborar com a nossa perspectiva, de que o golpe, além do apoio externo, teve a participação de diversos seguimentos da sociedade civil brasileira. E, portanto, deve se designar o movimento como golpe civil-militar, nesse sentido FERREIRA (2012), indica os grupos que conspiravam para o golpe:

Jango percebeu que não eram grupos civis e militares minoritários que tentavam golpear as instituições, como ocorrera em episódios anteriores. Era um movimento conjunto das Forças Armadas com apoio de empresários, de amplos setores das classes médias e dos meios de comunicação. O movimento ainda contava com os governadores da Guanabara, de Minas Gerais, de São Paulo e do Rio Grande do Sul, com suas polícias civis e militares. No Congresso Nacional, grande parte dos parlamentares deu aval ao golpe. O Supremo Tribunal Federal calou-se diante da crise política. Além disso, o movimento golpista tinha o apoio do governo norte americano.⁶

Isso posto, selecionamos seis eventos importantes, que, a nosso ver, foram as principais causas para o desencadear dos trágicos momentos vividos nos anos 1960 e décadas seguintes. Fatos esses que não devem ser esquecidos, haja vista que o golpe civil-militar de 31 de março de 1964, que perdurou por mais de duas décadas, deixou marcas profundas que jamais serão esquecidas por nossa sociedade, principalmente, por aquelas pessoas que tiveram parentes e amigos, torturados e mortos. Assim, sempre que possível, devemos rememorar esses acontecimentos, porque reviver aquele triste período significa prestar uma homenagem àqueles que lutaram, sofreram e morreram por dias melhores para a nossa nação. A ordem dos acontecimentos abaixo, não representa qualquer grau de importância de uns sobre outros:

⁶ FERREIRA, 2012, p.4. Apud ALMEIDA, 2013, p. 3

1) Pressão externa exercida pelos USA, devido ao governo de João Goulart, ser considerado de esquerda e não concordar com a invasão militar contra o regime de Fidel Castro, bem como por contrariar os interesses econômicos das empresas americanas, que exploravam financeiramente o Brasil com seus monopólios.

2) O apoio aberto do Presidente João Goulart, as reivindicações salariais dos trabalhadores urbanos, que sofriam o achatamento de seus salários havia muito tempo, principalmente em razão dos altos índices inflacionários. Esse tipo de envolvimento, apesar de Jango ter suas origens no trabalhismo, era visto como um movimento de cunho progressistas radical. E, portanto, desagradava em muito as elites dominantes.

3) A questão da reforma agrária, tema sempre muito delicado em qualquer época em nosso país. Isso porque, vai de encontro aos interesses da elite agrária. Desse modo, os grandes latifundiários passaram a conspirar contra o governo de Jango. Atuando de forma direta ou por meio de seus representantes na política, lembrando que no próprio Congresso Nacional (CN) havia muitos latifundiários.

4) A revolta dos militares subalternos (subtenentes, sargentos, cabos, soldados, marinheiros e navais). Esse foi o principal ponto, alegado pelos golpistas militares. Isso Porque, caracterizou a quebra da disciplina dentro dos quartéis, fato esse, não admitido em hipótese alguma dentro das forças armadas. Nesse sentido:

Castelo tinha razão quando ficava decepcionado com a falta de espírito militar. Não eram os melhores do Exército que estavam apoiando o Jango. O pessoal civil também era muito aproveitador. O governo Jango era fraco. A grande falha, que desencadeou o processo e colocou a instituição militar mobilizada, foi quando o Jango mexeu com os sargentos. Tanto que naquela noite do Automóvel Club nós procuramos evitar aquilo (...). Aí o Castelo disse: "Isso será a gota d'água. A imagem que os civis vão ter dessa reunião vai ser a gota d'água. A opinião pública vai ver o risco que está correndo." Como de fato foi. Naquele instante, nossa união foi para preservar a instituição. Foi também o que tirou a força dos melhores e mais importantes comandos, que estavam com Jango.⁷

5) Outro ponto, se refere a questão do espírito golpista do alto escalão das Forças Armadas brasileiras, que já tinham tentado, sem êxito, dar o golpe em 1961, por ocasião da renúncia de Jânio Quadros. E, só não conseguiram, devido à reação contrária do CN e a não concordância dos USA, que apesar de se opor a posse de João Goulart, não queriam se envolver na queda de um regime democrático.

⁷ Depoimento do General Gustavo Moraes Rego concedido a Maria Celina D'Araújo e a Gláucio Ary Dillon Soares em julho de 1992. (D'ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 2014, n.p.)

Com a renúncia de Jânio já houve o prenúncio de que alguns generais do Exército Brasileiro, eram favoráveis ao cumprimento da Constituição Federal (CF), como foi o caso do general José Machado Lopes, comandante do III Exército, cujo quartel general (QG) estava situado na cidade de Porto Alegre no Rio Grande do SUL (RS), mas tinha também a jurisdição militar sobre todas as guarnições militares do Paraná (PR) e Santa Catarina (SC). Contando, portanto, com o maior efetivo e uma das mais preparadas tropas à época. Diante de tais circunstâncias, os militares golpistas, não tiveram alternativa se não recuar. E, contrário às suas disposições, aceitaram à implantação de um sistema misto. A solução encontrada pelos setores políticos, para manter o regime democrático.

6) Por fim, mas não por isso, menos importante, em relação aos fatos anteriores elencados, temos a questão do apoio dos políticos direitistas ao golpe. Essa conjuração, teve como figuras destacadas, os governadores de três dos mais importantes estados brasileiros. Porquanto Minas Gerais (MG), São Paulo (SP) e a Guanabara (GB), Estados que representavam uma parte significativa da nossa população, bem como eram os principais centros econômico-financeiros, estavam unidos para a derrubada do governo de João Goulart.

2.1.1 A pressão externa exercida pelo governo dos Estados Unidos da América

No início dos anos 60, o mundo se encontrava no auge da “Guerra Fria”⁸, conflito “belicoso” entre americanos e soviéticos. Assim, em praticamente todos os países periféricos (países “pobres” em desenvolvimento e subdesenvolvidos) - para usar termos da época - conhecidos como Terceiro Mundo⁹, os USA e a União das

⁸ A chamada “Guerra Fria” foi uma disputa travada entre os Estados Unidos da América (USA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), pela busca da hegemonia mundial, que perdurou entre o início das décadas de 1950 até a dissolução do bloco soviético, ocorrido no fim dos anos 1980. Recebeu essa denominação em razão das duas superpotências não se envolverem diretamente no conflito, mas sim atuarem por intermédio de outros países e organizações políticas de cunho militar e paramilitar. (v. GUERRA FRIA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Guerra_Fria&oldid=68188434>. Acesso em: 27 jun. 2024.)

⁹ A expressão “países do Terceiro mundo”, servia para designar aqueles Estados que não estavam alinhados, durante a “Guerra Fria”, nem a URSS, representante maior do bloco comunista (2º mundo), nem aos USA, representante do bloco capitalista (1º mundo). A expressão foi cunhada pelo demógrafo francês Alfred Sauvy, e começou a ser utilizada no ano de 1955, por ocasião da Conferência de Bandung, na Indonésia. (v. Terceiro Mundo na Wikipédia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Terceiro_Mundo&oldid=65200943>. Acesso em: 1 jan. 2023).

Repúblicas Socialistas (URSS), disputavam ferrenhamente a conquista de outros Estados, visando ampliar os respectivos interesses a nível mundial. Os USA agiam de modo mais deliberado, frequentemente, patrocinando golpes de Estado, contra governos legalmente instituídos, como ocorreu no caso brasileiro.

No Brasil a situação não era diferente, de um lado os americanos que apoiavam a direita, representada pela burguesia e latifundiários e do outro lado os soviéticos que apoiavam os representantes da extrema esquerda. Se identificavam com o comunismo, por exemplo: o Partido Comunista Brasileiro (PCB); o Partido Socialista Brasileiro (PSB); o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)¹⁰ e as ligas camponesas¹¹. Por seu turno, a direita que se opunha ao governo de Jango, por considerá-lo de tendência comunista, tinha na União Democrática Nacional (UDN) o principal partido representante da direita brasileira, ligada ao capital liberal internacional.

Contudo, havia outras instituições atuantes que combatiam o comunismo, como por exemplo: a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), patrocinada por uma corrente da Igreja Católica, sob o nome de Opus Dei. Também havia a Liga Eleitoral Católica (LEC) eficiente instrumento anticomunista, composta por grupo de leigos católicos que atuavam principalmente no processo eleitoral e o Movimento Anticomunista (MAC), essas instituições eram influentes e representavam parcela significativa da sociedade civil, e constantemente promoviam manifestações contra o governo de Jango.

Os financiamentos estrangeiros eram efetuados por intermédio do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que era o braço legal para a entrada de capital, que financiava a sabotagem ao governo João Goulart.¹² Porém, a interferência

¹⁰ O CGT, fundado em 19 de agosto de 1962, decorrente das deliberações ocorridas no IV Congresso Nacional Sindical, realizado em São Paulo, teve importante participação política no cenário no início dos anos 1960, pois coordenou as primeiras greves de caráter político. (v. NATUSCH, 2022).

¹¹ As ligas camponesas foram um dos mais importantes movimentos sociais brasileiros, seu escopo era promover a reforma agrária. Teve no advogado, escritor e deputado federal, pelo PSB, Francisco Julião o seu principal líder. As diversas ligas camponesas, formadas principalmente nos estados do Nordeste, tiveram constante atuação na política brasileira nos anos 50 e 60. (v. CAMARGO, A. *Ligas Camponesa*. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. Atlas Histórico do Brasil. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/7794#:~:text=As%20ligas%20camponesas%20foram%20associações,de%20João%20Goulart%20em%201964>. Acesso em 15 set. 2023.)

¹² O IBAD foi uma entidade com fins político, que atuava por intermédio da Ação Democrática Popular (ADEP). O instituto foi fundado em maio de 1955, por empresários apoiadores da direita brasileira, e

americana na política interna brasileira, não foi o suficiente para barrar o avanço dos progressistas, que obtiveram significativas vitórias, entre as quais se destacaram: a eleição de Miguel Arraes para o governo de Pernambuco (PE); a expressiva votação recebida por Leonel Brizola, governador do RS, mas que concorreu ao pleito como candidato a deputado federal pela GB.

As vitórias progressistas fortaleceram as forças políticas da esquerda, que intensificaram as lutas pela reforma da CF, cujas reivindicações principais eram: a reforma agrária; a quebra dos monopólios dominados pelas empresas americanas, a reforma universitária, a reforma bancária etc. Enfim, lutavam por diversas reformas, popularmente conhecidas por Reformas de Base (RB)¹³.

Quando lançamos os olhares para a situação política, vigente à época na América Latina, é perceptível observar que os rumos que a política interna brasileira vinha tomando, ou seja, não favorecia as aspirações que os USA projetavam para a região. Isso se agravou mais ainda quando houve o bloqueio à Ilha de Cuba, em decorrência da vitória da guerrilha liderada por Fidel Castro. Que rumou para o socialismo, aliando-se com a URSS, em discurso do líder cubano, um dia antes da batalha de Girón¹⁴.

A ação intervencionista dos USA não foi muito bem-vista pela esquerda brasileira, gerando inúmeras manifestações contrárias a invasão e ao bloqueio imposto aos cubanos. O próprio Governo Brasileiro, na pessoa de João Goulart, se posicionou contra o bloqueio americano, pois compreendia que cada país tinha o direito de escolher o que achasse melhor para o seu povo.

Na tentativa de convencer o governo brasileiro a apoiar uma possível invasão a Cuba, caso não se resolvesse o problema pacificamente, o presidente americano John Kennedy escreveu uma carta ao colega brasileiro, onde expressava suas

tinha por escopo combater as forças políticas populistas e progressistas. (v. INSTITUTO BRASILEIRO DE AÇÃO DEMOCRÁTICA (IBAD). In: Fatos e Eventos. Disponível em: <https://jk.cpdoc.fgv.br/fatos-eventos/instituto-brasileiro-de-acao-democratica-ibad>. Acesso em: 16 set. 2023.).

¹³ “O programa de reformas de base previa : a reforma urbana, voltada para o planejamento do crescimento das cidades; a reforma bancária, buscando criar um sistema de financiamento das prioridades nacionais; a reforma tributária, priorizando os impostos diretos, principalmente o imposto de renda progressivo; a reforma eleitoral, concedendo o voto aos analfabetos; a reforma do estatuto do capital estrangeiro, regulando investimentos estrangeiros e remessas de lucros para o exterior; a reforma universitária, voltando o ensino e a pesquisa para o atendimento das necessidades sociais e nacionais; e a principal de todas as reformas, a agrária, tornando mais justa a distribuição de terras no país. Cf. REIS, Daniel Aarão. Dita dura militar, esquerdas e sociedade. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005, p. 24.” Apud. FERREIRA GUIMARÃES, 2007, p. 262.

¹⁴ “Invasão de Cuba, em abril de 1961, realizada por exilados anticomunistas com o apoio da CIA.” Nota de rodapé, nº 6, em BANDEIRA, 1983, p. 78

preocupações, alegando que todos os países do mundo corriam perigo da interferência soviética, caso não se tomasse uma posição enérgica, em represália a atitude tomada pelos cubanos. Para melhor compreensão do ocorrido, bem como da posição americana, trazemos à baila partes da escrita desse documento:

Meu caro senhor presidente: encaramos a necessidade e a oportunidade neste hemisfério de determinar, pela ação conjunta nos próximos dias, o que pode ser todo o futuro da humanidade sobre esta Terra. V. Exa. terá a oportunidade de constatar pela minha declaração ao povo norte-americano a natureza da grave ameaça ao hemisfério ocidental que o regime atual em Cuba permitiu à União Soviética estabelecer em território cubano. (...) Devemos responder a esta ação arrogante com uma determinação unida. Se não a União Soviética encaminhar-se à violações sempre mais flagrantes das exigências da paz Internacional e da Liberdade até chegarmos ao momento em que não teremos outra escolha do que a rendição completa ou o desencadear de um Holocausto nuclear. Devemos tomar posição hoje; o mundo inteiro nos está olhando. Assuntos sobre os quais nós no hemisfério possamos ter desacertos marginais como também divergências políticas entre os nossos povos tornam-se insignificantes diante dessa ameaça à paz. Espero que nestas circunstâncias V. Exa. sentirá que o seu país deseja unir-se ao nosso expressando os seus sentimentos ultrajados frente a este comportamento cubano e soviético, e que V. Exa. achará por bem expressar publicamente os sentimentos do seu povo (...) ¹⁵

A carta do Presidente Americano, como se observa, era extremamente prepotente e imperativa, pois praticamente determinava ao Presidente João Goulart a fazer declarações à nação brasileira. Sem respeitar a opinião do governante brasileiro, acerca do bloqueio à Cuba e da possível invasão ao território cubano. Na verdade, os USA apenas aguardavam um pretexto para invadir e derrubar o governo socialista de Fidel Castro, pois não aceitavam a derrota imposta pelos socialistas aos anticomunistas. Quando da invasão planejada e financiada pela CIA em abril de 1961, na Playa Girón.

Contudo, o Governo brasileiro não se impressionou com a carta do Presidente americano. E, continuou a se opor a invasão a ilha cubana. O Presidente brasileiro respondeu a Kennedy, afirmando que o Brasil não apoiaria a invasão à Cuba, e era contrário a qualquer tipo de interferência a soberania de outro país. Não importando, quais fossem seus regimes ou sistemas de governo.

Na minuta da resposta, que ele próprio rascunhou, Goulart ressaltou que o Brasil sempre foi claro em sua atitude, fiel a sua tradição pacifista e ao espírito cristão do seu povo admitindo: “Como legítimo o direito de Cuba de se defender de possíveis agressões, partissem de onde partissem e que visassem pela força ou pela violência a subjugar a sua soberania ou a impedir o direito de auto determinação do povo cubano”¹⁶

¹⁵ BANDEIRA, 1978, p.76-77

¹⁶ Ibid, p. 79

Após responder ao Presidente Americano, onde expôs sua oposição a qualquer ação contrária ao governo socialista de Fidel castro, Jango se ofereceu como mediador para resolver a crise dos mísseis. Essa posição, do governo brasileiro, só fez aumentar o grau de insatisfação, que as autoridades daquele País, possuíam em relação ao Governo de Goulart. Porquanto não depositavam nenhuma confiança nele, e começaram a trabalhar para a derrubada de seu governo.

Outrossim, em retaliação as posições de Goulart, os agentes dos USA promoveram ataques à pessoa do Presidente e de seus aliados políticos, com acusações de eles terem sido favorecidos pelas políticas governamentais. Denunciavam, por exemplo, que João Goulart tinha se tornado um dos maiores latifundiários durante a sua atuação na política. O que não era verdade, pois grande parte de sua fortuna fora adquirida antes de ele ter entrado na política.¹⁷ A economia brasileira também foi alvo de críticas, sob a alegação de que o Brasil se encontrava em péssimas condições, devido à má atuação do Governo de João Goulart. E, portanto, somente fariam novos empréstimos, se houvesse os devidos ajustes e estabilização da economia brasileira, ou seja, mais arrocho para as classes populares.

Desse modo, eram muitos os problemas que prejudicavam as relações entre os dois países. Outro fator que preocupava bastante o governo dos USA, era a eminente ameaça de encampação¹⁸ das concessionárias de serviço público. Isso porque, Leonel Brizola já havia desapropriado a concessionária americana que prestava serviços no RS, cuja indenização paga pelo governo gaúcho foi tida, pelos americanos, como muito baixa.

Continuando com as pressões, o presidente americano mandou seu secretário de justiça Robert Kennedy, para tentar extorquir concessões para as empresas americanas. Bem como, ameaçar o Brasil, para que não transacionasse com o bloco dos países socialista. Alertando que se o Brasil, mantivesse o crescente comércio com os países do Leste europeu, o governo de Goulart sofreria sérias sanções. Nesse sentido:

Os norte-americanos, efetivamente, não aceitavam que o Brasil transacionasse com o Bloco Socialista, sobretudo à base de Moeda-

¹⁷ Moniz Bandeira (1978), p. 82 e seguintes, esclarece que Jango, já era um dos maiores proprietários de terra e um dos homens mais ricos do Brasil, muito antes de exercer qualquer cargo político.

¹⁸ Encampação é um procedimento administrativo que o Poder Público dispõe para reaver, de forma unilateral, a outorga de determinado serviço público cedido a outrem, podendo, por exemplo, fundamentar a decisão no interesse público. O procedimento prevê a prévia indenização por parte do Poder Público. (v. FREIRE e ZOCKUN, 2021)

Convênio. Opunha-se que a União Soviética se encarregasse da construção da barragem de Itaipu, por ela projetada, bem como que a financiasse, a longo prazo, recebendo parte do pagamento em mercadorias brasileiras. E não permitiam que o Brasil comprasse petróleo à União Soviética ou helicóptero à Polônia, em troca de café.¹⁹

Não obstante, apesar de não estar nada satisfeito com a política desenvolvida pelo governo brasileiro, o presidente Kennedy não queria assumir a responsabilidade de participação na queda de um governo democrático. Porém, após a sua morte e, com a conseqüente ascensão de Lyndon Johnson à presidência dos USA, a política externa americana foi endurecida, e as intervenções na política interna dos países latino-americanos foi intensificada, e o Brasil logo sentiu esses efeitos.

Então, os americanos visando desestabilizar o governo central, utilizaram a estratégia de distribuírem verbas diretamente aos estados brasileiros comandados por políticos de direita e que se opunham politicamente a João Goulart, com destaque para os governadores: Carlos Lacerda, Ademar de Barros e Magalhães Pinto, que governavam, respectivamente, a GB, SP e MG. Ou seja, as três principais economias da federação e que faziam ferrenha oposição ao governo central. Esses empréstimos, tinham o condão de dificultar o balanço de pagamento brasileiro. E, conseqüentemente, prejudicar o governo de Goulart.²⁰

Por fim, vale pontuar que os americanos tiveram atuação destacada, junto aos militares, auxiliando e incentivando o golpe contra o governo de Jango. Esse ponto será mais bem aprofundado, quando tratarmos da índole golpista do alto escalão das Forças Armadas Brasileiras que, desde a posse de Jango, buscaram inviabilizar o seu governo.

2.1.2 O apoio aberto do Presidente da República João Goulart aos trabalhadores

A questão trabalhista no Brasil começou a ser efetivamente discutida, após a queda da República Velha em 1930, e com a conseqüente ascensão ao poder de Getúlio Vargas, pois foi a partir desse período que começou a industrialização no

¹⁹ BANDEIRA, 1978, p.85-86

²⁰ Moniz Bandeira (1978), p. 144 e seguintes, aponta em detalhes, a nova política externa desenvolvida pelo Presidente dos USA, citando a decisão do governante americano em sabotar a política de Jango.

Brasil, que até então era predominantemente rural e se praticava basicamente a monocultura do café, produto destinado a exportação.

Com o crescente aumento na demanda de mão-de-obra urbana, consequência da industrialização no país, ocorrida, principalmente, nas décadas de 1940 e 1950. Paralelamente, acontecia o fenômeno da sindicalização, isto é, a organização das massas trabalhadoras em sindicatos, para que o contingente laboral pudesse fazer suas reivindicações, aos empregadores e aos órgãos estatais competentes.

Vale pontuar, que o governo de Juscelino Kubitschek (JK), eleito pela coligação do PSD e do PTB, nas eleições de 1955, conseguiu manter, durante o seu governo, uma relativa situação de estabilidade, sendo financiado pelo capital estrangeiro e por meio de concessões às empresas multinacionais. Concessões essas, que facilitavam a formação dos monopólios e consequente controle do parque industrial brasileiro pelo capital estrangeiro. Destacando que ao capital estrangeiro somente interessava a exploração financeira, ou seja, não havia preocupação em fazer novos investimentos para gerar novos empregos, bem como não se aplicavam valores significativos na área social.

Portanto, tínhamos um cenário em que a preocupação das empresas estrangeiras, era tão somente remeter seus lucros para serem investidos em suas matrizes, causando com isso muitos problemas para a economia brasileira. No final do governo de JK, a situação já estava bem complicada para os trabalhadores, que além de sofrerem com o fantasma do desemprego tinham seus salários achatados pela inflação, pois:

A inflação, cujo ritmo se intensificara em 1959, já afetava também o consumo e comprometia a acumulação capitalista carcomendo a base dos lucros, depois de propiciar, por muitos anos o aumento da taxa de exploração do proletariado. O déficit da conta-corrente do balanço de pagamento pulou de U\$\$ 266 milhões, em 1958, para U\$\$ 410 milhões, em 1960, uma vez que as empresas estrangeiras, ultrapassando a fase da implantação, incrementaram as transferências de recursos para as suas matrizes²¹

Tais acontecimentos, como era de se esperar, dividiam as forças políticas nacionais em dois grupos distintos e antagônicos. Sendo que o grupo liderado pelo PTB e dos parlamentares progressistas, labutavam a favor da reforma agrária e da suspensão da remessa de lucros pelas empresas multinacionais ao exterior. Por sua vez, o segundo grupo liderado por políticos da UDN, partido representativo do

²¹ BANDEIRA, 1978, p. 19.

conservadorismo brasileiro, e que tinham estreitas ligações com a burguesia e o capital estrangeiro, eram a favor da liberação do câmbio e do achatamento dos salários e das restrições de crédito para controlar a infração.

Com a renúncia de Jânio Quadros, ocorrida em 25 de agosto de 1961, ou seja, a apenas sete meses após ter assumido a presidência – tudo dentro de um plano, para Jânio dar um autogolpe, que não aconteceu naquele momento. Os trabalhadores viram na assunção de João Goulart à presidência da república, como uma oportunidade de grandes transformações. Contudo, viram suas expectativas frustradas com o impedimento da posse plena de Jango, haja vista que, por exigência de setores conservadores, composto por militares e civis, foi implantado o parlamentarismo, que funcionou no Brasil entre 8 de setembro de 1961 a 24 de janeiro de 1963. Talvez, por essa frustração da classe trabalhadora, tenha sido tão grande a vitória do plebiscito, realizado em 1963, que determinou a volta do sistema presidencialista, com mais de 80% dos eleitores votando a favor.

Porém, a situação da economia brasileira se encontrava num momento muito difícil, com a inflação em patamares altíssimos, que corroíam os salários dos trabalhadores. Em consequência disso, eram constantes as greves e manifestações por melhorias salariais, essas atividades tinham o apoio dos políticos progressistas. Mas, os políticos de direita, financiados pela burguesia; pelos latifundiários e pelo capital estrangeiro, nada faziam e nem deixavam o governo de João Goulart fazer algo em prol das camadas mais pobres, haja vista que tinham a maioria no CN.

Ponto importante, é o fato de que, durante todo o período em que esteve à frente do Poder Executivo, o presidente João Goulart participou, efetivamente, de diversas manifestações em defesa dos direitos dos trabalhadores, pois entendia que as manifestações não eram contra o seu governo e sim contra a posição antagônica defendida pelo CN, que se recusava em aprovar qualquer tipo de mudança que viesse a beneficiar a classe trabalhadora.

A manifestação mais significativa, a qual João Goulart participou, e que foi decisiva, como pretexto, para impulsionar de vez os preparativos e o desencadeamento do golpe civil-militar de 31 de março, foi a manifestação de 13 de março de 1964, realizada na Central do Brasil, evento que contou com a participação de mais de 150 mil pessoas. Em seu discurso, Jango foi bastante enfático, fazendo duras críticas a seus opositores, responsabilizando-os pela situação ruim, a qual

passava o país, disse também que não ia se calar, mas sim, continuaria incentivando as lutas por conquistas sociais para os trabalhadores brasileiros.²²

Analisando o discurso de João Goulart, percebe-se nitidamente o enfrentamento que ele fazia contra os seus opositores políticos, bem como buscava o apoio das massas para se sustentar no seu cambaleante governo. Como também, acusava a direita de querer uma falsa democracia, pois aduzia que os interesses que eles defendiam era o interesse dos monopólios nacionais e internacionais. Por outro lado, afirmou no discurso que a verdadeira democracia era o que vinha fazendo o seu governo, pois compreendia e defendia as reivindicações populares e lutava por essas conquistas, que nada mais era do que o direito do povo.²³

2.1.3 A questão da reforma agrária²⁴

A reforma agrária, sem sombra de dúvidas, foi um dos principais fatores que influenciou a burguesia a apoiar a derrubada do governo João Goulart, pois os burgueses brasileiros tinham estreitas ligações com os latifundiários, e, porque grande parte de seu capital era oriundo da agricultura. Burguesia essa que também era subordinada às finanças internacionais. Nesse sentido se manifestou Moniz Bandeira (1973):

A burguesia Brasileira assim se estruturou, umbilicalmente ligado ao latifúndio e subordinada às finanças internacionais, manipulavam as transações de café principal fonte de divisas do país. O industrial e o fazendeiro eram como irmãos xifópagos. E, até o mais das vezes, se confundiram, numa só pessoa. Daí a sua incapacidade para promover a revolução agrária, ponto de partida, na Europa, do desenvolvimento capitalista²⁵

No entanto, temos que pontuar que as reivindicações, visando a reforma agrária no Brasil, já havia aumentado, sobremaneira, no governo JK. Porque foi

²² No sentido de que o discurso de Jango foi um dos fatores decisivos para o desencadear do golpe de 1964, em razão de seu radicalismo. Ver MELITO, L. *Há 50 anos, Jango defendia reformas em comício na Central do Brasil*. Portal EBC.2014. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/cidadania/2014/03/ha-50-anos-jango-defendia-reformas-em-comicio-na-central-do-brasil>. Acesso em: 3 dez. 2023.

²³ Para uma melhor compreensão do que foi dito no discurso, remetemos a leitura do documento na íntegra, que se encontra disponível in: <https://ensinarhistoria.com.br/s21/wp-content/uploads/2019/03/comicio-da-central-do-brasil-o-ultimo-ato-popular-de-joao-goulart-1.pdf>

²⁴ Para melhor compreender a situação agrária vigente no Brasil à época do golpe, bem como a história do movimento pela distribuição de terras, ver Caio Prado Jr. (1979), onde o autor analisa os diversos aspectos da questão agrária no Brasil.

²⁵ BANDEIRA, 1973, p. 189. Apud, BANDEIRA, 1978, p. 55

durante o seu governo, que ocorreram a criação das ligas camponesas²⁶ em PE. E, foi a partir desses movimentos sociais que se deu as ondas de invasões de terras, ocorridas em diversos estados brasileiros, entre os quais podemos destacar: Paraíba (PB); Bahia (BA); Goiás (GO); GB e RS. Lembrando, que essas invasões eram motivadas pelo grande aumento da miséria no campo. Situação essa devido ao avanço dos grandes proprietários rurais, sobre as massas camponesas, tendo como consequência a expansão dos latifúndios, que começaram a utilizar, em grande escala, as máquinas agrícolas e a implementação de novas tecnologia nas lavouras, o que gerava a diminuição de empregos no meio rural.

Porém, a solução do problema estava longe de ser resolvido ou mesmo equacionado, em razão da prescrição contida no artigo 141 da CF de 1946²⁷, estabelecendo que as desapropriações só poderiam ser feitas mediante indenização em dinheiro vivo, e os valores a serem pagos deveriam ser a preço de mercado. Isso posto, a solução se apresentava ainda mais difícil, em razão do CN ser de maioria conservadora e fortemente ligado a burguesia e aos grandes latifundiários.

Face o exposto, a questão da desapropriação era um ponto nevrálgico para Goulart, pois o apoio a essa causa era visto, pelos americanos, como uma tendência esquerdista do Governo brasileiro. Nesse sentido, Phyllis R. Parker (1977), aduz que:

A 1º de maio, Goulart pronunciou um discurso exigindo “reformas de base” para o Brasil e preconizando uma emenda constitucional para mudar o requisito de que os proprietários cuja terra fosse expropriada tinham de ser pagos em dinheiro. O Embaixador Lincoln Gordon interpretou o discurso de Goulart como “uma guinada para a esquerda”²⁸

Portanto, a situação do governo se apresentava cada vez mais problemática, haja vista que pouco podia fazer, pois não dispunha de dinheiro para concretizar as reformas pretendidas. E, sofria grandes pressões da esquerda, pressão essa exercida, principalmente, pelo então governador do RS, Leonel Brizola (1959-1963), que após o término do seu governo, assumiu a vaga de deputado federal pela GB, já

²⁶ Em 1955 surge a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), mais tarde chamada “Liga Camponesa da Galileia”. (para saber mais, v. verbete 7794, in: Ligas Camponesas - Atlas Histórico do Brasil – FGV CPDOC, link nas referências)

²⁷ CF/1946 - Art. 141 - A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, a segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes: (...) § 16 – É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública viva ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. (...) grifo nosso.

²⁸ PARKER, 1977, p. 42.

que nas eleições de 1962 tinha sido eleito com a maior votação daquele estado, e permaneceu enfático na sua posição pelas reformas de base.

Em seus discursos Brizola pregava a reforma agrária imediata, nem que para isso fosse necessária a utilização da força pelo governo. Incitava inclusive, o fechamento do CN e a violação da CF, porque achava que a Carta Magna era retrógrada e que defendia apenas o interesse das classes dominantes.

Ele queria que Goulart rompesse com o Congresso, assumisse de fato e de direito todos os poderes e se movesse à margem ou por cima da Constituição, para realizar as reformas de base. Com o prestígio que adquiriu ao levantar o Rio Grande do Sul contra o golpe dos três Ministros Militares de Quadros, tratou então de acossar o governo, (...). Em fevereiro 1962, perante multidões de lavradores sem terra, Brizola desapropriou duas fazendas (Sarandi e Camaquã), ao noroeste do Rio Grande do Sul, mediante o depósito de pequenas quantias, autorizadas pelo Judiciário, como se fossem a justa indenização²⁹

O radicalismo adotado por Brizola, preocupava sobremaneira os americanos que, por intermédio do embaixador Gordon, pressionava o Governo de Goulart a tomar uma posição contrária a defendida por ele. Todavia, Goulart respondeu que sua posição política não se alinhava com a de Brizola, disse, entretanto, que não faria qualquer pronunciamento público a respeito da posição defendida por seu cunhado. Nesse sentido:

Leonel Brizola pronunciara um violento discurso antiamericano naquela semana e Gordon sugeriu a Goulart que acreditava ser oportuno que o Presidente “manifestasse claramente sua opinião contrária à posição de Brizola”. Goulart respondeu que seu relacionamento familiar com Brizola “de modo algum significava ponto de vista políticos semelhantes”, mas não prometia ao Embaixador nenhuma desaprovação pública de seu cunhado.³⁰

A situação agrária era problemática em todo o país, contudo, onde a conjuntura estava ainda mais tensa, era no Nordeste brasileiro. Na PB houve confronto entre o Exército Brasileiro (EB) e os agricultores, quando protestavam contra a morte de um de seus líderes locais. Já em PE, houve saques de armazém e mercados por parte de agricultores famintos. Diante de tal situação “(...) comerciantes, latifundiários e industriais de Pernambuco reuniram-se em assembleia e solicitaram ao governo federal medidas imediatas para debelar a convulsão social reinante”³¹.

Entretanto, o governo de João Goulart não atendeu as solicitações feitas pelos latifundiários e comerciantes, mas sim aprofundou mais ainda a crise, pois convocou

²⁹ BANDEIRA, 1978, p. 55-56.

³⁰ PARKER, 1977, p.43.

³¹ BANDEIRA, 1978, p. 56.

os trabalhadores urbanos para que se unissem aos camponeses, a fim de pressionar o CN a fazer as alterações necessárias no artigo 141 da CF, que, como visto, impossibilitava qualquer ação governamental em favor dos agricultores sem-terra.

Por fim, vale pontuar que esse clima de insatisfação, por ambas as partes envolvidas, isto é, trabalhadores urbanos e rurais de um lado e os latifundiários e a burguesia do outro, prevaleceu durante todo o governo de João Goulart, que por sua vez pouco podia fazer, a não ser dar seu apoio aberto aos trabalhadores urbanos e rurais. Enquanto, por sua vez, os latifundiários, unidos à burguesia, continuaram firmes em seus propósitos, em não aceitarem qualquer tipo de mudança.

2.1.4 A revolta dos militares de baixa patente das Forças Armadas Brasileiras e das Polícias Militares (Subtenentes, Sargentos, Cabos e Soldados)

Os militares subalternos começam a participar efetivamente, como um grupo politicamente organizado, a partir da tentativa do golpe de 1961. No entanto, suas reivindicações se tornaram mais forte após as eleições de 1962, tendo em vista que alguns sargentos tinham sido eleitos, mas foram impedidos de assumir seus cargos por terem sido declarados inelegíveis pelo STF.³²

Após a derrota na Suprema Corte, os militares de baixa patente começaram a radicalizar as suas ações, pois se consideravam excluídos da política nacional. Afirmando: "(...) Se os reacionários não permitirem as reformas usaremos para realizá-las nosso instrumento de trabalho: o fuzil"³³. Essas foram as palavras do Subtenente Gelsy Rodrigues Correia, quando se manifestou a respeito da posição tomada pelo STF. Esse manifesto foi feito numa reunião na Capital Federal, para uma plateia de mais de mil militares subalternos. Em razão dessas declarações, o subtenente Gelcy foi punido com prisão de 30 dias, pelo comando do exército.

Porém, cinco meses após a reunião, que culminara com a prisão de seu principal líder na capital federal, o movimento voltou com toda a força, e mais precisamente no dia 12 de setembro de 1963, eclodia a revolta dos sargentos das três

³² No sentido de que a participação dos sargentos se fortaleceu a partir de 1961, quando da campanha da legalidade, em favor da posse de Jango. V. o verbete 6363, Revolta dos Sargentos, do site Atlas da FGV. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbeta/6363>. Acesso em: 15 nov. 2023.

³³ BANDEIRA, 1978, p. 104

forças armadas. Os revoltosos tomaram por assalto importantes centros administrativos da capital federal.³⁴

Essa atitude extremada surpreendeu, até mesmo os esquerdistas mais radicais, que consideraram a ação precipitada e feito de maneira desorganizada, pois quando os revoltosos se apoderaram da Rádio Nacional de Brasília, com o intuito de transmitirem suas reivindicações, demonstraram total incapacidade de darem continuidade ao movimento, pois “não sabiam, entretanto, que mensagem transmitiriam a nação. Nada disseram. E a subdelegação circunscreveu a Brasília. Onde o governo abafou em poucas horas, com saldo de apenas duas mortes, um civil e um militar.”³⁵

O movimento ocorrido em Brasília foi duramente criticado pelo, General Peri Bevilaqua, comandante do II Exército, com sede em SP, que classificou o acontecido como a “Intentona de Brasília”³⁶. Em sua carta esse comandante afirmou que os militares revoltosos lutavam contra aquilo que juraram defender e que eles tinham que aceitar o resultado do STF, pois ao escolher a profissão militar já eram sabedores das restrições impostas pela CF e pelos regulamentos militares.

Contraopondo as manifestações do alto comando militar, a frente parlamentar nacionalista e a União Nacional dos Estudantes (UNE), criticaram duramente a nota do comandante do II Exército e se solidarizaram com os militares revoltosos, apoiando suas reivindicações contra a inelegibilidade confirmada pelo STF.

Vale destacar que, os movimentos capitaneados pelos militares subalternos, atingiram o maior grau de radicalização no contingente da Marinha sediado no RJ, com grande participação de marinheiros e fuzileiros navais, que sob o comando do cabo Anselmo³⁷, fundaram a Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais. Entidade

³⁴ BANDEIRA, 1978, p. 120 e seguintes.

³⁵ Id, p. 122-123

³⁶ Alusão ao movimento comunista de 1935, que ficou conhecido na história como “Intentona Comunista de 35”, sendo que a palavra intentona significa: movimento louco, ação sem planejamento. Para saber mais, V. INTENTONA COMUNISTA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Intentona_Comunista&oldid=67788188>. Acesso em: 15 abr. 2024.

³⁷ Figura bastante polêmica da política dos anos 60 e 70, porque restou comprovado que se tratava de um agente duplo, pois apesar de ter sido treinado em Cuba, após a sua prisão, em 1971, pelas forças de repressão, passou a colaborar com o regime militar, denunciando muitos militantes da esquerda, que foram presos, torturados e mortos. Sua monstruosidade era profunda, tendo entregado a própria companheira, a guerrilheira paraguaia Soledad Barret. Disponível em: MOTA, U. *Cabo Anselmo em sua farsa*. In: Blog da Boitempo. São Paulo, 20 dez. 2022. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2022/12/20/cabo-anselmo-em-sua-farsa/>. Acesso em 14 set. 2023.

essa que tinha como função reivindicar e defender os direitos da categoria. O Ministério da marinha considerou a associação como ilegal e proibiu qualquer participação desses militares em manifestações. Mas, no dia 25 de março de 1964, liderados pelo cabo Anselmo, um grupo de marinheiros e fuzileiros navais compareceu à sede do sindicato dos metalúrgicos do Rio, para participarem de uma reunião comemorativa ao segundo aniversário de fundação da associação.

O ministro da Marinha, ao tomar conhecimento do fato, ordenou que um grupo da Marinha se deslocasse para a sede do sindicato dos metalúrgicos e efetuasse a prisão de todos os militares participantes da reunião. Porém, os fuzileiros navais, encarregados da prisão de seus companheiros, ao chegarem ao sindicato acabaram aderindo ao movimento, em vez de efetuar as prisões para a qual foram designados.

A manifestação em questão, recebeu o apoio do vice-almirante Cândido Aragão, por sua vez, o presidente João Goulart proibiu a entrada de forças da marinha para efetuar a prisão dos amotinados. Devido a essa atitude, tomada por Jango, chefe supremo das Forças Armadas, o Ministro da Marinha Sílvio Mota pediu sua demissão. Para ocupar o cargo o presidente Goulart teve que convidar o almirante da reserva Paulo Mário Cunha Rodrigues, haja vista que todo o almirantado da ativa, se recusou a aceitar o cargo de Ministro da Marinha, pois consideraram que o presidente tinha tirado o poder de decisão do ministério. Para agravar ainda mais a situação com os militares, Goulart seguindo orientação do seu chefe de gabinete militar general Assis Brasil, concedeu anistia para todos os militares envolvidos no episódio.³⁸

A situação era gravíssima, os agentes da CIA sabiam disso e informaram ao governo dos USA, de que a situação na Marinha havia ultrapassado a linha de controle do Governo Goulart, e caso ele não tomasse as providências necessárias contra os insurretos o governo cairia em questão de horas. Nesse sentido, temos registros oficiais da CIA, obtidos por Marcos Sá Correa (CORREA, 1977), com o seguinte teor:

Telegrama confidencial do Cônsul em Belo Horizonte para o Secretário de Estado em Washington, no dia 30 de março de 1964, às 10h55m da manhã. (...) 1. Situação extremamente grave, "com acontecimentos se acelerando a cada hora". Magalhães tem-se comunicado com outros governadores e estão todos apreensivos. Goulart, mal assessorado, está caindo num abismo do qual nunca deveria ter-se aproximado. O próximo passo cabe ao Presidente. Se ele não ceder aos apelos dos oficiais navais e se não remover os fuzileiros navais, (...) "haverá reação". 2. Indisciplina e insubordinação dos marinheiros

³⁸ Para compreender melhor essa crise militar, recomendamos a leitura de GASPARI, 2016, p. 59 e seguintes.

é intolerável. Se patente não tem significado, se os marinheiros podem substituir os Almirantes, “isso não passa de comunismo”. (...) ³⁹

Em virtude desses acontecimentos, a situação do governo, junto aos militares de alta patente, já se encontrava crítica, mesmo assim João Goulart resolveu participar de uma manifestação em sua homenagem, promovida pelos sargentos da Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMRJ), ocorrida nas instalações do Automóvel Clube do Rio. Nessa ocasião o presidente fez um discurso de improviso, no qual afirmava que os sargentos eram o elo do povo com as Forças Armadas.

“Senhores sargentos, que constituem um dos alicerces da nossa estrutura militar, a minha palavra, e meu apelo é para que os sargentos brasileiros continuem cada vez mais unidos, mais disciplinados naquela disciplina consciente, fundada no respeito recíproco entre comandantes e comandados. (...) Os sargentos jamais aceitarão sectarismos, partam de onde partirem, porque o caminho que lhes é traçado é o caminho que me foi traçado também.”⁴⁰ (original com aspas)

Outrossim, no mesmo evento, fez críticas veementes aos seus adversários políticos, os acusando de serem responsáveis por campanhas difamatórias contra seu governo e de criarem dificuldades para a elaboração da reforma da CF. Na visão militar, o fato do Presidente da República participar de qualquer atividade com militares subordinados, expressa o sentimento de quebra de hierarquia. Sob esse clima, os militares que, até então, apoiavam o presidente Goulart, solicitaram por diversas vezes, para que ele não comparecesse a homenagem, haja vista que os militares da chamada linha dura, só esperavam um pretexto banal para desencadear o golpe. Mas o mandatário ignorou a todas as recomendações de seus auxiliares. No dia seguinte eclodiu o golpe militar.

2.1.5 O espírito golpista do alto comando das Forças Armadas Brasileiras

Desde longa data, as nossas forças armadas tiveram participação efetiva, nas mudanças de rumo na política do país. Isso porque, desde os tempos do Brasil Império os militares brasileiros foram um fator preponderante nas alterações radicais da política nacional. A história nos mostra que desde 1889, com o golpe que derrubou o reinado de Dom Pedro II, e mudou a forma de governo de monarquia para república, a participação de militares do alto comando das forças armadas, foram

³⁹ CORREA, 1977, p. 71

⁴⁰ GASPARI, 2016, p.75

preponderantes para as profundas alterações ocorridas no campo político. Tendo sido, inclusive, a Proclamação da República arquitetada e consolidada pelos militares, que ocorreu tomando a figura do Marechal Deodoro da Fonseca, como o líder do movimento.

Outrossim, em 1930 os militares deram o seu apoio a Getúlio Vargas, que após perder as eleições deu o golpe de Estado, inicialmente integrando a junta governativa, que pouco depois renunciara em seu favor. E depois em 1937, quando deu o golpe no golpe, ou seja, passamos de uma democracia para a ditadura do Estado Novo, que durou 15 anos, e só caiu em 1945 quando perdeu o apoio dos militares. Haja vista que não era nada conveniente para eles continuarem apoiando uma ditadura, depois do Brasil ter combatido na Europa, contra as ditaduras de Hitler e Mussolini.

Ponto relevante, é que em 1964, quem estava comandando os altos escalões, dentro das forças armadas, eram os mesmos militares que haviam participado do movimento chamado tenentismo, que deu amplo apoio a Getúlio na tomada do poder em 1930, portanto esses militares já haviam demonstrado não serem muito adepto de uma democracia.

Desse modo, em 1961, quando o Jânio quadros renunciou, os três ministros militares visualizaram a possibilidade de um novo golpe de Estado e só não conseguiram concretizar tal evento devido à situação política vigente, não se encontrar desestabilizada como em 1964. Na obra da historiadora Phyllis R. Parker (1977), onde a autora americana relata as atividades que ligam os militares golpistas ao governo americano, temos uma afirmativa que corrobora com a perspectiva de que o alto escalão das forças armadas brasileiras, pretendiam, desde o início do governo de João Goulart, dar um golpe de Estado, pois viam nesse governo um caminho para a implantação do comunismo no Brasil. Conforme narrativa abaixo:

Foi no final e 1961 ou começo de 1962 que o Embaixador Lincoln Gordon conheceu o Almirante Sílvio Heck, um dos três ministros militares de Jânio Quadros que se opuseram ao regresso de Goulart como Presidente. (...) Depois de uma ceia informal, o almirante Heck e o embaixador conversaram. (...) O almirante contou a Gordon que Goulart era um "sujeito repugnante", um "comunista" e que "não tinha bons propósitos", e advertiu que Goulart apenas "fingia que agora estava agindo bem". Heck informou ao novo embaixador que um grande número de civis e militares estava organizando um golpe contra Goulart, atribuindo orgulhosamente a maior porcentagem de conspiradores à Marinha. Heck contou ainda a Gordon que não estava solicitando ajuda dos EUA, mas desejava que o Embaixador fosse informado.

E acrescentou: - Qualquer dia desses, vamos entrar em ação, e espero que, quando isso acontecer, os Estados Unidos não fiquem indiferentes.⁴¹

Porém, os militares derrotados não aceitaram o fracasso na tentativa de golpe de 1961, e começaram a tramar, dentro dos próprios quartéis, a queda do presidente João Goulart. Esses militares contaram com o apoio dos colegas militares americanos e da CIA, que atuaram intensamente para a derrubada da democracia brasileira, pois “acreditavam” que João Goulart tinha tendência progressista e que pretendia implantar o regime comunista no Brasil assim como procedeu Fidel Castro em Cuba, após derrubar o governo pró-americano de Fulgêncio Batista.

Podemos considerar que foram formados dois grupos de conspiradores. O primeiro, de característica mais intelectualizada, era formada por generais e contava com o apoio de empresários e políticos. O segundo, era composto por militares que tinham ligação direta com a tropa, era formado principalmente por oficiais de baixa ou média patente. Esse último grupo não era tão homogêneo quanto o primeiro. Todavia, em nenhum dos grupos existia uma liderança firme que pudesse agregar as forças armadas em torno de seu nome, nesse sentido:

Comum é o fato de que todos teriam passado grande parte da conspiração à procura de líderes. O processo conspiratório levou o grupo *troupiér* a fixar-se em torno do general Costa e Silva, então chefe do Departamento de Produção e Obras, enquanto o grupo mais “intelectualizado” só pouco antes do golpe conseguiu cooptar o general Castelo Branco, então chefe do Estado-Maior do Exército e de índole legalista. Há unanimidade quanto à resistência de Castelo Branco em aderir aos planos conspiratórios.⁴²

Cabe ressaltar que esses dois grupos, apesar de terem os mesmos objetivos, isto é, a derrubada do governo João Goulart, pouco conspiravam, entre si. Mesmo os líderes, não tinham total conhecimento, tampouco controle sobre todo o grupo, tanto é que ambos foram surpreendidos quando do desencadeamento do golpe de 31 de março de 1964, efetuado pelos generais Olímpio Mourão filho e Carlos Luís Guedes, que partiram com suas tropas em direção ao RJ. No sentido de que não havia uma liderança coordenada:

Respeitado no Exército, Castello Branco sabia que, sem o apoio da maioria dos oficiais, o movimento anti-Goulart fracassaria. No campo civil, as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” tinham feito seu papel, permitindo dizer que o povo brasileiro chamava as Forças Armadas para salvar o país do comunismo.

Na manhã de 31 de março, o general recebeu com irritação a notícia de que a ala mineira da rebelião resolvera precipitar os acontecimentos. Carlos Luiz Guedes, comandante da Infantaria Divisionária 4, e Olympio Mourão Filho,

⁴¹ PARKER, 1977, p. 26

⁴² D'ARAÚJO, SOARES et CASTRO, 2014. n.p.

chefe da 4ª Divisão de Infantaria, de Juiz de Fora, agiam em acordo com o governador Magalhães Pinto. Por volta das 7 horas da manhã do dia 31 de março, o general Castello Branco ligou para Magalhães pedindo que convencesse Mourão a não deslocar seus homens para o Rio de Janeiro. Não obteve sucesso. Batizada de “Coluna Tiradentes”, a tropa saiu de Juiz de Fora à tarde, sob o comando do general Antônio Carlos Muricy, atingindo a divisa com o Rio de Janeiro no final do dia.⁴³

Os conspiradores moderados (os intelectuais) tinham como objetivo derrubar o governo João Goulart e numa rápida transição devolver o comando do país a um presidente eleito pelo povo. Essa concepção, de ocupar o poder transitoriamente, levou esse grupo a optar pelo comando do general Castelo Branco⁴⁴, que possuía ímpeto legalista, e somente aceitou a liderar o golpe, depois de concluir que o desencadeamento do golpe era inevitável.

Por sua vez, os chamados linha dura, os “tropeiros”, achavam que o comando da nação deveria ficar nas mãos dos militares, pelo tempo que fosse necessário, pois acreditavam que somente sob um regime ditatorial forte é que seria resolvida a situação político-social no Brasil. Outrossim, ficou caracterizado, após o golpe de 31 de março de 1964, que nenhum dos dois grupos tinha um plano de governo e que o golpe era contra João Goulart e não a favor de um ideal.

2.1.6 A atuação efetiva de políticos brasileiros na preparação do golpe civil-militar de 1964

Ponto que não pode ficar de fora, dessa pesquisa historiográfica, é a atuação efetiva, de vários políticos de direita, que trabalharam, incansavelmente, para derrubar o Governo de João Goulart. Entre os quais se destacam os governadores dos estados de MG; SP e GB, respectivamente, comandados por: Magalhães Pinto; Adhemar de Barros e Carlos Lacerda.

A participação desses políticos está explícita, por exemplo, em documentos elaborados pela embaixada americana no Brasil e pela CIA, os quais foram acessados por Marcos de Sá Correa (CORREA, 1977) e pela autora americana Phyllis R. Parker (PARKER, 1977), na Biblioteca Lyndon Johnson – Universidade do Texas, localizada

⁴³ FILHO, 2012, n.p.

⁴⁴ Utilizaremos a denominação de general, quando nos referirmos a pessoa do Castelo Branco, antes de sua assunção ao cargo de Presidente da República; e a de marechal, depois da posse, pois ao ser eleito presidente, de forma indireta pelo Congresso Nacional, em 11 de abril de 1964, em 14 do mesmo mês, foi transferido para a reserva e promovido ao posto de marechal. Vale pontuar que o direito a promoção ao posto ou graduação acima, deixou de existir nas Forças Armadas Brasileiras.

na cidade de Austin, no estado do Texas, onde se encontra vasta fonte sobre a participação efetiva de políticos brasileiros na conspiração golpista.

Portanto, tem-se a comprovação documental, do quão negativo foram as participações da elite política brasileira, para a derrubada do regime democrático e a consequente implantação de um regime ditatorial. Vale pontuar que o governador de MG, foi um dos principais articuladores do golpe, nesse sentido, temos que:

(...). Ambos são telegramas transmitidos de Minas Gerais, no mesmo dia 30 de março. Um parte do consulado em Belo Horizonte, outro da CIA. (...) O telegrama do consulado parece ser uma curiosa demonstração da prudência de um dos conspiradores mais em evidência, o então Governador de Minas Gerais, (...). Em conversa com o Cônsul, na véspera da Revolução, ele consegue não antecipar uma só informação a respeito do movimento.⁴⁵

Porém, não foram apenas essas três importantes figuras políticas que conspiraram para a derrubada de Jango, haja vista que outros governos estaduais, senadores e deputados também participaram efetivamente para impossibilitar a governança de um governo de características trabalhista e populista, pois o CN já pensava nas próximas eleições. “O Congresso, com maioria conservadora, mostrava-se disposto a bloquear os projetos de reforma e a cozinhar o surto esquerdista até o ano seguinte”.⁴⁶ Nesse sentido, ou seja, confirmam a existência de uma conjuração maior, um telegrama da CIA sobre a situação política brasileira as vésperas do golpe civil-militar (CORREA, 1977):

Telegrama da CIA sobre o Brasil, datado de 30 de março de 1964. Assunto: Plano dos conspiradores revolucionários em Minas Gerais. (...) b. O Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, reconhece agora que Goulart deve sair. O movimento tem apoio e está sendo coordenado com os Governadores de São Paulo, Guanabara, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e, possivelmente Bahia e Rio Grande do Norte. A posição de Arraes é uma interrogação. (...) ⁴⁷

A posição do governador de Pernambuco, Miguel Arraes, que se posicionou contrário ao golpe de Jango, é apresentada por João Roberto Martins Filho (2012), onde afirma o seguinte:

Surgiram boatos de que o Corpo de Fuzileiros Navais estaria se deslocando da Ilha do Governador para atacar Lacerda. As linhas telefônicas do Palácio foram cortadas, com exceção de uma, graças à qual Lacerda conseguiu se comunicar com o governador Ademar de Barros, em São Paulo, e com a UnitedPress, no exterior. O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, pronunciou-se em defesa do regime constitucional. No Paraná, seu colega Nei Braga anunciou apoio ao golpe.⁴⁸

⁴⁵ CORREA, 1977, p. 70

⁴⁶ GASPARI, 2016, p. 57.

⁴⁷ CORREA, 1977, p. 73.

⁴⁸ FILHO, 2012, n.p.

A situação de Jango, junto ao legislativo, também não era das melhores, pois mesmo a ala esquerdista, lhe negou apoio, quando o presidente demonstrou optar por medidas antidemocráticas, solicitando ao CN a decretação de estado de sítio. A decretação da medida de exceção objetivava destituir os seus principais inimigos políticos, principalmente com a deposição de Carlos Lacerda, governador da GB.⁴⁹

Desse modo, Jango se encontrava extremamente fraco politicamente, num momento que precisava muito de apoio dos deputados e senadores. Contudo, o CN, que se compunha, em sua maioria por políticos conservadores, “mostrava-se disposto a bloquear os projetos de reforma e a cozinhar o surto esquerdista até o ano seguinte”⁵⁰. Portanto, havia um clima explícito de conflito, entre o Executivo e o Legislativo, que na visão dos congressistas, se tratava de uma manobra política, por parte do Presidente da República, para se manter no poder, o que não era possível, porque não existia a possibilidade de reeleição, mas seus correligionários acreditavam numa mudança nas regras do jogo. Nesse sentido, Elio Gaspari (2014) aduz que:

Ao cultivar o choque com o Congresso, Goulart dava a impressão de que pretendia atropelar a sucessão como fizera Getúlio Vargas em 1937. Seus adeptos mais apaixonados chegavam a falar em “constituente com Jango” e a defender uma reforma política que lhe permitisse disputar a reeleição, vedada pela Carta de 1946. Em janeiro, numa entrevista à TV Tupi Luiz Carlos prestes o mitológico secretário geral do partido comunista, anunciou o seu apoio implícito à manobra. (...) “Poderíamos concordar com a dissolução do Congresso se houvesse um governo que desse as necessárias garantias democráticas a todas as forças patrióticas e democráticas e a assegurasse eleições livres para uma Assembleia Constituinte. (...) Uma Assembleia muito mais avançada que esse Congresso, que não reflete a opinião pública do nosso país”⁵¹

Se um governo não tem o apoio dos principais executivos estaduais e nem o apoio do Congresso Nacional, a governabilidade fica inexecutável, porque não consegue ver aprovadas as leis necessárias para o bom funcionamento do país. E, como visto anteriormente, a situação do Brasil era bastante delicada, quer seja na questão econômico-financeira ou social-trabalhista. Assim, a falta de apoio político se insere, sem qualquer sombra de dúvidas, como um dos elementos principais para o desencadear do golpe civil-militar de 31 de março de 1964.

⁴⁹ No sentido de que as forças políticas de esquerda não concordaram com a radicalização pretendida por Jango, v. BANDEIRA, 1978, p. 130-133

⁵⁰ GASPARI, 2014, p. 51.

⁵¹ Ibid, p. 51-52

2.2 DAS AÇÕES ARBITRÁRIAS EXTRACONSTITUCIONAL E EXTRALEGAL DA DITADURA MILITAR, QUE VIOLENTARAM A DEMOCRACIA E REVOLTARAM AS FORÇAS POLÍTICAS PROGRESSISTAS

Visto as principais causas, que conduziram o país para a ditadura civil-militar, instaurada em 31 de março de 1964, passamos a discorrer sobre as atitudes tomadas pelos militares e que levaram a reações radicais, por parte das forças progressistas.

Uma análise mais aprofundada, daqueles momentos tristes da nossa história, indica que muitos adeptos do golpismo, tinham a convicção de que a tomada do poder pelos militares era necessária e que a democracia seria preservada. Isto é, a CF e as leis vigentes no país seriam respeitadas, bem como as eleições presidenciais, previstas para o ano de 1965, se realizariam normalmente e teríamos eleições diretas para presidente da república, conforme previsão contida no artigo 81 da Carta Magna de 1946.

Valendo pontuar, que essa também era a concepção dos americanos, que como vimos apoiavam o golpe militar, pois acreditavam que sob a liderança do general Castelo Branco a legalidade e a constitucionalidade seriam respeitadas. Nesse sentido, temos as considerações feitas pelo general americano Verno Walters, amigo do general brasileiro desde os tempos da Segunda Guerra Mundial, e que acreditava ser ele um defensor da democracia, assim se manifestou o general americano:

Atitude em relação EUA: admira e aprecia o papel desempenhado pelos Estados Unidos desde o término da Segunda Guerra Mundial como defensor da liberdade. (...) considerado um intelectual, Castelo Branco é homem de elevados ideais e ética indiscutível. Amplamente respeitado, fora e dentro das Forças Armadas. Basicamente apolítico, considera as Forças Armadas brasileiras as guardiãs da democracia. Participou de dois esforços para afastar a ameaça de ditadura: 1) foi um dos signatários do manifesto de 1954 contra Getúlio Vargas, e 2) a principal personalidade militar da Revolução que depôs Goulart.⁵²

Contudo, apesar da suposta postura legalista de Castelo Branco, quem se sobressaiu, logo de imediato, foi a narrativa da ala militar tida como “linha dura”, que objetivava assumir o poder por tempo indeterminado, pois acreditava ter a capacidade de resolver os graves problemas sociais e econômicos, pelos quais vivia o Brasil, sepultando assim qualquer possibilidade de um retorno democrático imediato.

⁵² COREEA, 1977, p. 84.

Após a tomada do poder os militares começaram a governar o país, por intermédio de Atos Institucionais (Ais); Portarias; Decretos Leis e Atos Complementares; entre outros artifícios usados para dominar, de modo tirânico, os poderes constituídos da república brasileira.

As “leis” de maior impacto foram os AIs, sendo promulgados dezessete deles, num curto período (1964-1969). Os AIs eram decretos com poder de alterar a constituição, ou seja, não sofriam qualquer limitação legislativa, pois não eram submetidos a nenhuma espécie de aprovação pelo CN. E, tinham o escopo de legitimar os atos violentos praticados pelo regime militar, bem como sua institucionalização.

Os AIs tinham poder absoluto, pois suplantavam quaisquer outras normas jurídicas, como visto até mesmo as normas constitucionais. O poder para promulgar esses atos era, inicialmente, dos comandantes das três Forças Armadas, que decretaram apenas o AI-1, posteriormente a competência passou a ser do Presidente da República, porém com a doença do segundo presidente do regime militar, Marechal Costa e Silva, a junta militar que assumiu o poder, transitoriamente, passou a decretar os AIs. No governo de Castelo Branco, foram decretados três (AI-2, AI-3 e AI-4). Já no Governo de Costa e Silva, foram decretados sete (AI-5 ao AI-11). Por fim, os ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, decretaram seis (AI-12 ao AI-17).

2.2.1 Da análise do texto do ato institucional nº 1

A perspectiva de um poder autoritário e absoluto, aparece já no primeiro AI, publicado no dia 9 de abril de 1964, que objetivou dar ares de legalidade para o golpe. Em seu preâmbulo, o documento aduz que “a revolução vitoriosa” é uma consequência da vontade de toda a nação. Os golpistas se autodeclaram o Poder Constituinte Originário⁵³, ou seja, “legalizavam” a possibilidade de a qualquer tempo

⁵³ O Poder Constituinte Originário (PCO), ocorre quando há o rompimento de um sistema jurídico, como por exemplo uma revolução ou a convocação de uma assembleia constituinte, para a elaboração de uma nova Carta Magna. Por sua vez, o Poder Constituinte Derivado (PCD) é exercido pelo Congresso Nacional, quando das alterações das normas constitucionais, por intermédio das Emendas Constitucionais (EC). Cabendo a ressalva de que o PCD encontra limitações nas cláusulas pétreas (normas constitucionais imutáveis), enquanto o PCO não encontra nenhuma limitação para elaborar uma Carta Magna. No caso dos militares golpistas de 1964, eles se intitularam o PCO, permanente, pois além de alterar a CF/46, sem qualquer participação legislativa, também alteraram a própria CF/67, por eles criada, por intermédio de Ato Constitucional, caracterizando assim uma “aberração jurídica”,

efetuarem alterações na CF e no arcabouço jurídico, de modo geral. Isso porque, as aprovações das emendas constitucionais, a partir da promulgação do AI-1, passavam a ser bem mais fácil para o governo, pois necessitavam apenas de maioria absoluta, para alterar a Carta Magna. Todavia, nem essa regra respeitaram, pois nos AIs subsequentes os militares alteraram diretamente a CF/46.

No tocante a legislação infraconstitucional, as possibilidades de alteração se tornaram bem mais fáceis para o governo militar, pois o artigo 4º do AI-1, prescreveu que o CN deveria analisar os projetos enviados pelo Presidente da República num prazo de 60 dias a contar do seu recebimento, sendo 30 dias para a Câmara dos Deputados (CD) e 30 dias para o Senado Federal (SF). Outrossim, caso os projetos não fossem apreciados, teriam suas aprovações de forma automática. Cabendo ainda, ao Presidente da República, a prerrogativa de convocar o CN, para em seção conjunta da CD e do SF, votar os seus projetos de lei, sobre qualquer matéria, no prazo de 30 dias.

Outros pontos do AI-1, que demonstrava a que os militares vinham, ou seja, tomar o poder de forma absoluta, cabendo aos poderes legislativos e judiciários, apenas concordarem com os seus atos imperativos, exemplificando temos: artigo 2º, acaba com as eleições diretas para Presidente da República, estabelecendo eleição indireta, ou seja, caberia ao CN, por maioria absoluta, eleger o chefe do executivo; artigo 5º determinou que a legislação, acerca das despesas públicas, seriam privativas do executivo, se quer cabendo emendas por parte de senadores e deputados; artigo 7º suspendeu as garantias constitucionais e legais de vitaliciedade e estabilidade, por um período de seis meses, podendo o governo, mediante investigação sumária, aplicar diversas sanções, contra servidores dos três poderes, a nível federal, estadual e municipal.

Cabendo destacar que das sanções aplicadas, não haveria discussão de mérito, por parte do judiciário, nem mesmo discutir se os atos eram convenientes ou oportunos; por fim, destacamos o artigo 10, em que se estabeleceu a possibilidade dos “comandantes em chefe”, sem as limitações constitucionais, ou seja, de forma

já que o PCO, se extingue após a promulgação da Carta Magna. Para saber mais acerca do PCO, ver MENDES, 2012, 117-133.

absoluta, suspender direitos políticos⁵⁴, por um prazo de 10 anos, caçar mandatos no âmbito federal, estadual e municipal, não sendo esses atos possíveis de apreciação pelo Poder Judiciário.

Como dito, o AI-1 foi assinado pelos Comandantes-em Chefe das três forças: Exército, Marinha e Aeronáutica. Esse Ato Institucional ditou as “regras constitucionais”, bem como afirmou que o poder estava todo concentrado no executivo, pois prescrevia. “Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação.”⁵⁵

Ademais, no tocante ao Poder Judiciário, o AI-1 enfraqueceu-o sobremaneira, haja vista que determinava que atos “políticos”, expedidos pelo executivo, não estavam sujeitos a análise do Judiciário. Contudo, para esse poder, o pior estava por vir, porquanto a ditadura militar resolveu, por intermédio do AI nº 2, alterar, significativamente, a composição da justiça, principalmente dos tribunais superiores, já que pretendia indicar magistrados, que se mostravam coniventes com seus atos antidemocrático.

Igualmente, os três chefes das forças armadas, por intermédio da Portaria nº 1, de 14 de abril de 1964, determinaram a formação de uma comissão especial para coordenar a abertura de Inquéritos Policiais Militares (IPMs), com o escopo de perseguirem os seus adversários políticos. A abrangência dessa perseguição atingiu todo o território nacional, cabendo a Comissão Geral de Investigação, a iniciativa da abertura de IPMs, que também poderiam ser abertos por determinação do Presidente da República; dos Ministros de Estados; dos Chefes de Gabinete Civil e Militar ou por representação dos dirigentes de autarquias, sociedades de economia mista, fundações e empresas públicas. A nível estadual e municipal, caberia, respectivamente, a representação dos governadores e prefeitos solicitando a instauração de IPM.

⁵⁴ Em anexo a esse trabalho, trazemos o primeiro ato do “Comando Supremo da Revolução”, de 10 de abril de 1964, no qual consta a suspensão dos direitos políticos, por um período de 10 anos, de 100 cidadãos brasileiros, encabeçando a lista estão os nomes das principais figuras políticas daquele momento, por exemplo: Luis Carlos Prestes; João Goulart; Jânio Quadros; Miguel Arrais; Darci Ribeiro. Todavia, a relação era extensiva a militares, membros do judiciário e a outros seguimentos da sociedade.

⁵⁵ ATO INSTITUCIONAL nº 1, 1964, Preâmbulo.

Esses inquiridos foram os responsáveis pela punição de milhares de brasileiros, que de um modo ou de outro se contrapunham as vontades e desejos de golpistas civis e militares, bastando qualquer suspeita de atividades, por eles consideradas como subversiva, para que os servidores públicos, civis e militares fossem punidos: com a demissão; postos em disponibilidade; aposentadoria compulsória. No caso dos militares, as punições aplicadas eram: a transferência para a reserva, a reforma⁵⁶ ou a demissão. Enfim, as punições, de modo geral, objetivavam eliminar qualquer tipo de impedimento, para a implantação de um regime autoritário e antidemocrático.

2.2.2 Da análise do texto do ato institucional nº 2

Não satisfeito com os poderes contidos no AI-1, a Ditadura militar, agora sob o comando de Castelo Branco, outorgou o AI-2, que, já em seu preâmbulo, acabava com qualquer esperança de se ter o cumprimento do regramento legal, até mesmo aquelas normas jurídicas instituídas pelo próprio regime ditatorial, decretados pelo AI-1 e outras normas decretadas pelos militares. Isso porque, a nova regra, existente no preâmbulo do AI-2, previa textualmente, que os militares podiam alterar as regras a seu bel prazer, mudando-as assim que achassem conveniente e oportuno, conforme se vê no texto da “lei”:

A autolimitação que a revolução se impôs no Ato institucional, de 9 de abril de 1964 não significa, portanto, que tendo poderes para limitar-se, se tenha negado a si mesma por essa limitação, ou se tenha despojado da carga de poder que lhe é inerente como movimento. Por isso se declarou, textualmente, que "os processos constitucionais não funcionaram para destituir o Governo que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País", mas se acrescentou, desde logo, que "destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo Governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do poder no exclusivo interesse do País".⁵⁷

⁵⁶ Os militares de carreira, segundo o seu estatuto, grosso modo, são classificados em: militares da ativa; da reserva ou reformados. Sendo importante a distinção entre militares da reserva e reformados, pois na primeira condição, os militares deixam de exercerem suas funções ativamente, porém podem ser chamados novamente para a ativa. Por sua vez, os militares reformados, ficam “desobrigados” de serem reconvidados. A reforma ocorre, normalmente, por ocasião da idade do militar e do posto ou graduação que foi transferido para a reserva, mas de forma excepcional, pode o militar ser reformado, por exemplo, em razão de ter sofrido acidente grave ou acometido de doença, que inviabilize sua permanência na ativa. Para saber mais sobre a classificação dos militares, ver. Lei 6.880/1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Disponível em: L6880 (planalto.gov.br). Acesso em: 1 dez. 2024.

⁵⁷ ATO INSTITUCIONAL nº 2, 1965, Preâmbulo.

Entre outros aspectos, o AI-2 visou alterações substanciais nos seguintes pontos da CF/46: artigo 98, caput e parágrafo único, aumentou o efetivo do STF de 11 para 16 ministros, bem como aumentou de duas para três turmas; artigo 103, caput, aumentou o efetivo do Tribunal Federal de Recursos⁵⁸; e artigo 105, que recriou a Justiça Federal, sendo que cabia ao Presidente da República nomear os juízes federais, por intermédio de uma lista quántupla, elaborada pelo STF. Bem assim, temos que o AI-2, prescreveu o fim da garantia da vitaliciedade e da inamovibilidade dos juízes, ou seja, os membros do Poder Judiciário, de qualquer das instâncias, poderiam ser demitidos; removidos; postos em disponibilidade ou aposentados.

Portanto, podemos ver que o escopo norteador do AI-2, foi controlar o judiciário em todos os níveis, pois dava ao Presidente da República amplos poderes, visando intimidar os juízes, em razão das constantes ameaças de sofrerem sanções administrativas ou mesmo serem demitidos. Ameaças que se tornaram reais, para a própria cúpula do judiciário, pois em 1969, o Presidente Artur da Costa e Silva (1967-1969), aposentou compulsoriamente três ministros do STF⁵⁹.

Outrossim, o AI-2 alterou consideravelmente a competência para o julgamento dos crimes praticados contra o Estado e contra a ordem política e social, estabelecidos na Lei nº 1.802/1953, pois em seu artigo 8º, parágrafo 1º, determinou ser da competência da Justiça Militar o processo e julgamento, dos crimes elencados naquela lei. Alterou, também, questões do foro privilegiado, haja vista que determinou a competência do Superior Tribunal Militar (STM), para julgar os governadores de estados e seus secretários, quando enquadrados na Lei 1.802/53, e aos Conselhos de Justiças (órgão da Justiça Militar), nos demais casos.

⁵⁸ Como a Carta Magna de 1988, criou o Superior Tribunal de Justiça (STJ), que pode se dizer absorveu as atribuições do Tribunal Federal de Recursos, esse órgão da justiça deixou de existir. O STJ tem por finalidade julgar, em grau de recursos (3ª instância) as lides relativas às leis federais, entre outras jurisdições como, por exemplo, julgar os governadores dos estados e do DF. (para saber mais sobre o STJ, ver artigos 102, 104 e 105, da CF/88). Disponível em: Constituição (planalto.gov.br). Acesso em: 6 nov. 2023.

⁵⁹ “O presidente Artur da Costa e Silva (1967-1969) decretou a aposentadoria compulsória de três dos 16 ministros do STF: Evandro Lins, Hermes Lima e Victor Nunes. Outros dois magistrados, Gonçalves de Oliveira e Antônio Carlos Lafayette de Andrada, abandonaram o colegiado em protesto contra as cassações.” (LIMA, 2021, n.p.)

2.2.3 Da análise do texto do ato institucional nº 5

De modo geral, pode se afirmar que, de uma forma ou de outra, os dezessetes AIs e demais meios adotados pelos militares (Atos Complementares, Decretos Lei; Portarias, IPMs; etc.), para legislar sem os limites dos outros poderes, prejudicaram em muito os brasileiros como um todo.

Todavia, historicamente temos que o Ato Institucional nº 5, o famoso AI-5, superou a todos, pois atingiu o âmago da democracia, que é a existência dos poderes legislativos: federais; estaduais e municipais em funcionamento e pleno de liberdade para legislar, dentro das suas respectivas casas. Mas, o AI-5 acabou com essas perspectivas, quando em seu artigo 2º prescreveu “O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias (sic) Legislativas e das Câmaras de Vereadores, (...) só voltando a funcionar quando convocados pelo Presidente da República”. No sentido de que a partir da promulgação do AI-5, a situação no Brasil piorou sobremaneira, pois se institucionalizou o aparato de repressão política:

Como vimos, a ditadura militar brasileira foi muito violenta desde os primeiros momentos após o golpe de 1964. Entretanto, a partir de 1968, essa violência se ampliou muito com a instituição de aparatos institucionalizados de repressão que criaram um sistema nacional de espionagem, uma polícia política, um departamento de propaganda e outro de censura política, além de um tribunal de exceção para o julgamento de pessoas supostamente implicadas em corrupção. Nesse sentido, é possível distinguir violência de repressão política: houve violência desde os primeiros momentos do regime militar, mas, a partir de 1968, a ditadura montou um verdadeiro aparato de repressão política. Alguns historiadores, inclusive, supõem que a ditadura realmente começou nesse momento, não em 1964, e outros creem que ela se encerrou não com a eleição do primeiro presidente civil, em janeiro de 1985, mas com o início da desmontagem do aparato de repressão, no final dos anos 1970.⁶⁰

Todavia, as arbitrariedades do AI-5 não pararam por aí, porquanto reestabeleceu o poder previsto no AI-1, no tocante a discricionariedade do Presidente da República em determinar, por meio de atos complementar (artigo 9º), a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão, por um período de dez anos, bem como cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais (artigo 4º). Sendo que essas medidas acarretavam, de forma simultânea, a perda da prerrogativa de foro (artigo 5º). Desse modo, qualquer cidadão cassado seria julgado na primeira instância

⁶⁰ FICO, 2015, p. 62

do judiciário, fosse qual fosse o seu cargo ou função, dentro da estrutura dos três poderes. Vale pontuar, que as regras, de modo geral, eram aplicadas as entidades da administração indireta (autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedade de economia mista).

Com a decretação do AI-5, ficaram suspensas as garantias constitucionais de vitaliciedade, inamovibilidade⁶¹ e estabilidade⁶² (artigo 6º). Ao decretar a suspensão dessas regras o Presidente da República ficou soberano no poder. Isso porque, podia interferir em todos os poderes, acabando com a harmonia e a igualdade, não existindo mais a figura conhecida como “Sistema de freios e contrapesos”⁶³

Portanto, concordamos com aqueles que compreendem que o AI-5, foi o golpe dentro do golpe, pois o governo do marechal Costa e Silva, além de reiterar os poderes do AI-1, que havia consolidado “juridicamente” a tomada do poder, ampliou sobremaneira, os poderes do chefe do executivo federal, ao decretar a possibilidade de fechar o CN e as demais casas legislativas dos estados (assembleias e câmaras municipais), bem como o poder de interferir nos executivos estaduais e municipais, suspendendo governadores e prefeitos e nomeando interventores.

Outro ponto em que houve avanço, em relação aos AIs anteriores, foi que a suspensão dos direitos e garantias individuais, que no AI-1 prescrevia certas

⁶¹ Vitaliciedade e inamovibilidade, são duas figuras jurídicas, existente no arcabouço legal brasileiro, inclusive como norma constitucional. Essas duas regras são aplicadas, de modo geral, aos juizes, *lato sensu*, e aos membros dos ministérios públicos federais e estaduais, visa garantir, em tese, que os componentes do Poder Judiciário (juizes, desembargadores e ministros) e dos ministérios públicos (promotores, procuradores de justiça e procuradores federais), possam exercer seus cargos, sem sofrerem pressão dos poderes executivos, e legislativo e do próprio judiciário. Grosso modo, essas duas figuras impedem que essas autoridades em tela, sejam removidos de seus cargos ou deles destituídos, exceto se cometerem atos ilegais, cuja pena prevê a perda do cargo em questão.

⁶² Por seu turno a estabilidade é uma figura jurídica mais ligada aos servidores públicos dos três poderes, e que possibilita aos servidores civis efetivos e os militares de carreira, adquirem, após determinado período probatório, de continuarem em seus cargos até determinada idade, a depender do cargo desempenhado. Essa condição dá aos servidores públicos e aos militares a possibilidade de permanecerem em seus cargos até a aposentadoria compulsória ou a transferência para a reserva remunerada no caso dos militares. Todavia, a demissão e o afastamento podem ocorrer, nas situações previstas em Lei, bem como no caso de processos judiciais, após a sentença transitar em julgado, isto é, não caber mais recurso, seja por decurso de prazo, ou por esgotamento de instâncias. Essa regra consta dos respectivos estatutos dos servidores públicos civis e dos militares das forças armadas, policiais militares e demais forças de segurança.

⁶³ Esse sistema prevê um equilíbrio entre os três poderes, onde a cada um deles cabe, de modo geral, executar sua tarefa sem que haja qualquer intervenção pelos demais, ou seja, cada um realiza as suas funções estatais. Então, como regra, o Poder Legislativo (Câmara e Senado Federal, assembleias legislativas e câmaras municipais) elaboram as leis; O Poder Executivo (representados pelo Presidente da República, governadores e prefeitos), faz andar a máquina administrativa estatal, seguindo as prescrições legais; e o Poder Judiciário cumpre a sua função estatal, julgando os casos em que a lei foi descumprida, dentro das diversas áreas que compõe o arcabouço jurídico, como, por exemplo: constitucional; administrativo; penal, civil, etc.

condições para a decretar o estado de sítio⁶⁴. Enquanto no AI-5, as restrições foram retiradas do texto publicado, isto é, se retirou da norma a obrigação do cumprimento de prazo limite de vigência do regime de exceção e prazo para a sua justificação, até porque, como se tornou absoluto, não haveria de submeter sua decisão a ninguém⁶⁵.

Igualmente, aumentou os seus poderes em relação a todos os poderes e níveis, haja vista que o AI-1, ao suspender as garantias constitucionais ou legais, determinou a suspensão, por seis meses, da vitaliciedade e estabilidade⁶⁶. Enquanto no AI-5, houve ampliação do número de garantias suspensas, pois incluiu mais duas: inamovibilidade e exercícios em funções por prazo certo. Outro ponto, foi que no AI-5 como não determinou prazo para a suspensão desses importantes direitos jurídicos⁶⁷.

Por fim, e com certeza o ponto mais grave da decretação de um verdadeiro regime de exceção, foi que determinou a suspensão da garantia constitucional de habeas corpus (HC), para quem fosse enquadrado nos crimes políticos, contra a segurança nacional, contra a ordem econômica e social e a economia popular. Mas, foi muito mais além, quando estabeleceu a exclusão da apreciação, pelo Poder Judiciário, de toda a aplicabilidade do AI-5.⁶⁸

Portanto, e com o apoio na interpretação dos AIs, supramencionados, podemos concluir que ficou impossível para as pessoas de bem e com espírito democrático e liberal, se manterem caladas face as contínuas e progressivas arbitrariedades perpetradas pelo regime civil-militar. Assim, fazendo uma reflexão, sobre a grave crise política que se vivenciava no Brasil, principalmente após a decretação do AI-5, que veio para acabar com o que restava de liberdade, para as manifestações sociopolítica, compreendemos a motivação de muitos jovens estudantes secundaristas e universitários, bem como de trabalhadores e políticos progressistas, para pegarem em armas contra um regime totalitário e autoritário.

⁶⁴ AI-1 - Art. 6º - O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio, ou prorrogá-lo, pelo prazo máximo de trinta (30) dias; o seu ato será submetido ao Congresso Nacional, acompanhado de justificação, dentro de quarenta e oito (48) horas. (grifo nosso).

⁶⁵ AI-5 - Art. 7º - O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio, ou prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo. (grifo do autor).

⁶⁶ AI-1 - Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade. (grifo nosso).

⁶⁷ AI-5 - Art. 6º - Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício de função por prazo certo

⁶⁸ Ver artigos 10 e 11, do AI-5, de 13 de dezembro de 1964.

De fato, a luta armada foi a única alternativa possível, haja vista a pretensão dos ditadores militares em fazer do Brasil um imenso quartel, em que se controlava tudo e todos, por intermédio de normatização impositiva e obrigatória, cabendo pouco ou quase nenhuma possibilidade de se manifestar.

2.3 DA RESISTÊNCIA ARMADA NO CAMPO, CONTRA O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964

Nesse terceiro capítulo, abordaremos determinadas consequências do golpe civil-militar de 1964, pois com as severas restrições de liberdade, impostas com a promulgação do AI-1, em que se procurou eliminar qualquer pensamento contrário à ideologia dos militares. Contudo, foi com o AI-5, que as atividades político-partidários, praticadas legalmente, ficou restritas aos políticos da direita conservadora e que se identificavam com os golpistas. Restando aos progressistas a clandestinidade. Sendo a guerra de guerrilha a principal atividade desenvolvida pela esquerda radical.

Outrossim, também merece destaque a combatividade exercida pelas classes estudantis e operárias, que mesmo tendo muitas dificuldades para se mobilizarem, em razão das cassações de seus líderes, e das proibições do exercício de mobilização das massas. Souberam resistir ao regime autoritário que perdurou durante mais de vinte anos. Essa importante mobilização social, não foi constante, nem tampouco homogênea, pois variou no tempo e no espaço.

No tocante a guerra de guerrilha urbana, temos que os movimentos armados divergiam em muito, pois havia diferentes ideologias, bem como quais táticas de combate deveriam ser utilizadas. Tivemos então, vários grupos atuando na guerra de guerrilha urbana.

Porém, como a ênfase do nosso trabalho é compreender a resistência, desenvolvida por meio da guerra de guerrilha rural. Desse modo, a resistência não-armada e a guerra de guerrilha urbana, não serão temas desse trabalho. Assim, vamos trabalhar com três movimentos de guerrilha rural, que, salvo melhor juízo, cobrem, se não todos, os principais focos de guerrilha rural que tivemos, pós golpe civil-militar de 1964, são eles: A guerrilha da Serra do Caparaó; A Guerrilha do Vale do Ribeira e a Guerrilha do Araguaia.

2.3.1 Guerrilha do Caparaó: o primeiro movimento guerrilheiro no período do governo da ditadura militar

Nessa subseção, vamos apresentar, de forma panorâmica, uma análise do movimento guerrilheiro, ocorrido no ano de 1966/67, na Serra do Caparaó, localizada entre os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Algumas particularidades, são determinantes para indicar esse movimento, tais como: o grupo era formado, basicamente, por ex-militares das forças armadas, que haviam sido excluídos, por ocasião do golpe de 31 de março de 1964; possuíam apoio tático e financeiro de um país estrangeiro (Fidel Castro, ditador cubano, fornecia o dinheiro, por intermédio de Leonel Brizola, para sustentar a preparação e execução do movimento); não houve uma preocupação em aliciar os habitantes locais, para apoiarem a causa guerrilheira. Desse modo, deixaram de observar o princípio maior da doutrina acerca da guerrilha rural, que é o apoio dos moradores das localidades⁶⁹.

As Fontes existentes, para pesquisar o movimento ocorrido na Serra do Caparaó⁷⁰, não são de fato abundantes, porém julgamos que as pesquisas realizadas para a elaboração de teses, dissertações e artigos, as quais consultamos, conduzem de maneira suficiente para a compreensão desse fato histórico. Assim, optamos por aprofundar em três questões: 1) a preparação e o idealismo dos guerrilheiros; 2) a perspectiva da população local, acerca do movimento e de seus participantes; 3) como

⁶⁹ No sentido de que os guerrilheiros da serra do Caparaó, possuíam as particularidades apontadas no texto, v. GUIMARÃES, 2006, pp. 20-49.

⁷⁰ As principais fontes que acessamos foram: **1)** GUIMARÃES, P. F. *Quando o comunismo bate à porta: a Guerrilha do Caparaó e o medo desenvolvido pela população local em relação aos guerrilheiros*. Plínio Ferreira Guimarães / Revista de História 156 (1º semestre de 2007), 261-294. Disponível em: RH_156_-_Plnio_Ferreira_Guimares.pdf (usp.br). Acesso em: 20 out. 2023.; **2)** ALMEIDA, D. L. R. *A guerrilha esquecida: memórias do Caparaó (1966-67), o primeiro foco guerrilheiro contra a ditadura militar no Brasil*. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2014. Disponível em: A guerrilha esquecida: memórias do Caparaó (1966-67), o primeiro foco guerrilheiro contra a ditadura militar no Brasil (ufes.br). Acesso em: 11 nov. 2013; **3)** SILVA, F. M. *Perspectivas da grande imprensa sobre a Guerrilha do Caparaó*. 2015. 199 f. Dissertação (Mestrado em História Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: BDTD: Perspectivas da grande imprensa sobre a Guerrilha do Caparaó (uerj.br). Acesso em 15 ago., 2024; **4)** GUIMARÃES, P. F. *Caparaó, a lembrança do medo: a memória dos moradores da região da Serra do Caparaó sobre o primeiro movimento de luta armada contra a ditadura militar – a Guerrilha de Caparaó*. Dissertação (Mestrado em História Política) - Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2006. Disponível em: Repositório Institucional - UFJF: Caparaó, a lembrança do medo: a memória dos moradores da região da Serra do Caparaó sobre o primeiro movimento de luta armada contra a ditadura militar – a Guerrilha de Caparaó. Acesso em 15 ago., 2024.

o movimento foi explorado pela mídia na época do surgimento e término do evento histórico.

No tocante as particularidades, que apresentamos acima, temos que serão discutidas nas duas subseções seguintes, pois ao detalharmos: o pensamento dos guerrilheiros e a perspectiva da população acerca do movimento, as particularidades apontadas serão esclarecidas. Isso porque, as fontes pesquisadas que embasam as nossas pesquisas, trazem em seu bojo, o pensamento daqueles que efetivamente viveram o fato histórico em comento, haja vista que foram captados dos depoimentos de ex-guerrilheiros e dos habitantes locais, que à época do movimento da guerrilha do Caparaó, foram testemunhas dos acontecimentos.

2.3.1.1 Surgimento, idealismo, desenvolvimento e desfecho da Guerrilha do Caparaó

Conforme demonstrado no capítulo 2, do presente trabalho, as providências para a “eliminação” da oposição foram imediatas. Entre, os opositores, que tiveram os direitos políticos cassados, se encontrava Leonel Brizola, figura bastante representativa e que simbolizava a resistência ao regime. O ex-governador do RS, teve participação direta no planejamento e execução do foco guerrilheiro que existiu na Serra do Caparaó, nos anos de 1966/67.

Exilado no Uruguai, Brizola coordenou e planejou ações armadas contra o regime dos militares. O território uruguaio, serviu de refúgio para diversos brasileiros perseguidos pela ditadura, pois permitia a liberdade de atuação ampla, para os diversos grupos progressistas, de diversas orientações políticas, haja vista que naquele país existia.

[...] liberdade absoluta, partidos de todos os matizes e todos legalizados (até os trotskistas e anarquistas, estigmatizados no resto do mundo, lá tinham sede, bandeiras, jornais e congêneres). E, além de tudo, muitos livros e revistas contando da utopia e da revolução. Tudo à mostra, tal qual aquelas centenas de brasileiros exilados, que enchiam os cafés da avenida 18 de Júlio ou da rua San José ou de Pocitos e sonhavam com a volta, juntos, mas não misturados, ministros do governo deposto, oficiais, deputados, porteiros de ministérios, subalternos da Armada, dirigentes sindicais. Gente do norte e do sul do Brasil contando os planos e os êxitos de uma guerrilha hipotética, para a qual já marcavam data. Inclusive a do triunfo. A capital do Uruguai era a Meca da revolução nacionalista-popular no Brasil.⁷¹

⁷¹ TAVARES, 2005, p. 197-198, apud. ALMEIDA, 2014, p.123.

Portanto, tendo em Brizola o principal expoente, para liderar àqueles que entendiam ser a luta armada o único meio de combater a ditadura, após a derrubada do governo democrático de João Goulart. Formou-se então, uma organização denominada Movimento Nacional Revolucionário (MNR), integrada por ex-militares, intelectuais e políticos, cassados pela ditadura.

Vale pontuar que o MNR tinha o apoio do líder cubano Fidel Castro, para a implantação de focos guerrilheiros em território brasileiro. Esse apoio era financeiro, e operacional, já que em Cuba funcionava campos de treinamentos de guerrilha. O apoio dos cubanos significava muito para os membros do MNR, haja vista que existia uma visão mística sobre a figura do líder cubano (v. ALMEIDA, 2014, pp126-127).

Todavia, o treinamento não se mostrou muito eficiente, principalmente no tocante a compreensão de como organizar a luta armada no campo, já que não priorizava a conquista dos habitantes locais. Na verdade, segundo os ex-guerrilheiros que foram treinados em Cuba, toda a estrutura era bastante precária. Neste sentido, disse o ex-marinheiro Amarantho Jorge Rodrigues moreira, ex-guerrilheiro da Serra do Caparaó:

Preparação militar fraca. Achei muito fraca mesmo. As aulas aqui, que a gente tinha de sobrevivência na selva, [...] se ensaiava mais. Já na ocasião, já existia muito... o Brasil oferecia muito mais, é como se Cuba tivesse acreditado em preparar pelotões assim... grupos de guerrilheiros, mais assim, baseados em gente oriunda lá de Uganda, de Honduras [...] É porque, realmente pra gente, isso aí era muito fácil, muito fraquinho isso aí. [...] Táticas de guerrilha também elementar, menções muito superficiais, muito fracas.⁷²

Não obstante, existia uma forte motivação daqueles que acreditavam na luta armada, e da conseqüente implantação do socialismo nos países periféricos (então denominado de terceiro mundo). Esse movimento era capitaneado por Cuba, que pretendia estender esse projeto para toda a América Latina, visando combater o movimento de direita liderado pelos americanos, que apoiavam a tomada do poder por ditaduras militares. Portanto, o idealismo dos militantes da esquerda era combater o capitalismo. Nas palavras do ex-guerrilheiro Capitani, que atuou na Guerrilha do Caparaó, fica bastante evidente a motivação que levou a formação de grupos armados para combater a ditadura brasileira, que representava o capitalismo.

Toda a América Latina estava convulsionada, pois os países que ainda não estavam sob ditaduras viviam o rápido encurtamento da democracia. A idéia de uma revolução latino-americana vinha de longe, desde Simon Bolívar. Era um plano Global onde cada um cuidava de seu país sob uma certa

⁷² ALMEIDA, 2014, p.130

coordenação de Che Guevara. O desencadeamento da insurreição se daria em vários pontos e num mesmo período de tempo.⁷³

A opção por desencadear o foco de guerrilha na Serra do Caparaó, somente teve o aval de Brizola, após o fracasso nas tentativas de insurreição na cidade de Porto Alegre, que era o primeiro objetivo. A escolha da Serra do Caparaó, se deu porque o local oferecia, segundo a análise dos líderes do MNR, as condições necessárias para a preparação de um núcleo de treinamento de guerrilheiros, haja vista ser de difícil acesso, o que dificultaria a atuação das forças de repressão. Além de oferecer muitos esconderijos naturais, para esconder armamento, munições e alimentos. Outro ponto considerado, foi a localização geográfica, pois a Serra do Caparaó fica em uma posição estratégica, situada entre as cidades de Vitória, capital do Espírito Santo e Belo Horizonte, capital de MG, distando respectivamente, 246 e 340 Km. Outrossim, o local escolhido era circundado por importantes rodovias, tais como: rodovias federais BR 262 e 101; e rodovias estaduais, ES 482, 489 e 165.⁷⁴

No tocante a situação dos habitantes locais, em relação ao foco de guerrilha, que é fator primordial para o sucesso ou não nas operações de guerrilha rural, o tema será aprofundado no tópico seguinte. Todavia, vale pontuar que houve total negligência dos dirigentes do MNR, pois quando da escolha do local, não se atentaram para o fator de conquista da simpatia da população local, bem como não se preocuparam em estudar as condições políticas e econômicas da região. Nesse sentido, temos que:

O local fora escolhido somente por razões técnicas, e se levássemos em conta as condições políticas, jamais poderíamos ter definido aquela área como área de guerrilha. Era uma região muito montanhosa e com boas condições geográficas e por isso era considerada como uma das áreas quentes pelas Forças Armadas. Nós tínhamos a desvantagem de não ter qualquer trabalho político na área e seria muito difícil constituí-lo porque na região não havia grandes conflitos. Economicamente estava em decadência e não possuía massas de trabalhadores. Na maioria, eram minifúndios. [...] Uma das principais condições para a viabilidade de uma frente guerrilheira numa região é a tradição de luta política ou existência de um trabalho político organizado. Uma das duas é imprescindível para garantir o apoio material e humano à guerrilha. Nenhuma existia. Só as condições geográficas eram favoráveis, mas passaram a ser secundárias, levando em conta as condições gerais.⁷⁵

⁷³ CAPITANI, 2005, p. 122. apud. ALMEIDA, 2014, p. 132.

⁷⁴ Para ter uma melhor compreensão da posição geográfica da Serra do Caparaó, v. (v. ALMEIDA, 2014, pp. 134-136).

⁷⁵ CAPITANI, 2005, p. 127. apud. ALMEIDA, 2014, p. 136-137

Como pontuado alhures, a composição do grupo operacional da guerrilha, era composto, na sua maioria, por ex-militares das forças armadas, sendo que dos dezessetes guerrilheiros que operaram em Caparaó, doze eram ex-militares que haviam sido excluídos das três Forças Armadas brasileiras (01 sub ten e cinco sgt do EB; 01 sgt, 01 cb e 03 marinheiros, da MB; e 01 sgt da FAB) e cinco eram civis.

Participaram ainda, no grupo de apoio urbano da cidade do RJ: 01 Capitão, 01 Sub Ten e 02 sgt do exército e 03 civis. No Grupo de apoio da localidade de Guaçuí, onde o grupo instalou um armazém, operavam 02 civis. Por fim, o Comando Geral da operação era constituído por: Leonel Brizola, mais 03 civis e 01 militar.⁷⁶

As armas, munições e explosivos utilizadas nos treinamentos e nas futuras operações (que não ocorreram) o Grupo MRN, fez chegar até o campo da guerrilha, por via rodoviária, desde a cidade de Porto Alegre (onde o grupo tinha um sítio que servia como esconderijo de armamento, munição e explosivos), passando pela cidade do Rio de Janeiro (onde o grupo dispunha de uma residência que abrigava uma base clandestina) e por fim chegava na Serra do Caparaó. Vale dizer que esses transportes foram feitos paulatinamente, para não causar suspeitas, bem como para não haver grandes perdas em caso de serem descobertos.⁷⁷

Ponto a ser esclarecido, acerca do planejamento e execução desse foco de guerrilha, é saber enfim, qual era o escopo da organização MNR. Isso porque, contava com efetivo reduzido, armamento, munição e explosivos em pequenas quantidades, não buscou o apoio da população para expandir os seus quadros e obter simpatia pela causa.

Temos resposta para esses questionamentos, nas declarações do ex-sargento do exército Amadeu Felipe da Luz Ferreira, que foi o comandante da Guerrilha do Caparaó. Segundo o ex-guerrilheiro, o escopo planejado era, num primeiro momento: estabelecer as bases na Serra do Caparaó; providenciar esconderijos para as armas, munições, explosivos e mantimentos, bem como realizar treinamentos e dominar a topografia do terreno. Depois de considerado todos esses aspectos, isto é grupo treinado e dominante da região, o grupo guerrilheiro partiria para a ação, executando um ataque a uma cidade próxima a Serra do Caparaó. Tal

⁷⁶ Para conferir o nome completo de todos os participantes da Guerrilha do Caparaó, bem como as atividades que cada um desenvolveu, v. ALMEIDA, 2014, p. 138 e seguintes.

⁷⁷ Para conhecer os detalhes de como foi feito o transporte, quais pessoas participaram em cada etapa da operação, v. ALMEIDA, 2014, p. 140 e seguintes.

ação visava chamar a atenção da população brasileira, sobre o momento político pelo qual estava passando o Brasil, haja vista que o ataque chamaria a atenção da grande mídia que daria ampla cobertura a luta armada.

Além de despertar a atenção da população brasileira, entendia a organização MNR, que uma ação armada, de grande impacto, faria surgir uma insurreição armada nas grandes cidades brasileiras, especialmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, formando-se assim grupos armados para combater a ditadura militar.

Portanto, segundo esclarece o comandante da Guerrilha do Caparaó, a tática estabelecida era atacar determinada localidade, recuar para a Serra do Caparaó, e no local, com ampla vantagem de conhecer o terreno nos mínimos detalhes, fazer a guerra de guerrilha rural. Desse modo, não pretendiam fazer o enfrentamento direto com as forças constituídas, pois tinham plena consciência das limitações operacionais do grupo guerrilheiro. Todavia, na guerra de guerrilha rural, compreendiam que o grupo poderia fazer diversas incursões contra as tropas do exército, atacando comboios, as sentinelas das bases de combate, patrulhas militares. Enfim, realizar ações típicas da guerra de guerrilha rural, obtendo mais armamento e munições, bem como causando desgaste a moral da tropa inimiga.

Com essa tática definida, acreditavam os líderes da organização MNR, que resistiriam ao confronto com as forças armadas, por um período necessário, a formação e o crescimento de outras organizações dispostas a fazerem a luta armada no Brasil⁷⁸

Todavia, conforme consta na história, o desenvolvimento da fase operacional da Guerrilha do Caparaó, não transcorreu como o planejado. Isso porque, o grupo não conseguiu executar nenhuma ação de combate. As justificativas para o total fracasso das operações de guerra de guerrilha, começam com as alegações de que desconheciam totalmente as adversidades que o terreno escolhido oferecia, pois. “Enfrentaram, durante cerca de seis meses, as adversidades da natureza (temperaturas baixíssimas, chuvas intensas, altitude e forte serração formada nas frias montanhas do Caparaó), que dificultaram as atividades. As longas caminhadas no sobe e desce das montanhas, o frio e a fome provocavam a exaustão física e o posterior desânimo”.⁷⁹

⁷⁸ Para compreender com mais detalhe o plano operacional da Guerrilha do Caparaó, conferir as seguintes obras: COSTA, 20117, p. 158 e seguintes; e ALMEIDA, 2017, p. 141-142.

⁷⁹ ALMEIDA, 2014, p. 142

Outro aspecto que prejudicou, sobremaneira, o sucesso da operação, foi a falta de alimentação, pois como não tinham estabelecido contato com a população, não podiam adquirir mantimentos em grandes quantidades, para não chamar a atenção dos habitantes locais. Desse modo, os guerrilheiros se alimentavam muito mal, haja vista que a comida, levada pelo grupo de apoio, não era o suficiente.

Depois de muitas reclamações, o comando da organização MNR, resolveu parcialmente a questão, com a montagem de um armazém de fachada, operada por dois membros da organização. Todavia, os problemas continuaram, pois havia dificuldades de deslocamento dos mantimentos, bem como no armazenamento e preservação da comida, que se deteriorava rapidamente e era atacada por ratos.

Segundo Costa (2007, p. 199), Amarantho chamou a atenção para a quantidade de ratos na Serra e frisou a falta de cautela que tiveram quanto ao armazenamento e preparo dos alimentos, pois os “alimentos ficavam no mato, com muita umidade” e “não era raro a gente ir aos esconderijos e encontrar sacos furados, com fezes e urina de ratos no meio”. Ainda acrescenta: “A gente pegava aquilo e, às vezes, malcozido, comia”. Tal descuido traria, em breve, sérios problemas para o grupo, como a contaminação de um guerrilheiro pela peste bubônica. (ALMEIDA, 2014, p. 145).

Vivenciava então, o grupo de guerrilheiro, uma situação bastante complexa, e que indicava a possível queda iminente do foco, os combatentes enfraquecidos pela fome e pela exaustão do treinamento, também estavam moralmente abatidos, pois reclamavam da falta da entrada efetiva em combate, já que estavam a bastante tempo somente treinando e reconhecendo o terreno⁸⁰.

Que a queda do foco guerrilheiro, era uma questão de tempo, o comando das operações da organização MNR, já estava ciente, pois tinha mandado um de seus membros cumprir a tarefa de fiscalizar e emitir relatório acerca do que presenciara. Assim, disse o responsável sobre o que encontrou na área de operações:

(...) Fiquei pouco tempo, recebi ordem, desci a Serra, fiquei um tempo no Armazém de Guaçuí e recebi ordem de retornar ao Rio. Cheguei aqui e apresentei o relatório pra ele: Eu disse: Oh, vai cair. Não lembro mais se cheguei a escrever alguma coisa, mas foi apresentado o relatório ao Amadeu Rocha. Eu falei, vai cair, tá na eminência de cair, porque a segurança é muito frouxa, há deslocamento de dia, à luz do sol e corre o risco de encontrar moradores. Parece que o armamento tá sendo bem cuidado, mas a segurança tá sendo muito relaxada. Cai, porque a segurança tá fraca, e eles estão subestimando a repressão. [...] Pra mim, parecia um piquenique aquilo.

⁸⁰ Para saber mais acerca do dia-a-dia das operações, das dificuldades, das atividades recreativas e culturais, entre outros assuntos, recomendamos acessar “O Diário de Campanha” da Guerrilha do Caparaó, que foi escrito pelo ex-guerrilheiro Amarantho Jorge Rodrigues Moreira, que consta do anexo da obra ALMEIDA, 2014.

Na hora de botar segurança no acampamento era relaxado. [...] Eu achava que era tudo frágil. Tudo muito fraco lá.⁸¹

De fato, em 1º de abril de 1967, uma patrulha da PMMG, subiu o Pico da Neblina, e efetuou o cerco do grupo de guerrilheiros, que foi rendido sem esboçar qualquer reação, não disparando nem um tiro. Acabando assim, a primeira tentativa de estabelecer uma reação armada, que como visto tinha por escopo ser um movimento incendiador, mas que na verdade não obteve nenhum êxito, apesar do sofrimento físico e moral, pelos quais passaram os integrantes da Guerrilha do Caparaó.⁸²

2.3.1.2 Da atuação e perspectiva dos habitantes locais acerca do comunismo, por ocasião da Guerrilha do Caparaó

Como afirmado no item anterior, o comando da organização MNR, responsável pela implantação da Guerrilha do Caparaó, fez a opção de não buscar a simpatia da população local, para a sua causa. Todavia, a população local teve, a nosso ver, papel importante no desfecho da guerrilha, pois, apesar de pouco esclarecida politicamente, tinha tendência a discordar do pensamento comunista.

Conforme GUIMARÃES (2006), em dois momentos de ruptura institucional, isto é, nos golpes de Estado de 1937 e 1964, os golpistas propagandearam ser o comunismo uma “ameaça a nação”, justificando, na ação dos comunistas, a abolição do regime democrático.

Dentro dessa perspectiva, vamos compreender como os habitantes da região da Serra do Caparaó, tinham sido aliciados pela propaganda anticomunistas, fortemente utilizada na região. Fator esse que criou uma situação de medo dos “guerrilheiros comunistas”, que foi preponderante para denunciar as operações do grupo que atuava na Serra do Caparaó, nos anos de 1966/67.

As pessoas, de modo geral, eram constantemente alertados para o fato de que o comunismo era uma ideologia anticristã antinacionalista e totalitária, conforme

⁸¹ ALMEIDA, 2014, p. 147

⁸² Para saber os pormenores da queda da guerrilha e como ocorreram as prisões, recomendamos ler ALMEIDA, 2014, p. 150 e seguintes, onde há uma excelente narrativa, com todos os detalhes e depoimentos dos envolvidos.

pregavam, por exemplo, as autoridades eclesiásticas. Nesse sentido, temos uma declaração do cardeal-arcebispo, do RJ, em que afirmou:

“[...] uma onda vermelha avassaladora se precipita sobre o País”. Analisa então a presente conjuntura nacional e afirma que, se “o comunismo ainda não tomou em armas, já mobilizou, contudo, muita gente para o combate, mediante uma doutrinação anticristã, antibrasileira, nitidamente absolutista e totalitária. Com lógica férrea – prossegue o Cardeal Câmara – continua o comunismo em seus intentos prejudiciais ao povo, que não tem como se defender, já que tudo isso se passa sob as vistas complacentes das autoridades”.⁸³

Essa propaganda massiva, causava, principalmente nas pessoas mais humildes e residentes nas pequenas cidades do interior e de suas zonas rurais, verdadeiro pavor. Na região do Caparaó, gerou um clima de apreensão e medo, pois os seus moradores, influenciados pelas palavras dos políticos e líderes religiosos, acreditavam que o comunismo mudaria todas as regras sociais existente, e que não respeitava as famílias: “Eles falavam que no comunismo pai não manda na filha, sujeito chega em casa apanha a filha, pode usar ela, pode usar a família do outro, que ninguém manda em nada. “Ah, mas tinha as filhas”, arregalava os olhos. Os maridos que tinham as mulheres arregalavam os olhos: “Deus me livre dum partido desse!”⁸⁴

No entanto, não era somente com as questões morais e familiares, que as pessoas se preocupavam, porque a socialização das propriedades, também gerava aflição, entre os habitantes, pois as pessoas das zonas rurais possuem ligação estreita com a terra.

Desse modo, havia uma multiplicidade de temores, pois “(...) pode-se ter uma ideia de quanto esses aspectos geram apreensão em uma região onde predominava uma população humilde, na grande maioria ligada a terra e seguidora dos mandamentos da igreja, seja ela católica ou protestante”.⁸⁵

Tinha se, portanto, a ideia de que os revolucionários eram pessoas violentas e sanguinárias, e que o regime comunista era um regime injusto, violento e desigual, pois:

O comunismo, dessa forma, aparece como um regime injusto, violento e desigual. A ideia de socialização das propriedades não aparece sob a forma usualmente difundida pelos defensores do socialismo. Em seu lugar, surge um Estado saqueador, que a todos usurpa, em nome de um chefe que seria o detentor de todo o poder e de toda a riqueza. Mais ainda, esse Estado utilizaria todos os meios possíveis para colocar em prática o seu plano

⁸³ REVISTA Eclesiástica Brasileira, 1964, p.207. apud. GUIMARÃES, 2006, p. 94

⁸⁴ Palavras do habitante local da zona rural da região do Caparaó, Sr. Izac Valério, em depoimento concedido em Alto Caparaó/MG, em 04 de outubro de 2005, conforme GUIMARÃES, 2006, p. 120)

⁸⁵ GUIMARÃES, 2006, p. 121

maléfico, recorrendo às formas mais brutais de violência. No imaginário popular, essa era a realidade das nações socialistas como a União Soviética, China e Cuba.⁸⁶

Diante de toda essa percepção ruim, acerca do que compreendiam o que seria o comunismo. Então, não é de surpreender qual seria a atitude da população, quando perceberam que havia bem próximo deles, pessoas que poderiam pertencer a essa ideologia. Quando determinada condição que assusta as pessoas, se encontra apenas inserida na suposição, existe apenas uma preocupação de que essa situação venha atingi-las. Contudo, quando isso se torna uma realidade, tem-se a propagação de uma situação de medo coletivo, e que altera toda a conduta das pessoas.

Desse modo, os anos de 1966/67, representaram uma situação traumática para os moradores locais, pois sentiam que: “O comunista, representado pela figura do guerrilheiro cabeludo e barbudo que rondava os arredores do Pico da Bandeira, surgia como uma ameaça que visava tomar a região para propagar dali a tão famigerada revolução que deveria atingir todo o território nacional.”⁸⁷

Outro ponto importante, é que os moradores da zona rural e das localidades próximas da Serra do Caparaó, quando perceberam a presença de pessoas estranhas convivendo na região, se sentiram incomodados, pois para essas pessoas, estranhos não eram bem-vindos, desse modo:

O guerrilheiro, assim, antes mesmo de representar uma ameaça por trazer os malefícios do comunismo, aparecia como um perigo por ser um forasteiro, um elemento diferente que rondava as proximidades. Sempre armados, barbudos, cabeludos e vestindo-se e falando de forma diferente do usual na região, os integrantes do MNR foram avistados por habitantes das proximidades da Serra do Caparaó, principalmente por aqueles que lidavam com gado no “campo”. Por isso, antes de surgirem notícias sobre a existência de guerrilheiros comunistas no alto da Serra, alguns moradores já estavam apreensivos com a presença de estranhos, tendo, inclusive, denunciado tal situação à Polícia Militar.⁸⁸

Portanto, em razão de todas essas circunstâncias discutidas acima, pode-se compreender que a possibilidade de os guerrilheiros serem denunciados, pelos moradores, era muito grande. Além, do fato, que abordamos no item anterior, de que os movimentos dos guerrilheiros não eram bem planejados e executados, pois se movimentavam durante o dia e eram constantemente vistos pelos trabalhadores rurais.

⁸⁶ GUIMARÃES 2006, p. 122

⁸⁷ Ibid., p. 121

⁸⁸ Ibid., p. 142.

Importante pontuar, que mesmo após a prisão de todo o grupo de guerrilheiros do MNR, o pânico se generalizou, entre os moradores. Isso porque, com a mobilização de grande efetivo das tropas militares (exército e polícia militar), pois:

A chegada das tropas, munidas de todo o aparato que seria utilizado na busca por mais guerrilheiros, indicava para a população que o perigo era real. A imagem dos estranhos barbudos e cabeludos ganharia um outro contorno: a do guerrilheiro comunista que vinha para dominar a região, tomar as terras e escravizar os moradores locais. Visto, até então, como uma ameaça distante, o comunismo batia agora a porta da população e ameaçava dominá-la, iniciando pela região de Caparaó os seus planos maléficos que visavam tomar todo o Brasil.⁸⁹

No sentido de que o pânico se generalizou, temos o depoimento do Sr. Joaquim Candido da Silva, morador local, quando da prisão dos guerrilheiros. Isso porque, os habitantes locais começaram a ver guerrilheiros em diversos lugares, disse ele:

Aí foi um pânico mesmo. Aí, aquela turma de mocinha e rapaz desceu correndo aqui desesperados, chegaram em casa: “O quê que foi? Ah, é porque tem guerrilheiro ali em cima”. Aí ligaram... aí foram na estação e ligou. Dentro de poucas horas apareceu polícia aqui, polícia do batalhão [11º BI]. Aquilo ferveu de polícia, aí foram ver era gente daqui mesmo que estava andando em cima ali, não era guerrilheiro nada.⁹⁰

Corroborando com as observações de Joaquim, o que disse Dalbino José dos Santos, também morador da localidade à época:

[...] eu, para mim, eu sinto, foi apavorante! E não é só eu, é muita gente, pessoas. E outra coisa, a gente às vezes tava deitado, tranquilo, e de repente a sirene começava a tocar e aí começava... a gente não podia estar na rua até tarde. Antes, a gente não tinha hora para andar, né. Eu não andava, porque não tinha esse costume mesmo, mas era um lugar tranquilo. Então, esse período foi mesmo um período apavorante. Todo mundo tinha medo.⁹¹

Finalizando as observações, de como reagiu a população local, durante a existência do foco guerrilheiro da Serra do Caparaó. Podemos dizer que, caso os dirigentes do MNR, estivessem optado por aliciar a população rural e das localidades, dificilmente teriam êxito. Isso porque, ficou bastante claro, nos depoimentos das pessoas, que os habitantes locais, apesar de não saber efetivamente o que significava ser comunista, tinham uma visão bastante definida acerca dos seus propósitos.

Portanto, no Brasil dos Anos 1960 havia, principalmente nas camadas mais pobres e nas zonas rurais, a percepção de que o comunismo era algo extremamente maléfico, e que tinha o escopo de destruir as instituições sociais e acabar com a

⁸⁹ GUIMARÃES, 2006, p. 146

⁹⁰ Ibid., p. 147

⁹¹ Ibid., p. 148

propriedade privada, além de escravizar as pessoas, fazendo com que elas trabalhassem para os líderes comunistas.

Então, pelo que ficou demonstrado, os dirigentes do MNR, se equivocaram sobremaneira, acerca do local escolhido para a implantação do foco comunista, haja vista que nas proximidades da Serra do Caparaó, a população rural e das localidades próximas, já tinham comprado a ideia de que os comunistas representavam um real perigo para seus interesses e para o Brasil de modo geral. E, o resultado não poderia ser outro, isto é, a colaboração dos habitantes locais com as forças militares, denunciando as atividades do grupo guerrilheiro que se encontrava na Serra do Caparaó.

2.3.1.3 Do interesse da mídia pela Guerrilha do Caparaó

O escopo dessa subseção é compreender como a imprensa brasileira abordou esse importante episódio histórico, desde a descoberta da guerrilha até o seu desfecho. Desse modo, vamos compreender três aspectos, a saber: como a imprensa brasileira se posicionou em relação a Guerrilha do Caparaó; quais foram os principais momentos destacados pela imprensa durante as operações contra os guerrilheiros, e por fim de que modo a imprensa influenciou a percepção pública acerca da guerrilha, desenvolvida na Serra do Caparaó.

2.3.1.3.1 Da tomada de posição da imprensa brasileira

Como fato histórico, a Guerrilha do Caparaó foi um episódio marcante da história brasileira, e que despertou grande interesse e debate na imprensa da época. Neste contexto, a imprensa brasileira desempenhou um papel fundamental na construção e disseminação de narrativas sobre esse movimento armado. Haja vista que, por intermédio de suas reportagens e editoriais, os veículos de comunicação influenciaram a percepção pública e contribuíram para moldar o imaginário social em torno da Guerrilha do Caparaó.

Assim sendo, a análise das perspectivas da grande imprensa sobre a Guerrilha do Caparaó, revela que os jornais brasileiros se posicionaram de maneiras diversas em relação a esse acontecimento histórico. Outrossim, a imprensa atuou

como um instrumento de força política, refletindo os interesses e valores de quem a conduzia. Vale pontuar que os órgãos de imprensa, de maneira geral, atuam de forma direcionada, defendendo os interesses de seus dirigentes. No sentido de que os órgãos de imprensa são tendenciosos temos que:

(...) a imprensa brasileira tem se colocado como um instrumento de força política, se posicionando de acordo com os interesses de quem a conduz. Considerando que esse posicionamento envolve muito mais que apenas a compreensão das reportagens contidas nos jornais, essa força política atua repleta de normas ou valores que desempenham um papel importante no comportamento das pessoas. No que se refere à Guerrilha do Caparaó, essa relação não era diferente. No período em que ela ocorreu, “o discurso predominante no meio militar alardeava que a guerrilha levaria o país a uma situação de guerra interna”. Por isso, o “inimigo” poderia ser qualquer um, ele poderia estar onde menos se esperava. Essa prerrogativa justificava a ação repressiva do Estado apoiado na Doutrina de Segurança Nacional.⁹²

Assim sendo, em meio a um contexto de intensa polarização política, a cobertura jornalística da Guerrilha do Caparaó refletiu as diferentes visões e posicionamentos ideológicos presentes na sociedade da época. A descoberta da Guerrilha do Caparaó foi amplamente divulgada pela imprensa, que destacou a ação das forças militares na caça e prisão dos guerrilheiros.

Bem assim, a imprensa, alinhada com a Doutrina de Segurança Nacional, desempenhou o papel de aparelho ideológico do Estado, influenciando a percepção da população e despolitizando os debates. Outro ponto a ser destacado é que a mídia procurou distanciar o movimento dos guerrilheiros brasileiros, com outros focos de guerrilhas que viam acontecendo na América Latina. Mas sim, trataram o evento como se fosse uma ação isolada, praticada por elementos reacionários. Tal atitude visava criar um clima de tranquilidade no país. Conforme se observa nas afirmações de João Batista Abreu (2000):

Os discursos reproduzidos pela imprensa neste período, inspirados em conceitos da Doutrina de Segurança Nacional, ajudaram a criar um clima de aparente normalidade no País, despolitizando a população e desestimulando reações de grupos organizados. Poucas vezes o texto insinuava algum questionamento sobre as afirmações das autoridades. Nem sempre havia marcas gráficas como o uso de travessões, grifos, para estabelecer um distanciamento entre opinião e informação. Muitas vezes, as opiniões eram tratadas como discurso indireto livre, sem uso de aspas. Diretamente ou não, a grande imprensa acabou desempenhando o papel de aparelho ideológico do Estado.⁹³

⁹² SILVA, 2015, p. 94

⁹³ ABREU, 2000, p. 140. apud. SILVA, 2015, p. 135

Portanto, os jornais, em sua grande maioria, ao notificarem a Guerrilha do Caparaó e tomarem partido do governo militar, desempenharam um papel crucial na disseminação da ideia de uma ameaça guerrilheira, contribuindo para justificar o endurecimento do governo e legitimar o Golpe de 1964 e o regime militar brasileiro. Então, a análise das perspectivas da grande imprensa sobre a Guerrilha do Caparaó nos permite compreender melhor o papel dos meios de comunicação na narrativa e interpretação dos eventos políticos e sociais de um país.

Ao destacar a importância da cobertura jornalística e da influência da imprensa na narrativa dos eventos políticos e sociais do país, torna-se evidente como os meios de comunicação atuam como agentes poderosos na disseminação de informações e na orientação das percepções da sociedade. A análise das perspectivas da grande imprensa sobre a Guerrilha do Caparaó não apenas revela a diversidade de posicionamentos e interesses presentes na mídia da época, mas também ressalta a relevância do papel dos jornais na construção da memória coletiva e na interpretação dos acontecimentos históricos.

No sentido, de que a grande imprensa ajudou a formar, no imaginário da população brasileira, principalmente naqueles menos esclarecidos politicamente, e contribuiu para a consolidação do regime ditatorial, temos que:

Foi nessa direção que se construiu o imaginário social a respeito da Guerrilha. Partindo do princípio que a representação depende da apropriação do discurso e que este processo está diretamente ligado a determinada cultura política, a concepção da ideia de primeira guerrilha contra a ditadura militar brasileira foi inculcada tanto pelas direitas quanto pelas esquerdas. A grande imprensa, assim como nos dias de hoje, foi o veículo de propagação desse imaginário. O Estado controlado pelos militares foi o maior beneficiado em relação à postura da imprensa no caso de Caparaó. A ameaça guerrilheira fomentou maior repressão, legitimando a ampliação de seu poder, assim como, as informações divulgadas pela imprensa motivaram maior ação coercitiva e aumento da prática da censura. (...). As perspectivas da grande imprensa sobre a Guerrilha do Caparaó, contudo, não se limitam à condição de justificar o endurecimento do governo. Elas legitimaram o Golpe de 1964 e sua manutenção, aplaudindo seu projeto político que se baseava, cada vez mais, na censura, na repressão e na violência.⁹⁴

2.3.1.3.2 Dos principais destaques apontados pela mídia

Através de suas reportagens, os veículos de comunicação destacaram eventos-chave, narrativas e desdobramentos da ação militar contra os guerrilheiros.

⁹⁴ SILVA, 2015, p. 143

Neste contexto, a análise dos principais momentos destacados pela imprensa durante a operação contra os guerrilheiros, nos permite compreender melhor a abordagem midiática e a repercussão desses eventos.

A descoberta da presença dos guerrilheiros na região do Caparaó foi amplamente divulgada, gerando grande comoção e interesse público. Os jornais acompanharam de perto as ações das forças militares na caça e prisão dos guerrilheiros, fornecendo detalhes sobre as estratégias adotadas e os desafios enfrentados durante a operação.

Além disso, a grande mídia destacou a retórica do governo e das autoridades militares em relação à Guerrilha do Caparaó, enfatizando a narrativa de que esse movimento representava uma ameaça à segurança nacional e justificava ações enérgicas por parte do Estado. Os jornais também abordaram as repercussões políticas e sociais da operação, analisando o impacto da presença dos guerrilheiros na região e as consequências para o regime militar vigente.

Essas relações podem ser entendidas se estabelecermos que as Forças Armadas e a grande imprensa tinham diferentes concepções sobre o movimento guerrilheiro em Caparaó. Tendo em vista a necessidade de legitimação do regime ditatorial, conclui-se que esse comportamento foi consequência de uma estratégia para impor à sociedade a ideia de que o regime era necessário. A transformação da Guerrilha do Caparaó numa verdadeira ameaça política justificou a atuação repressiva do regime militar diante do “perigo comunista”. Era estratégico negar a sua importância para reprimir melhor pois, dessa forma, a redução tendia a valorizar a manutenção do regime. Nesse aspecto, a grande imprensa adotou os argumentos dos oficiais para estabelecer o seu próprio posicionamento político, sendo ao mesmo tempo um comportamento deliberado internamente e subjetivo para quem o lê.⁹⁵

2.3.1.3.3 Da influência e manipulação da imprensa sobre a opinião pública

A influência e manipulação da grande mídia, acerca da Guerrilha do Caparaó foi um elemento crucial durante esse episódio histórico no Brasil. Haja vista que, a forma como os veículos de comunicação abordaram e divulgaram as informações, relacionadas à guerrilha, desempenhou um papel significativo na construção do imaginário social e na interpretação dos eventos por parte da sociedade. Desse modo, a imprensa exerceu uma influência marcante na percepção pública sobre a Guerrilha do Caparaó ao destacar e enfatizar determinados aspectos do conflito.

⁹⁵ SILVA, 2015, p. 137-138.

Além disso, a imprensa desempenhou um papel importante na despolitização da população e na desestimulação de reações de grupos organizados, seguindo os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional. Através de discursos inspirados nessa doutrina, a imprensa contribuiu para criar um clima de aparente normalidade no país, reforçando a visão do regime militar e desencorajando manifestações políticas contrárias ao governo. Ao compreender a influência da atuação da mídia, no evento da Guerrilha do Caparaó, vale pontuar que havia uma tendência, por parte da grande mídia, em legitimar a atuação do Estado governado pelo regime militar. E, portanto, divulgar o movimento da guerrilha como mera ação realizada por criminosos, nesse sentido:

De um modo geral, o que se percebeu nos jornais foi um estratagemas, no qual predominava o interesse em legitimar o regime militar. A tática consistia em fazer o uso de instrumentos que, de uma forma ou de outra, levasse à sociedade a ideia de que a atuação do Estado era necessária para a manutenção da ordem. Desse modo, prevaleceu no discurso da grande imprensa uma dupla relação que se utilizou de fatores como “criminalização” versus “potencial político”, ou “operação de envergadura e ameaçadora” versus “mera aventura”. Em algumas reportagens foi possível analisar um discurso que caracterizava o movimento Caparaó como ação criminosa. A perspectiva de “ação criminosa” apresentava-se de duas maneiras: a primeira, como mera ação local, como retratou o Jornal do Brasil transcrevendo um apontamento que segundo o periódico, era de um representante do governo, no qual dizia que o movimento de Caparaó era um “amotinamento de criminosos que foram condenados em júris locais”. Essa ideia também é explorada pelo O Estado de São Paulo, que afirmou que se tratava de uma ação realizada por “elementos fora da lei” para perturbar a tranquilidade da sociedade. A segunda maneira foi observada no discurso do jornal O Globo, que demonstrou uma preocupação em transformar a Guerrilha em grande ação criminosa, pois o jornal tratava o episódio como algo perigoso para a segurança nacional, mas não como uma ameaça à política do país. (...) Além disso, o jornal O Globo, publicou a Guerrilha do Caparaó em páginas destinadas às matérias criminais.⁹⁶

Assim sendo, a análise da influência da imprensa na percepção pública, sobre a Guerrilha do Caparaó, revela a importância dos meios de comunicação na construção e difusão de narrativas históricas, pois a forma como a imprensa abordou e interpretou os eventos relacionados à guerrilha moldou a opinião pública e influenciou a maneira como a sociedade enxergava esse episódio. Desse modo, a análise da atuação da imprensa durante a Guerrilha do Caparaó, nos permite compreender melhor o papel da mídia na formação da opinião pública e na construção do imaginário social em torno de eventos históricos de relevância nacional.

⁹⁶ SILVA, 2015, p. 136

2.3.2 Guerrilha do Vale da Ribeira: o capitão Lamarca e a escola de formação da guerrilha rural no Brasil

As guerrilhas rurais, existentes nos anos 1960/1970, de modo geral, tinham como objetivo principal, resistir à ditadura militar instaurada no Brasil e buscar a derrubada do governo, por intermédio da luta armada. Neste contexto, a região do Vale do Ribeira foi escolhida como cenário para a instalação de um campo de treinamento, para a formação de combatentes revolucionários, seguindo a estratégia de evoluir para um exército popular.

A escolha da guerrilha rural no Vale do Ribeira, refletia há necessidade de uma resistência enraizada na população local, buscando apoio e simpatia dos moradores da região. A ideia era criar uma base sólida de apoio popular, para fortalecer a luta contra o regime autoritário, demonstrando que as tropas regulares poderiam ser desafiadas e derrotadas. Além disso, a guerrilha rural visava também a propagandear a possibilidade de resistência armada e a capacidade de enfrentar as forças militares do governo.

A atividade militar denominada “Operação Registro”, realizada para capturar os guerrilheiros instalados no Vale da Ribeira, por si só, já demonstra a importância histórica desse acontecimento. Conforme documentação elaborada pelo então II Exército, com sede em São Paulo, participaram das operações cerca de 3 mil homens, sendo membros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, bem como policiais rodoviários federais e da Polícia Militar de São Paulo (PMSP).⁹⁷

A Guerrilha do Vale da Ribeira está ligada diretamente ao nome do guerrilheiro, Carlos Lamarca, ex-capitão do Exército Brasileiro, que desertou da força terrestre, para combater a ditadura militar, bem como se liga ao grupo revolucionário Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)⁹⁸, ao qual pertencia Lamarca, quando da existência do campo de treinamento de guerrilheiros. No sentido de que não se pode separar o nome de Lamarca, com o movimento guerrilheiro em comento, temos as

⁹⁷ Essas informações podem ser compreendida, nos seus pormenores, no artigo “Episódios de repreensão numa área rural paulista: contribuições desde o vale do ribeira para a história social da ditadura brasileira”, p 156 e seguintes, de autoria de Gabriel da Silva Teixeira. IN: Lutas, memórias e violações no campo brasileiro: conflitos, repressão e resistências no passado e presente, org. Sérgio Sauder, 2020.

⁹⁸ Para saber mais sobre a VPR e outras organizações de esquerda, que atuaram na luta armada, v. o artigo de Vitor Amorim de Ângelo, “Esquerda armada no Brasil: um balanço da história e da produção acadêmica”, In: Dimensões, vol. 32, 2014, p. 52-78. UFES – Programa de Pós-Graduação em História.

afirmações de Celso Luiz Pinho⁹⁹, estudioso e especialista desse importante fato histórico, em que afirma:

No entanto, não dá para se falar em Guerrilha no Vale do Ribeira sem falar no Lamarca e, não dá para falar em Lamarca sem lembrar o fato ocorrido no quartel do Exército em Osasco. E olha que as duas cidades estão separadas por mais de duzentos quilômetros. – Veja, ninguém ignora que em 1964 houve a queda do presidente Goulart e, em decorrência, o governo do país ficou em mão dos militares. Logo após o golpe, vieram os Atos Institucionais e muitas pessoas, dos mais diversos ramos de atividade, foram cassadas. A grosso modo, podemos dizer essas pessoas se aglutinaram em diversos grupos e queriam a volta do estado de direito.¹⁰⁰

Portanto, há nesse movimento guerrilheiro, significativas diferenças, em relação ao foco guerrilheiro debelado na Serra do Caparaó. Isso porque, na região do Vale do Ribeira o que funcionava era uma “escola de formação de guerrilheiros”, e não apenas um foco da guerrilha. A VPR, pensava em montar uma escola, aos moldes dos cubanos, em que se formariam guerrilheiros, para combater a ditadura militar, por meio de focos de guerrilha rural, em diversos lugares do território brasileiro.

A ideia de montar uma escola de formação de guerrilheiro, em território brasileiro, se dava em razão da dificuldade de mandar combatentes para se aperfeiçoarem fora do Brasil, em Cuba por exemplo, haja vista que a ditadura militar vigiava com rigor a saída e entrada das pessoas. No entanto, as operações no Vale do Ribeira enfrentaram desafios significativos, como a falta de coordenação e improvisação. E, apesar dos esforços e da instalação do campo de treinamento em Jacupiranga, a guerrilha rural no Vale do Ribeira não conseguiu atingir plenamente seus objetivos. Tendo os seus planos sido descobertos pelas forças legais, não havendo sequer completado a formação da primeira turma de guerrilheiros.

2.3.2.1 Delação, perseguições, torturas e assassinatos e até bombardeio aéreo, no conflito armado do Vale do Ribeira

A Guerrilha do Vale do Ribeira, como dito, foi um dos episódios mais marcantes, transcorrido durante a ditadura militar no Brasil. Neste contexto, a “Operação Registro”, desencadeada nos primeiros meses do ano de 1970, se destacou como uma das maiores mobilizações do II Exército, cujo objetivo era

⁹⁹ Celso Luiz Pinho, é autor do livro “1970 A Guerra no Vale do Ribeira”, cuja obra é a mais completa investigação acerca da Guerrilha do Vale do Ribeira, ocorrida nos inícios dos anos 1970.

¹⁰⁰ LUNGARETTI, 2016, p. 4

capturar membros guerrilheiros da VPR, liderados pelo Capitão Carlos Lamarca. Essa operação, documentada em relatório militar, revela a intensidade da repressão e a presença massiva de forças militares e policiais na região.

A importância dada a captura dos guerrilheiros da VPR, se revestiu de um significado dispare para a ditadura. Isso porque, o líder do movimento era um ex-oficial do Exército Brasileiro, considerado como um grande traidor, pelos integrantes das forças armadas, e, que havia desertado e levado para as forças de guerrilha armamento e munição de guerra, fortalecendo sobremaneira o poder de combate dos grupos guerrilheiros.¹⁰¹

Acerca da existência ou não de bombardeio aéreo, até alguns anos atrás se tinha dúvida sobre tal ocorrência. Sendo as afirmações dos militantes da esquerda, que lutaram na Guerrilha do Vale do Ribeira, tidas como exageradas. Isso porque, as Forças Armadas Brasileiras, não se manifestavam acerca das acusações. Porém, a questão foi solucionada, com a divulgação de documentos oficiais, que comprovaram a operação militar, desencadeada pela FAB. Os documentos confirmam que aviões militares despejaram bombas na mata, onde supunham estar escondidos guerrilheiros pertencentes a VPR. Conforme noticiou o Jornal Folha de São Paulo, em abril de 2011.¹⁰²

A informação notificada, pela Folha de São Paulo, silencia sobre a possibilidade de que as bombas utilizadas eram as bombas de Napalm¹⁰³. Todavia, no ano de 2014, a agência investigativa de jornalismo “Agência pública”, noticiou que as bombas incendiárias utilizadas pela FAB, eram bombas de Napalm. Inclusive citando reportagens da época, produzidas pela mídia brasileira e estrangeira, cujos conteúdos aludiam o uso de bombas de Napalm. Segundo as reportagens, a utilização

¹⁰¹ Para compreender melhor a vida militar do Cap Lamarca, bem como sua ideologia e a motivação para a sua deserção, v. ANJOS FILHO, 1999, pp. 5-25. Onde o autor da obra analisa, em pormenores, diversos momentos da vida do líder da VPR, bem como as ações referente ao desvio de armamento de guerra, pertencente ao Exército Brasileiro.

¹⁰² Em reportagem sob o título “FAB jogou bomba em SP durante cerco a Lamarca”, de 29 de abril de 2011, A Folha de São Paulo, informa que documentos da Aeronáutica confirma relatos sobre a utilização de bombas, nas operações militares durante a “Operação Registro”, entre os dias 27 abril a 5 de maio de 1970. In: Folha de S.Paulo - FAB jogou bomba em SP durante cerco a Lamarca - 29/04/2011 (uol.com.br). acesso em 3 julho 2024.

¹⁰³ “O napalm, que não é particularmente inflamável, é um pó branco higroscópico que é usado para engrossar a gasolina, mas o termo "bomba de napalm" indica o sentido de que o napalm foi usado como bomba.” (NAPALM. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Napalm&oldid=68240185>>. Acesso em: 7 jul. 2024.)

de bombas incendiárias era a única maneira de atingir os guerrilheiros, que se encontravam em refúgios de difícil acesso.¹⁰⁴

A importância de esclarecer a questão do uso de Napalm, serve para demonstrar o quanto estava disposto o regime militar, para acabar com os guerrilheiros da VPR. Isso porque, a utilização, desse tipo de bomba incendiária, visa causar no inimigo um estado de terror. Sendo, portanto, uma arma, também, de efeito psicológico. Vale pontuar, que no início dos anos 1970, o “napalm se tornou o símbolo de tudo o que era detestável sobre a guerra no Vietnã”¹⁰⁵

No conflito armado do Vale do Ribeira, ocorreram diversos acontecimentos lamentáveis, que obscurecem a nossa história, quer seja perpetrados pelas forças regulares ou pelos guerrilheiros. Entretanto, os piores atos foram cometidos pelos militares e policiais, representantes do Estado constituído, e que tinham por dever atuar dentro do permitido legal. Porquanto, em um Estado de Direito, não se admite, sob quaisquer condições, ações que venha a ferir os direitos humanos e a dignidade da pessoa humana.

Mas, infelizmente, os fatos mostram que o regime militar foi contumaz em ferir as regras legais. O uso de torturas físicas, moral e psicológicas foram constantes nas ações de combate ao “inimigo” interno. As ações de torturas extremadas, foram, segundo apontam as investigações historiográficas e jornalísticas, praticadas, não só contra os guerrilheiros, mas também contra moradores das regiões do conflito, que sob a menor suspeita de serem colaboradores da guerrilha, eram submetidos a horríveis torturas, a fim de revelar alguma informação sobre as atividades “subversivas”.

Exemplificando as barbáries cometidas, iniciaremos com o covarde assassinato do tenente Mendes da PMSP que, feito prisioneiro da guerrilha, e, como estava atrasando a fuga, foi brutalmente assassinado a coronhadas, já que os guerrilheiros não poderiam fazer uso das armas de fogo, para não denunciar a

¹⁰⁴ Na reportagem “Napalm no Vale do Ribeira”, de 25 de agosto de 2014, o site de notícias Agência Pública, afirma, peremptoriamente, que a FAB, fez uso de bombas incendiárias de Napalm, trazendo como fontes comprobatórias, notícias da imprensa nacional e internacional, cujas matérias davam conta de que as bombas utilizadas pela ditadura era de Napalm. In: Napalm no Vale do Ribeira - Agência Pública (apublica.org). Acesso em: 03 jul. 2024.

¹⁰⁵ ZHEIT. *O uso do Napalm nas guerras*. 2020, n.p. In: O uso do Napalm nas Guerras - Zheit - Entretenimento e Informação ao seu alcance!. Acesso em 03 jul. 2024.

posição¹⁰⁶. Acerca da futilidade dos motivos apresentados pelos guerrilheiros, para justificar a morte do policial militar, é interessante registrar o que constou no manifesto emitido pelos integrantes da VPR, que julgaram e condenaram a morte o prisioneiro que tinham em sua custódia;

Marchamos dois dias e duas noites sem dormir, o tenente não aguentava mais andar, por isso paramos (dia 10 de maio). Fizemos várias perguntas ao tenente; (...) - sobre a emboscada que montara, quebrando a palavra empenhada, dizia-se traído pelos seus superiores - perguntado por que a Polícia Militar espancava operários e massacrava operários na greve de Osasco, respondeu que grevistas e desempregados são vagabundos, e não respondeu quando perguntamos sobre a miséria que tinha visto no campo, e particularmente no nordeste. Foi julgado e condenado por ser um repressor consciente, que odiava a classe operária - por ter conduzido à luta seus subordinados que não tinham consciência do que faziam, iludidos em seus idealismos de jovens, utilizados como instrumento de opressão contra o seu próprio povo, iludindo os jovens, ensinando-os a amar a farda, quando deveriam amar o povo - por ter rompido com a palavra empenhada em presença de seus subordinados - por ter tentado denunciar a nossa posição. A sentença de morte de um Tribunal Revolucionário deve ser cumprida por fuzilamento. No entanto, nos encontrávamos próximo ao inimigo, dentro de um cerco que pode ser executado em virtude da existência de muitas estradas na região. O tenente Mendes foi condenado a morrer à coronhadas de fuzil, e assim o foi, sendo depois enterrado. Não sofreu qualquer violência ou ameaça antes do justicamento, nem teve as mãos amarradas.¹⁰⁷

No tocante as barbáries realizadas pelas forças constituídas, contra os habitantes locais, é importante frisar as observações feitas por Gabriel da Silva Teixeira,¹⁰⁸ por ocasião das pesquisas de campo, realizadas pelos membros da Comissão da Verdade Rubens Paiva, em que os relatos dos moradores são no sentido de que os abusos contra eles eram constantes. O Exército executava prisões ilegais e indiscriminadas, há relatos de torturas; pessoas foram perseguidas e ameaçadas, enfim houve constante abuso das autoridades militares, o que amedrontou muito os habitantes locais.¹⁰⁹ Ainda, segundo esse autor, alguns moradores afirmaram que tinham mais simpatia pelos guerrilheiros do que pelos militares:

¹⁰⁶ “O assassinio do tenente foi um crime. Tropas combatentes não matam seus prisioneiros. Tropas guerrilheiras também não. O argumento segundo o qual Mendes devia ser executado para evitar-se que revelasse a posição do grupo não tem consistência. Ao levá-lo consigo, em vez de deixá-lo com a tropa desarmada, Lamarca cruzou a linha que separa o guerrilheiro do bandido, transformando o prisioneiro num refém.” Afirmação de Elio Gaspari na obra *A Ditadura Escancarada*, 2002, obra digitalizada, p. 200, PDF.

¹⁰⁷ Manifesto da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) – setembro de 1970. *A Experiência Guerrilheira no Vale da Ribeira*, Marxists Internet Archive, 2006. In: Manifesto da Vanguarda Popular R (marxists.org). Acesso em: 03 jul. 2024

¹⁰⁸ Pesquisador do Grupo de Trabalho sobre a Repressão no Campo, da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” (CEV Rubens Paiva) e membro da Comissão Camponesa da Verdade (CCV). É sociólogo, professor e atualmente é conselheiro da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA-Núcleo SP). Nota de rodapé em TEIXEIRA, 2020, p. 155.

¹⁰⁹ V. TEIXEIRA, 2020, p. 157-158

Em relação ao tratamento, foi comum encontrar relatos de trabalhadores rurais, posseiros e moradores dos bairros rurais que soassem favoráveis aos militantes e contrários aos militares. Talvez pelo modo truculento como que trataram as comunidades e pelos relatos de agressões e intimidações. Em relação à ocupação de Nelson e a atuação do Exército, fica claro que, de fato, valia tudo para capturar os militantes. Inclusive a contratação de moradores locais para trabalhos de guia e mateiros por parte das Forças Armadas. Nelson foi um destes trabalhadores que, embora estivesse a serviço do Exército e convencido da má reputação atribuída aos militantes da VPR, se compadeceu e reconheceu a truculência dos grupos militares nos episódios de tortura e agressão contra seus opositores.¹¹⁰

Desse modo, a presença militar na região, não apenas durante a Operação Registro, mas também em ações posteriores, deixou marcas profundas na comunidade, gerando medo e impactando o desenvolvimento local. No sentido, de que a repreensão militar estabeleceu uma lógica de ocupação militar e controle ideológico, nas áreas de atuação da guerrilha, consideradas estratégicas pelo regime militar, temos a compreensão de Gabriel da Silva Teixeira, que aduz o seguinte:

A presença militar no Vale do Ribeira, durante a caçada aos militantes comunistas deixou marcas ainda mais profundas, mesmo após o término da operação. Em 1971, o Governo do estado de São Paulo criou a Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista (Sudelpa). Isto materializou toda uma lógica de ocupação e desenvolvimento litoral, alinhada à presença propriamente militar, visando a prevenção de novos casos de guerrilha. Na visão dos militares, lideranças comunistas se aproveitavam de regiões não desenvolvidas para “espalhar” suas doutrinas e implantar focos de guerrilha.¹¹¹

Por fim, no que tange as torturas e assassinatos dos guerrilheiros da VPR, pode se afirmar que a violência começou, antes mesmo do início da Operação Registro, pois ocorreram prisões de membros da organização, que mediante torturas barbaras, indicaram os planos e os locais de preparação da guerrilha.¹¹²

2.3.3 Guerrilha do Araguaia: a atroz aniquilação dos guerrilheiros do Pcdob, pela força de repressão

Como apresentaremos nessa subseção. As ações desenvolvidas pelo governo brasileiro, durante a Guerrilha do Araguaia, maculou profundamente nossa

¹¹⁰ Id. p. 159

¹¹¹ TEIXEIRA, 2020, p. 162

¹¹² No sentido de que a VPR, de Carlos Lamarca, perdeu vários membros antes da Guerrilha do Vale do Ribeira, em razão das prisões, torturas e assassinatos, v. ANJOS FILHO, 1979, pp. 5-26, em que o autor narra, detalhadamente, as atividades de Lamarca e seus companheiros da VPR.

história, pois nos anos de 1972 a 1974, as forças armadas e as forças de segurança auxiliares, que representavam a ditadura militar, praticaram atos vergonhosos contra um grupo de guerrilheiros militantes do Pcdob.

Todavia, temos registros históricos, que as agressões não pararam naqueles que lutavam contra o regime, pois as pessoas que habitavam os locais onde se desenvolveu a guerra de guerrilha, numa região conhecida como Bico do Papagaio, localizada entre os Estados de Goiás e do Pará. Também foram vítimas das diversas, agressões praticadas pelas tropas regulares, tais como: torturas físicas e psicológicas; tiveram suas casas e plantações incendiadas destruídas, entre outros desrespeitos aos direitos humanos e a dignidade da pessoa humana. As atrocidades cometidas contra os habitantes locais, se estenderam até o ano de 1975, pois após o término do extermínio dos guerrilheiros do PCdoB, as operações continuaram com o escopo de eliminar quaisquer vestígios, dos diversos crimes praticados pelas forças armadas e seus apoiadores.¹¹³

Outro ponto a ser considerado, é que a Guerrilha do Araguaia apresentou consideradas diferenças, em relação aos outros dois movimentos estudados anteriormente. A começar pelo pensamento ideológico, que era o maoísta,¹¹⁴ enquanto naqueles era o foquismo.¹¹⁵ Houve um planejamento detalhado acerca da preparação e da ocupação do local de treinamento e da conquista dos habitantes locais. A existência da guerrilha perdurou por quase uma década, se considerarmos que em 1966, houve a infiltração dos primeiros militantes do Pcdob,¹¹⁶ sendo o movimento extinguido em 1974. A quantidade de pessoas envolvidas no movimento

¹¹³ No sentido de que ocorreram graves violações de direitos humanos, no transcorrer da Guerrilha do Araguaia, v. o *item 6.1. assassinatos e torturas de Camponeses nas operações de repressão à guerrilha do Araguaia*, In: Relatório da Comissão Nacional da Verdade, vol. II, 2014. Disponível em: [volume_2_digital.pdf \(www.gov.br\)](#). Acessado em: 3 jun. 2023

¹¹⁴ Para conhecer o pensamento ideológico de Mao Tse Tung, Ver MAOISMO. In: WIKIPÉDIA, link de acesso nas referências. Também recomendamos a leitura da obra “O livro vermelho da guerra de guerrilha”, escrito por Mao Tse Tung, link de acesso nas referências.

¹¹⁵ O foquismo se caracteriza, basicamente, na criação de focos múltiplos de guerrilheiros, durante a realização de guerra de guerrilha rural, pois a criação de pequenos grupos dificultaria a ação das tropas regulares, que teriam que atuar em diversas áreas simultaneamente. Nesse sentido, v. “Foquismo - Teoria revolucionária inspirada por Che Guevara”. Disponível em: [Foquismo - Wikiwand / articles](#). Acesso em: 1 fev. 2024.

¹¹⁶ As bases teóricas do Maoísmo, se fundamenta na guerra civil camponesa de duração prolongada. Para Mao o campesinato significava uma força revolucionária. E, portanto, a conquista dos camponeses era tido como primordial e deveria ser buscada desde o início das atividades da guerra de guerrilha rural. Para saber mais, v. Maoísmo na Wikipédia. Disponível em: [Maoísmo - Wikiwand / articles](#). Acesso em: 1 fev. 2024.

e que foram aniquiladas, pelas forças da ditadura, foi consideravelmente maior que os militantes mortos na Guerrilha do Vale da Ribeira.¹¹⁷

Isso posto, para termos uma melhor abrangência didática, desse importante fato histórico, vamos trabalhar, de maneira cronológica, três momentos distintos nas subseções seguintes, a saber: a formação, preparação e desenvolvimento da guerrilha, compreendida entre 1966 e início de 1972; as fazes de efetivo combate entre guerrilheiros e as forças legais da ditadura, que vai de 1972 a 1975, incluso aqui as operações de vasculhamento e limpeza; e, por fim, analisaremos, de modo panorâmico, o quão prejudicial foi o movimento para a população local, que abrange as fases das operações militares, após o descobrimento do campo de guerrilha até as fases de extermínio e limpeza, mas se prolonga, com a ocupação militar da área, em razão dos militares temerem a continuidade de movimentos guerrilheiros na região.

2.3.3.1 Da formação, preparação e desenvolvimento da guerrilha

A guerrilha rural desenvolvida na região do Bico do Papagaio, foi planejada e criada pelo PCdoB, partido criado em 1962, por dissidentes do PCB, que haviam sido expulsos em 1961. O novo partido tinha por escopo a defesa de ações e implantação de um governo revolucionário, tendo na luta armada o viés escolhido para combater a ditadura. Posição essa, que era contrária à do PCB, que entendiam que o poder deveria ser obtido, por meio do processo político. Todavia, até o golpe civil-militar de 1964, o PCdoB não angariou muitos adeptos a sua ideologia, que estava alinhada com o pensamento do PC chinês.¹¹⁸

Outro ponto relevante é que os dirigentes do PCdoB, compreendiam que a luta armada contra os militares, seria uma situação prolongada. E, por isso, deveria ser bem planejada e minuciosamente executada. Tal posição, fez com que o PCdoB, pelo menos nos primeiros anos do governo militar, se concentrasse, quase com exclusividade, ao plano da montagem do campo de guerrilha rural. Não se envolvendo

¹¹⁷ No anexo F, desse trabalho o quadro “Mortos pela ditadura militar, ano a ano (1964 a 1976)”, apresenta números de pessoas assassinadas pelas forças repressoras do Estado, que corroboram com a perspectiva de que a quantidade de mortos, no período da Guerrilha do Araguaia, foi consideravelmente maior que em outros períodos.

¹¹⁸ Para uma melhor compreensão da formação do PCdoB e sua atuação efetiva, durante a ditadura militar, v. CARVALHO, 2004, “O PC DO B durante a ditadura militar”, onde é explorada a atuação do partido, não só nas atividades da Guerrilha do Araguaia, mas também nos movimentos estudantis, com ênfase no movimento estudantil em Salvador, no período entre 1967 e 1975.

diretamente com a guerrilha urbana, desenvolvidas por diversas organizações da esquerda, nesse sentido:

O Partido não aderiu às propostas de desencadeamento imediato da luta armada, como a maioria das organizações de esquerda na época. A preparação do confronto armado seria uma tarefa longa, a ser feita com cautela, conhecida como “quinta tarefa” – as demais incluíam a luta por democracia, independência nacional, progresso e liberdade, a ser desenvolvida de todas as formas possíveis, de maneira ampla e maciça. Ainda assim, a direção do Partido foi se concentrando na preparação da luta armada e a montagem dos grupos na região do Araguaia tornou-se rapidamente sua preocupação central e quase exclusiva.¹¹⁹

Os fundamentos para a escolha do local para o desenvolvimento de uma guerrilha rural devem atender para pontos importantes, como vimos, por exemplo, na subseção 2.3.1, referente a Guerrilha do Caparaó, em que o movimento não teve êxito, principalmente, em razão da escolha do local. Atentos aos preceitos fundamentais, os líderes do PCdoB, optaram por escolher a região do Bico do Papagaio, que oferecia muito boas condições, para a implantação de uma zona de atuação da guerra de guerrilha rural.

Entre os aspectos observados foram: área densa de floresta, que além de facilitar o deslocamento, daqueles que venham a obter excelente conhecimento da topografia e das particularidades da selva, como: obtenção de caça e pesca e coleta de frutas e vegetais, bem como possibilita a criação de esconderijos secretos e seguros, para a colocação do armamento, da munição e dos gêneros alimentícios, entre outros materiais.

Outro fator importante, que a região de selva oferecia, era as dificuldades que as tropas regulares enfrentariam para combater os guerrilheiros. Isso porque, o terreno fechado e de difícil locomoção, inviabiliza o deslocamento de armamentos pesados, bem como dificulta o deslocamento da tropa, cujo movimento se torna lento e penoso para os soldados. O apoio aéreo, também fica restringido nas operações de selva, pois os locais de pouso e decolagem são de difícil construção. A mata fechada também dificulta a segurança da tropa, quer seja nos deslocamentos, onde a guerrilha pode preparar emboscadas, ou nos acampamentos e nas bases de patrulha, em que os guerrilheiros podem atuar no silenciamento de sentinelas.

Esses e outros fatores, acarretam vantagens para os combatentes da guerrilha, que atuam numa área, onde podem se locomover rapidamente, em razão

¹¹⁹ CARVALHO, 2004, p. 532.

de dominarem a topografia, bem como, contam com o fator surpresa e com o estresse psicológico das tropas regulares, que se sentem vulneráveis em combater um inimigo que se torna quase “invisível”.

Por fim, não esqueceram os dirigentes do PCdoB, a situação em que se encontrava a população local. Porquanto, os moradores do Bico do Papagaio, eram totalmente esquecidos pelo poder público, faltavam as condições básicas, com saúde, educação, e, principalmente, segurança aos habitantes locais, que por serem posseiros, ou seja, não possuíam documentos oficiais de propriedade das terras, eram constantemente vilipendiados e expulsos das plantações por fazendeiros e empresas. Vale pontuar, que as esparsas autoridades constituídas, atuavam sempre em favor das grandes empresas e dos fazendeiros, isto é, agiam de modo a facilitar as grilagens das terras e consequentes expulsões dos pequenos produtores rurais.

No sentido de que a região se encontrava em total abandono pelo poder público, bem como tinham seus direitos constantemente lesados:

A Amazônia recebe nesse tempo, a cada dia, mais famílias fugidas da fome e da seca no Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia. A maioria chega determinada a brigar pela sobrevivência. O sonho por um pedaço de terra esbarra nos grileiros, nos pistoleiros, na polícia e nos políticos corruptos. Os camponeses revoltados com a miséria e com os desmandos dos poderosos formariam a massa que engrossaria os destacamentos guerrilheiros treinados para iniciar uma revolução popular. Outros moradores formariam uma extensa rede de apoio. As primeiras vitórias contra as Forças Armadas, na previsão dos comunistas, poderiam atrair revolucionários e organizações opositoras ao regime para o teatro das operações. As derrotas sofridas pela guerrilha urbana empurrariam militantes das cidades para o campo e reforçariam a luta armada do Araguaia. Os organizadores da guerrilha têm como certo o apoio maciço da população.¹²⁰

Desse modo, em 1966 chegaram à região do Bico do Papagaio, os primeiros militantes do PCdoB, para estabelecerem as condições necessárias para a implantação da guerrilha rural. Sabedores que o primeiro e mais importante fundamento, para o sucesso da guerrilha rural, seria a conquista da população, pois quando do desencadear das fases de combate, os guerrilheiros dependeriam do apoio dos habitantes locais, principalmente no que tangesse a suprimentos diversos e alimentação, haja vista que a caça e a pesca, podiam não ser suficientes para alimentar os combatentes revolucionários. A fim de não levantar suspeitas das autoridades, apenas três militantes do PCdoB, fizeram parte da primeira leva de guerrilheiros, foram eles: Osvaldo Orlando da Costa, Daniel Callado e Amaro Lins.

¹²⁰ FONTELES, 2012, n.p.

Sendo que o primeiro deles, um dos líderes da guerrilha, ficou conhecido da população local como Osvaldão, e se tornou uma lenda, em razão de sua capacidade de atuar na selva, bem como pelo tratamento dispensado aos habitantes locais e a seus companheiros.

Conforme aponta o jornalista Hugo Strudart, a ação dos militantes, junto aos moradores das localidades e das zonas rurais, era no sentido de angariar simpatia. Para atingir esse escopo, realizavam diversas atividades, tais como: criar escolas; apoio nas necessidades de saúde; organizavam festas e torneios de futebol. Porém, até o início da 1ª fase combativa, apenas doze moradores faziam parte do corpo de guerrilheiros. O número aumentou para trinta camponeses que participaram efetivamente da guerrilha¹²¹.

Porém, o número de camponeses que participaram da guerrilha, foi maior, pois muitos deles colaboraram com os guerrilheiros, ajudando-os com alimentação, abrigos etc. Todavia, vale dizer, que alguns habitantes locais, ajudaram as forças legais. Nesse sentido:

Outros moradores, que já ajudavam os guerrilheiros com alimentação, abrigo provisório, transporte de barco e outros pequenos serviços, passaram então a ajudá-los de forma clandestina. Alguns não quiseram se comprometer. E houve ainda “aqueles que se alinharam de bom grado aos “federais”, na fase em que o Exército mudou de tática e passou a tratar melhor os moradores para tentar obter o apoio deles contra os chamados “terroristas”.¹²²

2.3.3.2 Das fases de efetivo combate, entre guerrilheiros e as forças da ditadura militar

Para compreender as fases de operações propriamente dita, ou seja, em que ocorreram os confrontos entre guerrilheiros e soldados das forças armadas, existem diversos documentos bastante elucidativos, acerca da guerra de guerrilha do Araguaia, principalmente na atuação da guerrilha. Isso porque, Maurício Grabois,

¹²¹ Ver BRASIL, C.N.V. v. 2, p. 122 e seguintes, 2014. Em que consta essas informações. Todavia, em outras obras existem números diversos dos apresentados no relatório. Como por exemplo: as informações do jornalista e escritor Luis Nassif, que escreveu a biografia de Grabois, são as seguintes: “No início do dia 25 de dezembro de 1973, exatamente seis anos depois do desembarque de Maurício Grabois no Araguaia, dos 69 guerrilheiros enviados à região 41 estavam vivos, 20 mortos, 7 presos e um — João Carlos Borgeth, o “Paulo Paquetá” — havia fugido. No tiroteio contra a Comissão Militar naquela manhã de Natal, dos 15 que estavam no grupo dez sobreviveram. Os mortos foram, além de Maurício Grabois, seu genro Gilberto Olímpio Maria, Líbero Giancarlo Castiglia, o “Joca” — que chegou com ele e Elza Monnerat à região em 1967, e possivelmente foi preso ainda com vida —, Paulo Mendes Rodrigues e Guilherme Gomes Lund. Os demais guerrilheiros estavam acampados num local mais abaixo ou realizando tarefas nas redondezas.” (NASSIF, 2011, n.p.).

¹²² Ibid, p. 123.

comandante da guerrilha que atuavam na Região do Bico do Papagaio, registrou, minuciosamente, as atividades em um diário, que ficou conhecido como diário da Guerrilha do Araguaia,¹²³ cujas anotações abrangem o período de 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973, dia da morte do líder guerrilheiro.

Outrossim, no tocante as atividades dos militares, foram revelados documentos oficiais, os quais demonstram as operações militares realizadas nesse período. Todavia, nesses documentos não constam as atividades obscuras realizadas pelas tropas militares e seus apoiadores. Devendo, portanto, as análises desses documentos, serem feitas com *grano salis*, haja vista que a ditadura militar tentou mascarar suas atividades, isto é, escondendo as atrocidades cometidas pelas tropas, quer seja contra os guerrilheiros ou contra a população local, que supostamente apoiavam as forças da guerrilha.¹²⁴

Partindo dessas premissas, pontuaremos alguns aspectos, julgados por nós, como os mais relevantes para esclarecer esse importante fato histórico. Em primeiro lugar, é importante apontar que, a população local, de modo geral, não tinha plena consciência de que o grupo dos “paulistas” ou “povo da mata, como eram conhecidos os guerrilheiros do PCdoB, estavam fazendo na região. Isso porque, os guerrilheiros não haviam comunicado a população, pelo menos de modo mais extensivo, qual era o escopo de estarem naquela região.¹²⁵

¹²³ “Segundo o jornalista Hugo Studart, que escreveu o livro *A Lei da Selva*, trata-se de uma cópia preservada por um militar. Em artigo publicado pela revista *Brasil História*, edição de março de 2007, ele diz que o destino e principalmente o teor do diário ficaram oculto por três décadas. “O diário foi encontrado pelas tropas que mataram Grabois, dentro de suas roupas, já estufado pela umidade. O documento chegou a Marabá no final da tarde de 25 de dezembro de 1973 para ser encaminhado na primeira hora do dia seguinte ao Centro de Informações do Exército (CIE), em Brasília”, diz ele. Segundo Studart, um capitão da área de informações pediu o material emprestado aos colegas para examiná-lo e, sem consultar os superiores, convocou cinco soldados para que atravessassem a madrugada copiando o conteúdo à mão. Pela manhã devolveu o documento. O diário original desapareceu dos arquivos do CIE, provavelmente destruído no crematório ocorrido em fins de 1974, por ordem do presidente Ernesto Geisel para ocultar os combates no Araguaia. Restou a cópia (mais tarde datilografada), preservada nos arquivos pessoais daquele capitão. Três oficiais superiores, antigos membros da Comunidade de Informações que tiveram acesso aos originais antes da cremação, atestam a autenticidade do conteúdo que consta na cópia.” (NASSIF, 2011, n.p.)

¹²⁴ Para compreender a guerrilha do Araguaia, sob uma perspectiva dos militares e dos documentos oficiais, (v. CASALI, 2020). Nessa obra o autor, que é coronel da reserva do EB, baseia sua escrita em documentos oficiais e em relatos de militares que participaram da guerrilha. Todavia, omite as formas obscuras utilizadas pelas forças constituídas da ditadura militar. A história da guerrilha, sob a ótica do autor, foi desenvolvida de maneira justa e necessária, pois o Estado combatia elementos subversivos, cujas atitudes prejudicavam sobremaneira, a estabilidade política do Brasil.

¹²⁵ Interpretando o comunicado nº 1, emitido pelo movimento guerrilheiro, que era dirigido aos moradores das localidades da região do conflito, se observa que a população, de modo geral, desconhecia os objetivos e que eram de fatos os “paulistas”. Isso porque, o texto do comunicado tenta

A luta da guerrilha do Araguaia, contra as forças armadas brasileiras, foi marcada por uma série de desafios e dificuldades, que testaram a resistência e a determinação dos guerrilheiros. Ao longo do conflito, a força guerrilheira enfrentou obstáculos que iam, desde a escassez de alimentos e armamentos, até as condições adversas do terreno e as doenças tropicais. A análise dessas dificuldades revela a dura realidade enfrentada pelos combatentes e a complexidade da guerra de guerrilha na região. Durante o conflito, a fome se tornou uma realidade constante para os guerrilheiros, e a falta de recursos alimentares adequados, comprometia a saúde e a capacidade de resistência dos combatentes, tornando a luta ainda mais árdua e desafiadora.

Além da fome, as dificuldades de deslocamento no terreno também representaram um obstáculo significativo para a guerrilha. O terreno acidentado e de difícil acesso dificultava a movimentação dos combatentes, tornando-os vulneráveis a emboscadas e ataques surpresa. As condições climáticas adversas também impuseram desafios à força guerrilheira. Isso porque, na época de chuva, as intensas precipitações alagavam a região, dificultando a locomoção e o abastecimento. Já na época de seca, a escassez de água potável representava uma ameaça à saúde e à sobrevivência dos combatentes, que precisavam lidar com a desidratação e as dificuldades em manter uma boa higiene corporal, o que facilitava o aparecimento das doenças oportunistas.

A falta de armamento e a dificuldade na manutenção das armas também foram desafios enfrentados pela guerrilha. A escassez de recursos e a dependência de suprimentos externos limitavam a capacidade de combate dos guerrilheiros, tornando-os mais vulneráveis aos ataques das forças armadas. A necessidade de improvisar e adaptar-se às condições adversas do conflito era uma constante para a força guerrilheira.

convencer as pessoas de que as forças constituídas atacaram simples trabalhadores da região, e que alguns deles resolveram formar um grupo de resistência, para combater as atrocidades cometidas pela ditadura militar. Outrossim, alegam que a partir dos ataques das forças armadas é que surgiu o grupo de resistência, cuja denominação escolhida foi Movimento de Libertação do Povo (MLP), e que esse grupo contava com a adesão de outras pessoas, para combater a grilagem de terra e as violências sofridas, pelos moradores, causadas por agentes da ditadura. Alegavam ainda, que o MLP, contava com a simpatia de amplos setores da população do campo e de importantes cidades da região. Por fim, conclamavam para que os diversos trabalhadores locais, ajudassem o movimento, seja participando diretamente da luta ou apoiando indiretamente os revoltosos, por meio de qualquer apoio necessário a continuidade da luta. Esse comunicado é datado de 25 de maio de 1972, mas está transcrito no Diário da Guerrilha do Araguaia, no dia 8 de junho de 1972. (CASTRO, 2011, n.p.)

Além disso, as doenças tropicais, endêmicas da região, representavam uma ameaça constante à saúde dos combatentes. A malária, a desintéria e outras enfermidades transmitidas por insetos e parasitas debilitavam os guerrilheiros, comprometendo sua capacidade de resistência e combate. A falta de recursos médicos e de condições sanitárias adequadas agravava ainda mais a situação dos combatentes do PCdoB.

Desse modo, as diversas dificuldades enfrentadas pela força guerrilheira do Araguaia durante o conflito evidenciaram a extrema dureza e complexidade da guerra de guerrilha na região. A fome, as condições climáticas adversas, a escassez de armamentos, os problemas de deslocamento no terreno e as doenças tropicais representaram obstáculos significativos para os combatentes, testando sua resiliência e capacidade de adaptação.

A superação dessas adversidades exigiu não apenas coragem e determinação, mas também criatividade e solidariedade entre os guerrilheiros. A luta contra as forças armadas brasileiras no Araguaia foi marcada por um cenário de extrema dificuldade, no qual os combatentes enfrentaram desafios constantes em sua busca pela resistência e sobrevivência. A análise dessas dificuldades ressalta a bravura e a dedicação dos guerrilheiros, que enfrentaram condições adversas em prol de seus ideais e da luta pela justiça e liberdade.

2.3.3.3 Das consequências geradas pelo conflito, aos habitantes da região do Bico do Papagaio

As fases de operações Guerrilha do Araguaia, ocorrida na região do Bico do Papagaio entre os anos de 1972 e 1975¹²⁶, deixou marcas profundas nos moradores locais. As consequências nefastas das ações perpetradas pelo Estado, durante esse período de conflito armado, impactaram significativamente a vida e a saúde mental dessas comunidades. Neste contexto, é fundamental analisar os tipos de violências

¹²⁶ Apesar da eliminação definitiva da força de guerrilha em 1974, as forças armadas permaneceram com as operações até 1975. As operações finais foram definidas como “Operações Limpeza”, que objetivava, apagar quaisquer vestígios das barbáries praticada durante as fases de operações. Foi na fase da limpeza, que os corpos dos guerrilheiros foram desenterrados e desapareceram. Valendo pontuar, que o Estado buscou manter o episódio em segredo, ameaçando os moradores locais, especialmente aqueles que foram forçados a atuar como mateiros. Nesse sentido, v. GORENDER, 2014; AMORIM, 2014; MORAIS; SILVA, 2005. Apud. GOMES; BORGES, 2022, p. 1.

cometidos e refletir sobre se as retaliações das forças armadas foram superadas pelos moradores do Bico do Papagaio.

Durante a Guerrilha do Araguaia, os moradores das localidades do Bico do Papagaio foram vítimas de diversas formas de violência perpetradas pelo Estado. Torturas, sequestros, extermínio, ocultação de cadáveres, saques e ameaças foram algumas das práticas cruéis empregadas pelas forças armadas contra os camponeses e suas famílias. A desproporção de forças e a brutalidade das ações desconstroem a ideia de "guerrilha" e evidenciam a violência de Estado como um mecanismo de controle e repressão.

As autoras Irene Gomes e Thelma Pontes Borges (GOMES E BORGES, 2022), organizaram um quadro da tipologia das violências perpetradas contra os camponeses, cujos dados advém das repetidas afirmações feitas por moradores da região do Bico do Papagaio, à época do conflito. O quadro elaborado apresenta uma excelente visão sobre as torturas efetivadas pelas forças de repressão. Apontam as autoras que os principais tipos de violência foram: prisões em buracos, que consistia na escavação de buracos profundos, onde os presos eram colocados e vigiados, sem possibilidade de fugirem; prisões e expulsões de suas terras, os trabalhadores além de serem expulsos de suas posses, perdiam, também as suas roças plantadas, bem como seus animais e benfeitorias construídas. Ou seja, perdiam a possibilidade de gerarem o sustento de seus familiares. E, caso resistissem as ordens de desocupação, eram presos e sofriam torturas físicas e psicológicas. Houve também a utilização, a força, de pessoas como mateiros ou guias, que eram obrigados a cumprir trabalhos em prol da captura dos guerrilheiros. Por fim, são descritos violências como: assassinatos, degolas, utilização de bombas de Napalm, que eram utilizados como forma de controle e de intimidação dos moradores da região.¹²⁷

As retaliações empreendidas pelas forças armadas durante a Operação Limpeza, que visava eliminar quaisquer vestígios da guerrilha, deixaram traumas profundos nos moradores do Bico do Papagaio. A ameaça constante, o medo, a perda de entes queridos e a violência física e psicológica geraram um cenário de terror e sofrimento que perdura até os dias atuais. A falta de reconhecimento e reparação por

¹²⁷ Para um melhor aprofundamento, acerca das torturas físicas e mentais, pelas quais sofreram os habitantes locais das áreas, onde foram deflagradas as lutas contra os guerrilheiros. Indicamos GOMES ; BORGES, 2022, pp 8-15, onde as autoras descrevem em detalhes, as formas de atuações das forças constituídas, que representavam a ditadura militar, bem como defendiam os interesses das empresas e dos fazendeiros, que praticavam a grilagem das terras.

parte do Estado contribui para a não superação desses traumas e para a perpetuação do sofrimento das vítimas.

Em suma, as consequências ruins da Guerrilha do Araguaia para os moradores do Bico do Papagaio são evidentes e profundas. Os tipos de violências perpetrados pelo Estado deixaram cicatrizes que ainda ecoam na memória e na vida dessas comunidades. A falta de justiça, de reconhecimento e de reparação adequada contribui para a não superação dos traumas e para a perpetuação do sofrimento. É essencial que a história seja contada, que as vítimas sejam ouvidas e que medidas sejam tomadas para garantir que tais atrocidades não se repitam e que a dignidade e os direitos das pessoas sejam respeitados em todas as circunstâncias.

3 CONCLUSÃO

3.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DAS PRINCIPAIS CAUSAS, QUE POSSIBILITARAM A DERRUBADA DO GOVERNO DEMOCRÁTICO DE JOÃO GOULART, E A CONSEQUENTE IMPLANTAÇÃO DO REGIME DITATORIAL

Que os USA desempenharam um papel significativo na derrubada do governo de João Goulart no Brasil em 1964, não resta a menor dúvida, pois como demonstrado nesse trabalho, há vasta comprovação documental. Outrossim, apontamos que a interferência externa foi motivada pela Guerra Fria e pela preocupação em manter o sistema capitalista, o que levou a ações diretas e indiretas para minar o governo brasileiro.

Bem assim, pontuamos que os americanos promoveram ataques à imagem de João Goulart, acusando-o de tendências progressistas e de possíveis ligações com o comunismo, o que gerou desconfiança e instabilidade política no país. Além disso, os USA apoiaram ativamente setores da sociedade brasileira, como políticos de direita, militares e empresários, que se opunham ao governo de Goulart, fornecendo recursos e apoio logístico para a articulação do golpe. Desse modo, a pressão externa exercida por eles, em conjunto com a ação de grupos internos insatisfeitos, contribuiu sobremaneira, para a queda de João Goulart e a instauração de um regime autoritário no Brasil.

Em suma, pode se afirmar peremptoriamente, que os americanos influenciaram diretamente os eventos que levaram ao golpe de 1964 no Brasil. Sua interferência externa e apoio a grupos opositores foram elementos-chave para a instabilidade política e a queda do presidente democraticamente eleito, evidenciando a complexa relação entre interesses internacionais e a política interna de um país.

Por seu turno, demonstramos que o apoio aberto do Presidente brasileiro, aos trabalhadores e suas políticas progressistas exerceram um papel decisivo, para o desencadear do golpe. Isso porque, a postura de Jango em defesa das reformas sociais e trabalhistas gerou resistência e oposição de setores conservadores da sociedade brasileira, incluindo militares e políticos de direita alimentando a instabilidade política.

Assim, a atuação de Jango em favor das classes menos favorecidas, e sua postura considerada radical pelas elites dominantes, que viram suas posições ameaçadas, contribuíram para a polarização política e a articulação de forças contrárias ao seu governo. Então, a história evidencia, como a polarização política e as divergências de interesses, nas questões trabalhistas, foram determinantes para os eventos que marcaram o fim do governo de João Goulart.

No tocante a questão da reforma agrária, as propostas que visavam a redistribuição de terras e a melhoria das condições dos trabalhadores rurais, geraram resistência e oposição de setores da sociedade brasileira, especialmente das elites agrárias e da burguesia. Burgueses esses, que tinham estreitas ligações com os latifundiários e viam suas posições de poder e privilégios ameaçadas. Outro ponto é que a concentração de terras nas mãos de poucos era um problema histórico no Brasil, isto é, era um ponto capital na luta entre trabalhadores do campo e a elite agrária.

Em síntese, a questão da reforma agrária, foi mais um dos fatores determinantes na derrubada do governo de João Goulart. Isso porque, as propostas de redistribuição de terras e melhoria das condições dos trabalhadores rurais confrontaram interesses poderosos, desencadeando resistência e oposição que contribuíram para a instabilidade política e a queda do presidente democraticamente eleito.

Acerca da importância dos movimentos, desencadeados pelos militares de baixa patente. Temos que os eventos, descritos nos documentos históricos, revelam um cenário político tenso e polarizado no Brasil durante os anos 60, com confrontos entre o governo de João Goulart e setores militares insatisfeitos.

Então, a insatisfação dos militares de baixa patente com a decisão do STF, somada às manifestações e movimentos de grupos como a Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais, refletiram a polarização política e a busca por reformas no sistema. Outrossim, a postura de Goulart em participar de eventos, que desagradavam setores militares mais conservadores, contribuiu para a escalada da crise e para a concretização do golpe.

Assim sendo, pode se concluir que, em meio a um contexto de tensões políticas e ideológicas, a falta de diálogo e a quebra de hierarquia foram elementos determinantes para a queda de João Goulart e a instauração de um regime militar no

Brasil. Os eventos narrados, nas fontes documentais apresentadas nesse trabalho, evidenciam a fragilidade das instituições democráticas e a influência das Forças Armadas na condução dos rumos políticos do país.

O espírito golpista, demonstrado pelo alto escalão das Forças Armadas foi, a nosso ver, e com o apoio nas informações trazidas no corpo desse trabalho, o ponto nevrálgico, na derrubada do governo de João Goulart em 1964. Porquanto, os dirigentes militares, influenciado por uma mentalidade golpista e autoritária, viu em João Goulart uma ameaça aos seus interesses e à estabilidade do país. As reformas sociais e trabalhistas propostas por Goulart, somada à sua postura considerada radical, gerou um clima de desconfiança e oposição a seu governo.

Em conclusão, o espírito golpista do alto escalão das Forças Armadas foi um dos pilares que sustentaram a derrubada do governo de João Goulart em 1964. A mentalidade antidemocrática e a oposição às políticas progressistas do presidente, foram preponderantes. A história evidencia como as ambições políticas e ideológicas, dos militares de alta patente, tiveram um impacto significativo nos eventos que moldaram o cenário político do país naquela época.

Como pontuamos alhures, os políticos de direita, como os governadores de MG, SP e GB, liderados por Magalhães Pinto, Adhemar de Barros e Carlos Lacerda, respectivamente, trabalharam incansavelmente para derrubar o governo de João Goulart. Sua participação ativa na articulação do golpe, evidenciada em documentos da embaixada americana e da CIA, demonstra como a política brasileira estava polarizada na época e como os interesses de poder se sobrepujam à democracia e aos interesses da sociedade.

Logo, a atuação golpista dos políticos da direita brasileira, foi outro fator importante, para a derrubada do governo de João Goulart em 1964. Porquanto, a união desses políticos com setores militares e elites conservadoras, em busca de interesses próprios e contrários às políticas progressistas de Jango, resultou na instauração de um regime autoritário no Brasil. Portanto, os fatos comprovam como a ação desses políticos foi um dos pilares que sustentaram o golpe e marcaram um período sombrio na democracia brasileira.

3.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A UTILIZAÇÃO DOS ATOS INSTITUCIONAIS, NOS PRIMEIROS ANOS DA DITADURA MILITAR

Como visto, no capítulo 2, o Ato Institucional nº 1, promulgado em 9 de abril de 1964, foi uma das primeiras medidas restritivas adotadas durante o regime militar no Brasil. Esse ato teve como objetivo manter a Constituição Federal de 1946, porém com modificações introduzidas pelo “Poder Constituinte originário” da revolução, estabelecendo mudanças significativas no cenário político e jurídico do país.

Essa norma “legal”, que conferiu amplos poderes ao Executivo, pois concentrou o poder nas mãos do presidente, e enfraqueceu o Poder Judiciário, ao determinar que atos políticos expedidos pelo Executivo não estavam sujeitos à análise judicial. Além disso, o AI-1 legitimou a revolução como resultado do exercício do Poder Constituinte, afastando a necessidade de legitimação pelo Congresso Nacional e estabelecendo um novo paradigma de governança.

Em síntese, o AI-1 representou o início de um período de restrições e autoritarismo no Brasil, marcando o início de um regime ditatorial. E, tiveram impactos profundos na estrutura democrática do país. Sendo esse, o prenúncio de uma série de atos autoritários que se seguiram, evidenciando a ruptura com a ordem constitucional e democrática vigente.

Por sua vez, O AI-2, decretado em 27 de outubro de 1965, foi uma das medidas mais impactantes do regime militar no Brasil. Esse ato consolidou a ditadura, pois restringiu, sobremaneira, a atuação dos poderes Legislativos e Judiciários, impondo restrições significativas às liberdades civis e políticas. A outorga do AI-2 representou um avanço na escalada autoritária, minando ainda mais as bases democráticas e institucionais do país. Porquanto, estabeleceu normas permitindo que os militares alterassem as regras conforme sua conveniência, sem respeitar normas jurídicas estabelecidas.

Em resumo, o AI-2 foi um marco na consolidação do regime autoritário no Brasil, ampliando os poderes dos militares e restringindo as liberdades democráticas. As medidas restritivas impostas por esse ato contribuíram para a supressão de direitos fundamentais, a censura à imprensa e o fortalecimento do controle autoritário sobre a

sociedade. O AI-2 foi mais um passo rumo à instauração de um regime de exceção, evidenciando a gravidade do período ditatorial no país.

O AI-5, decretado em 13 de dezembro de 1968, foi o mais duro e repressivo dos atos institucionais durante o regime militar no Brasil. Esse ato concedeu amplos poderes ao Executivo, suspendeu direitos fundamentais, impôs censura à imprensa e estabeleceu um regime de exceção que restringiu severamente as liberdades civis e políticas no país.

O AI-5 suspendeu garantias constitucionais como a vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade de servidores públicos, conferindo ao presidente poderes absolutos e interferência em todos os poderes, enfraquecendo o sistema de freios e contrapesos. Além disso, a suspensão da garantia constitucional de habeas corpus para crimes políticos e a exclusão da apreciação judicial das medidas do AI-5 demonstraram a arbitrariedade e a violação dos direitos humanos perpetradas pelo regime.

Então, pode se afirmar, peremptoriamente, que o AI-5 representou o ápice da repressão e do autoritarismo durante a ditadura militar no Brasil. As medidas restritivas impostas por esse ato, como a suspensão de direitos, a censura e a exclusão do controle judicial, marcaram um período sombrio na história do país. O AI-5 simbolizou a consolidação do regime de exceção e a supressão das liberdades democráticas, evidenciando a gravidade e a violência do período ditatorial no Brasil.

3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DO TEMA GUERRILHA RURAL, COM ABORDAGEM EM TRÊS MOVIMENTOS GUERRILHEIRO: GUERRILHA DO CAPARAÓ; GUERRILHA DO VALE DO RIBEIRA; E GUERRILHA DO ARAGUAIA.

3.2.1 Considerações finais, acerca do movimento ocorrido na Serra do Caparaó

A análise da Guerrilha do Caparaó, primeiro movimento guerrilheiro durante a ditadura militar no Brasil, revela aspectos cruciais da resistência armada ao regime autoritário e das dinâmicas políticas e sociais da época. A preparação, idealismo dos guerrilheiros e a reação da população local diante do comunismo são elementos

fundamentais para compreender a complexidade desse período conturbado da história brasileira.

Ao examinar a atuação dos guerrilheiros, percebemos a coragem e determinação na luta contra a repressão do regime militar, bem como os desafios enfrentados e o legado deixado na história do Brasil. A reação dos habitantes locais, marcada pela falta de apoio à causa guerrilheira e pela influência da propaganda anticomunista, reflete a polarização e desconfiança em relação às ideias comunistas naquela época.

A influência da mídia na construção da narrativa histórica e na formação da opinião pública é evidente ao analisar como os eventos relacionados à guerrilha foram destacados e interpretados. A cobertura jornalística desempenhou um papel significativo na disseminação de informações e na moldagem do imaginário social em torno do conflito, demonstrando o poder dos meios de comunicação na sociedade.

Em suma, a Guerrilha do Caparaó representa um marco significativo na história do Brasil, evidenciando a resistência armada, as dinâmicas políticas e sociais da época, e a influência da mídia na construção da memória coletiva. Compreender essas temáticas nos permite refletir sobre os desafios enfrentados pela sociedade brasileira nesse período conturbado e ressaltar a importância da memória histórica para a reflexão e compreensão dos eventos passados.

3.2.2 Considerações finais, acerca do movimento ocorrido no vale do Ribeira

A Guerrilha do Vale do Ribeira, liderada pelo capitão Lamarca, foi um marco importante na resistência à ditadura militar no Brasil, destacando-se como uma escola de formação da guerrilha rural, onde guerrilheiros eram formados e preparados para enfrentar as forças militares. A análise desse episódio histórico permite compreender a estratégia de luta armada adotada pelos grupos opositores ao regime autoritário.

Portanto, pode-se afirmar que esse movimento representa um importante capítulo na história da resistência armada à ditadura militar no Brasil. A escola de formação da guerrilha rural nessa região evidenciou a determinação dos opositores do regime em lutar pela democracia e pelos direitos civis. A análise desse episódio histórico nos permite compreender melhor as estratégias de resistência adotadas durante um período de repressão política e violência estatal.

O estudo desenvolvido nesse trabalho, evidencia que o conflito armado no Vale do Ribeira foi marcado por uma série de violações de direitos humanos, incluindo delações, perseguições, torturas, assassinatos e até bombardeio aéreo. Esses eventos trágicos revelam a brutalidade e a intensidade do confronto entre as forças militares e os guerrilheiros durante a ditadura militar no Brasil.

Conclui-se, outrossim, que durante o conflito armado no Vale do Ribeira, as práticas de delações, perseguições, torturas e assassinatos foram utilizadas como estratégias de repressão pelo regime militar, para eliminar a resistência armada. A população local foi submetida a um clima de medo e violência, enquanto os guerrilheiros enfrentavam uma luta desigual contra as forças militares. O bombardeio aéreo, até então questionado, foi confirmado por documentos oficiais, evidenciando a extensão da violência empregada no conflito.

Por fim, pode se afirmar, que o conflito armado no Vale do Ribeira foi um período sombrio da história brasileira, marcado por violações graves dos direitos humanos e pela brutalidade das ações militares. As práticas de ações nada ortodoxas, revelam a crueldade e a desproporcionalidade das medidas adotadas, pelo regime militar, para reprimir a resistência. Assim sendo, a análise desses eventos trágicos, nos permite refletir sobre as consequências devastadoras da violência estatal e a importância de preservar a memória dessas vítimas em busca da justiça e da verdade histórica.

3.2.3 Considerações finais, acerca do movimento ocorrido na região do Bico do Papagaio

As fontes históricas, quer seja documental ou oral, demonstram que a Guerrilha do Araguaia representa um capítulo sombrio da história do Brasil, marcado pela luta armada contra a ditadura militar e pelas atrocidades cometidas pelas forças de repressão estatal, seja contra os guerrilheiros ou contra os moradores das localidades onde se desenvolveu o conflito.

A escolha estratégica da região do Bico do Papagaio, para o desenvolvimento da guerrilha rural, foi fundamentada em condições propícias para a resistência, mas também expôs que os habitantes locais viviam um cenário de abandono e vulnerabilidade. A falta de assistência do poder público, aliada à atuação em favor de

grandes empresas e fazendeiros, contribuiu para a marginalização e exploração dos posseiros e pequenos produtores rurais da região.

Restou demonstrado, que nas fases de combate, os guerrilheiros do Pcdob enfrentaram adversidades extremas, demonstrando coragem, determinação, criatividade e solidariedade em meio a condições desfavoráveis. Enquanto lutavam por seus ideais de justiça e liberdade, enfrentaram torturas, prisões arbitrárias, expulsões de terras e violações de direitos humanos.

Outro ponto importante, foi a compreensão de que durante a guerrilha, bem como nas operações de "limpeza" realizadas pelas forças armadas, resultaram em traumas profundos na população local, que foi ameaçada e coagida a manter silêncio sobre os horrores presenciados. Desse modo, o conflito na região do Bico do Papagaio, deixou marcas profundas não apenas nos guerrilheiros, mas também nos habitantes locais, que foram vítimas de violência e opressão.

Em suma, a Guerrilha do Araguaia revela as cicatrizes de um período sombrio da história brasileira, no qual a repressão política e a violência estatal foram utilizadas para silenciar qualquer forma de resistência. A memória dos guerrilheiros e dos habitantes do Bico do Papagaio deve ser preservada como um alerta sobre os perigos do autoritarismo e da violação dos direitos humanos. Que a justiça e a verdade prevaleçam, e que a história sirva de lição para as gerações futuras, para que tais atrocidades nunca mais se repitam em nosso país.

REFERÊNCIAS

ATO INSTITUCIONAL N.º 5. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2023. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Ato_Institucional_n.%C2%BA_5&oldid=65208588>. Acesso em: 28 set. 2023.

ALMEIDA, D. L. R. *A guerrilha esquecida: memórias do Caparaó (1966-67), o primeiro foco guerrilheiro contra a ditadura militar no Brasil*. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2014. Disponível em: A guerrilha esquecida: memórias do Caparaó (1966-67), o primeiro foco guerrilheiro contra a ditadura militar no Brasil (ufes.br). Acesso em: 11 nov. 2013.

_____. *A repressão e os descaminhos da luta armada no Brasil*. XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH, Natal-RN, 22 a 26 jul. 2013.

AMORIM, Carlos. Araguaia. Histórias de amor e guerra. Rio de Janeiro: Record, 2014.

ANJOS FILHO, Z. R. *Lamarca: mito e história*. Monografia (Titulação em História) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 1999. Disponível em: Repositório Institucional - Universidade Federal de Uberlândia: Lamarca: mito e história (ufu.br). Acesso em: 12 nov. 2023.

BANDEIRA, L. A. M. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973.

_____. *O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1978.

BRASIL. Ato Institucional nº 1 de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Planalto, Brasília, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em 11 set. 2017.

_____. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2023.

_____. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. V. 2– Brasília: CNV, 2014. volume_2_digital.pdf (www.gov.br). Acesso em: 15 Set. 2023.

_____. Lei 6.888, de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Disponível em: L6880 (planalto.gov.br). Acesso em: 12 dez. 2023

_____. Ato Institucional n. 5 (AI-5). *Acervo*, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 394–402, 2014.
Disponível em:
<https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/484>.
Acesso em: 29 set. 2023.

CAMARGO, A. *Ligas Camponesa*. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. Atlas Histórico do Brasil. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/7794#:~:text=As%20ligas%20camponesas%20foram%20associações,de%20João%20Goulart%20em%201964>. Acesso em 15 set. 2023.

CARVALHO, C. E. *o PC do B durante a ditadura: duas importantes contribuições*. Proj. História, São Paulo, (29) tomo 2, p. 527-552, dez. 2004.

CASALI, C. T. *Araguaia: a guerrilha dia a dia*/Cláudio Casali. 1ª ed. – Rio de Janeiro: 2020. (e-book)

CASTRO, M. *Diário de Maurício Grabois*. Blog do Paulo Fonteles Filho, 27 mar. 2011. Disponível em: [Diário de Maurício Grabois | Blog do Paulo Fonteles Filho](https://diario-de-mauricio-grabois.blogspot.com/)
Acesso em: 10 set. 2023.

CRASSO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2023. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Crasso&oldid=65987359>>. Acesso em: 29 ago. 2023.

CORRÊA, M. S. *1964 visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre: L&P Editores Ltda, 1977.

D'ARAÚJO, M. C, SOARES, G. A. D e CASTRO, C. *Visões do golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964 / Maria Celina D'Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares, Celso Castro*. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

DOMINGUES, J. E. (31 de mar. de 2019). *Fonte: Ensaios e Notas - Cultura Geral*. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/s21/wp-content/uploads/2019/03/comicio-da-central-do-brasil-o-ultimo-ato-popular-de-joao-goulart-1.pdf>. Acesso em 28 ago. 2023.

FERREIRA GUIMARÃES, P. *Quando o comunismo bate à porta: a Guerrilha de Caparaó e o medo desenvolvido pela população local em relação aos guerrilheiros* Revista de História, núm. 156, jun., 2007, pp. 261-294 Universidade de São Paulo São Paulo, Brasil

FERREIRA, J. *Não à guerra civil*. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, ano 7, n. 83, agosto 2012. Disponível em: <http://revistadehistoria.com.br/secao/capa/nao-a-guerra-civil-1>. Acesso em 28 ago. 2023.

FICO, C. *O Grande Irmão – Da operação Brother Sam aos anos de chumbo*. Anexo I. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2008.

_____, *História do Brasil contemporâneo I Carlos Fico*. - São Paulo: Contexto, 2015.

FILHO, J. R. M. *O 1º de abril - Um presidente deposto e outro conduzido ao poder por homens armados marcam o início da Revolução 'Democrática' de 1964. Entenda os eventos que levaram à instauração da ditadura civil-militar no Brasil*

- In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, ano 7, n. 83, agosto 2012. Disponível em: <http://revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-1-de-abril>. Acesso em 28 ago. 2023.

FILHO, Z. R. A. *Lamarca: mito e história*. 1999, 144p. Monografia - (titulação em história). Universidade Federal de Uberlândia, Departamento de História.

FONTELES, P. *O PCdoB e a guerrilha no Araguaia: a estratégia Site Vermelho - A esquerda bem informada*. Publicado em 6 abr. 2012. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2012/04/06/o-pcdob-e-a-guerrilha-no-araguaia-a-estrategia/>. Acesso em: 6 jul. 2024.

FREIRE, A. L., ZOCKUN, M. Encampação: requisitos e processo administrativo. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. Vidal Serrano Nunes Jr., Maurício Zockun, Carolina Zancaner Zockun, André Luiz Freire (coord. de tomo). 2. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/547/edicao-2/encampacao:-requisitos-e-processo-administrativo>. Acesso em 1 mai. 2024

GASPARI, E. *Box Coleção Ditadura: 1. A Ditadura Envergonhada 2. A Ditadura Escancarada 3. A Ditadura Derrotada 4. A Ditadura Encurralada 5. A Ditadura Acabada*, Edição digital:2016. Disponível para compra em: Box Coleção Ditadura - Elio Gaspari - Intrínseca (intrinseca.com.br).

_____. *A Ditadura Envergonhada/Elio Gaspari*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GOMES, I.; BORGES, T. P. *Violência de estado e trauma: camponeses da guerrilha do Araguaia*. Revista Direitos Humanos e Democracia. Ano 10 • nº 20 • Jul./Dez. 2022. Editora Unijuí. Disponível em: *Violência de Estado e trauma: camponeses da Guerrilha do Araguaia | Revista Direitos Humanos e Democracia* (unijui.edu.br). Acesso em 20 dez. 2023.

GUIMARÃES, P. F. *Caparaó, a lembrança do medo: a memória dos moradores da região da Serra do Caparaó sobre o primeiro movimento de luta armada contra a ditadura militar – a Guerrilha de Caparaó*. Dissertação (Mestrado em História Política) - Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2006. Disponível em: Repositório Institucional - UFJF: *Caparaó, a lembrança do medo: a memória dos moradores da região da Serra do Caparaó sobre o primeiro movimento de luta armada contra a ditadura militar – a Guerrilha de Caparaó*. Acesso em 15 ago., 2023

_____. *Quando o comunismo bate à porta: a Guerrilha do Caparaó e o medo desenvolvido pela população local em relação aos guerrilheiros*. Plínio Ferreira Guimarães / Revista de História 156 (1º semestre de 2007), 261-294. Disponível em: RH_156_-_Plnio_Ferreira_Guimares.pdf (usp.br). Acesso em: 20 out 2023.

GORENDER, J. *Combate nas trevas: das ilusões perdidas à luta armada*. 5. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2014.

GUERRA FRIA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Guerra_Fria&oldid=68188434>. Acesso em: 27 jun. 2024.

INFLAÇÃO NO BRASIL. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2023. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Infla%C3%A7%C3%A3o_no_Brasil&oldid=66495834>. Acesso em: 28 ago. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE AÇÃO DEMOCRÁTICA (IBAD). In: Fatos e Eventos. Disponível em: <https://jk.cpdoc.fgv.br/fatos-eventos/instituto-brasileiro-de-acao-democratica-ibad>. Acesso em: 16 set. 2023.

LIMA, S. *STF nunca foi fechado, mas teve ministros cassados pela ditadura militar*. Site Estadão, publicado em 11 mar. 2021. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/stf-nunca-foi-fechado-mas-teve-ministros-cassados-pela-ditadura-militar/>. Acesso em: 27 set 2023.

LAMARÃO, S. *Revolta dos Sargentos*. Site Atlas FGV-CPDOC. Disponível em: | Atlas Histórico do Brasil - FGV. Acesso em: 1 jun. 2024.

LEANDRO, M. *Há 50 anos, Jango defendia reformas em comício na central do Brasil*. Portal EBC, 2014. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/cidadania/2014/03/ha-50-anos-jango-defendia-reformas-em-comicio-na-central-do-brasil>. Acesso em 3 dez. 2023.

LUNGARETTI, C. *1970, a guerra no vale do Ribeira*. In: Diálogos do Sul Global, publicado em 8 de agosto de 2016. Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/1970-a-guerra-no-vale-do-ribeira/>. Acesso em 01 jun 2024.

LUTA ARMADA CONTRA A DITADURA MILITAR BRASILEIRA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2023. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Luta_armada_contra_a_ditadura_militar_brasileira&oldid=66034231>. Acesso em: 12 set. 2023.

MAOISMO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em:

<<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Maoismo&oldid=67901297>>. Acesso em: 6 mai. 2024.

MENDES, G. F. *Curso de Direito Constitucional/Gilmar Ferreira Mendes, Paulo Gustavo Gonet Branco*. – 7. ed. Ver. E atual. – São Paulo: Saraiva, 2012.

MORAIS, T; SILVA, E. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

MOTA, U. *Cabo Anselmo em sua farsa*. In: Blog da Boitempo. São Paulo, 20 dez. 2022. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2022/12/20/cabo-anselmo-em-sua-farsa/>. Acesso em 14 set. 2023.

MOURA, Clóvis. *Diário da Guerrilha do Araguaia/Apresentação Clóvis Moura*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979.

NAPALM. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Napalm&oldid=68240185>>. Acesso em: 7 jul. 2024.

NASSIF, I. *A polêmica sobre a guerrilha do Araguaia*. Pub. 12 abr. 2011. Site GGN – o jornal de todos os brasis. Disponível em: *A polêmica sobre a guerrilha do Araguaia - Jornal GGN*. Acesso em: 20 abr. 2023.

NATUSCH, I. (17 de 08 de 2022). *19 de agosto de 1962: é criado o CGT, organização sindical de grande influência política nos anos pré-golpe de 1964*. Fonte: O trabalho na história. Disponível em: dmtem.debate.com.br. Acesso em: 27 ago. 2023.

OLIVEIRA, P. A. M. *Atos Institucionais – Sanções políticas*. Brasília: Biblioteca Digital – Câmara dos Deputados, 2000

PARKER, P. R. *1964: o Papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de Março*. Trad. Carlos Nayfeld. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1977.

PEIXOTO, R. C. D. *Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 6, n. 3, p. 479-499, set.-dez. 2011.

PINHO, C. L. *A guerra no Vale do Ribeira*. Gregory: São Paulo, 2018.

PRADO, C., Jr. *A questão agrária no Brasil*. Brasiliense: São Paulo, 1979

REIS, D. A. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005

SILVA, F. M. *Perspectivas da grande imprensa sobre a Guerrilha do Caparaó*. 2015. 199 f. Dissertação (Mestrado em História Política) - Universidade do Estado do Rio

de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: BDTD: Perspectivas da grande imprensa sobre a Guerrilha do Caparaó (uerj.br). Acesso em 15 ago., 2024

TEIXEIRA, G. S. Episódios de repressão em uma área rural paulista: contribuições desde o Vale do Ribeira para a história social da ditadura brasileira, p. 153-170. In: *Lutas, memórias e violações no campo brasileiro: conflitos, repressão e resistências no passado e presente/ Sérgio Sauer (org.)*. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

TERCEIRO MUNDO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2023. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Terceiro_Mundo&oldid=65200943>. Acesso em: 1 jan. 2023.

TSE-TUNG, M. *O livro vermelho*. Site KUPDF, publicado em 22 jan. 2017. Disponível em: https://kupdf.net/download/o-livro-vermelho-mao-ts-eacute-tung_59f407afe2b6f5560f506989_pdf. Acesso em: 8 jul. 2024

**APÊNDICE A – QUADRO DEMONSTRATIVO DAS SANÇÕES APLICADAS
PELO REGIME MILITAR BRASILEIRO, PERÍODO ENTRE 1964 E 1985**

Nº ordem	Discriminação da sanção	Quantidade
01	Aposentadoria	1.164
02	Banimento	127
03	Cassação de aposentadoria	14
04	Cassação de disponibilidade	01
05	Cassação de mandato	565
06	Confisco de bens	01
07	Demissão	1.774
08	Destituição de função	36
09	Dispensa de função	96
10	Disponibilidade	10
11	Exclusão	02
12	Exoneração	05
13	Reforma	750
14	Rescisão de contratos	21
15	Suspensão de direitos políticos	1.062
16	Transferência para a reserva	154
Total das sanções aplicadas		5.782

Fonte: OLIVEIRA, 2000, pp. 344-380

ANEXO A – ATO INSTITUCIONAL Nº 1

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

ATO INSTITUCIONAL Nº 1, DE 9 DE ABRIL DE 1964.

Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa.

À NAÇÃO

É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução.

A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação.

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória. Os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o Povo é o único titular. O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe.

O presente Ato institucional só poderia ser editado pela revolução vitoriosa, representada pelos Comandos em Chefe das três Armas que respondem, no momento, pela realização dos objetivos revolucionários, cuja frustração estão decididas a impedir. Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País. Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas. Para reduzir ainda mais os

plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes, constantes do presente Ato Institucional.

Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação.

Em nome da revolução vitoriosa, e no intuito de consolidar a sua vitória, de maneira a assegurar a realização dos seus objetivos e garantir ao País um governo capaz de atender aos anseios do povo brasileiro, o Comando Supremo da Revolução, representado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica resolve editar o seguinte.

ATO INSTITUCIONAL

Art. 1º - São mantidas a Constituição de 1946 e as Constituições estaduais e respectivas Emendas, com as modificações constantes deste Ato.

Art. 2º - A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, cujos mandatos terminarão em trinta e um (31) de janeiro de 1966, será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, dentro de dois (2) dias, a contar deste Ato, em sessão pública e votação nominal.

§ 1º - Se não for obtido o *quorum* na primeira votação, outra realizar-se-á no mesmo dia, sendo considerado eleito quem obtiver maioria simples de votos; no caso de empate, prosseguir-se-á na votação até que um dos candidatos obtenha essa maioria.

§ 2º - Para a eleição regulada neste artigo, não haverá inelegibilidades.

Art. 3º - O Presidente da República poderá remeter ao Congresso Nacional projetos de emenda da Constituição.

Parágrafo único - Os projetos de emenda constitucional, enviados pelo Presidente da República, serão apreciados em reunião do Congresso Nacional, dentro de trinta (30) dias, a contar do seu recebimento, em duas sessões, com o intervalo máximo de dez (10) dias, e serão considerados aprovados quando obtiverem, em ambas as votações, a maioria absoluta dos membros das duas Casas do Congresso.

Art. 4º - O Presidente da República poderá enviar ao Congresso Nacional projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais deverão ser apreciados dentro de trinta (30) dias, a contar do seu recebimento na Câmara dos Deputados, e de igual prazo no Senado Federal; caso contrário, serão tidos como aprovados.

Parágrafo único - O Presidente da República, se julgar urgente a medida, poderá solicitar que a apreciação do projeto se faça, em trinta (30) dias, em sessão conjunta do Congresso Nacional, na forma prevista neste artigo.

Art. 5º - Caberá, privativamente, ao Presidente da República a iniciativa dos projetos de lei que criem ou aumentem a despesa pública; não serão admitidas, a esses projetos, em qualquer das Casas do Congresso Nacional, emendas que aumentem a despesa proposta pelo Presidente da República.

Art. 6º - O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio, ou prorrogá-lo, pelo prazo máximo de trinta (30) dias; o seu ato será submetido ao Congresso Nacional, acompanhado de justificação, dentro de quarenta e oito (48) horas.

Art. 7º - Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade.

§ 1º - Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos. (Vide Lei Complementar nº 5, de 1970)

§ 2º - Ficam sujeitos às mesmas sanções os servidores municipais. Neste caso, a sanção prevista no § 1º lhes será aplicada por decreto do Governador do Estado, mediante proposta do Prefeito municipal.

§ 3º - Do ato que atingir servidor estadual ou municipal vitalício, caberá recurso para o Presidente da República.

§ 4º - O controle jurisdicional desses atos limitar-se-á ao exame de formalidades extrínsecas, vedada a apreciação dos fatos que o motivaram, bem como da sua conveniência ou oportunidade.

Art. 8º - Os inquéritos e processos visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária poderão ser instaurados individual ou coletivamente.

Art. 9º - A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, que tomarão posse em 31 de janeiro de 1966, será realizada em 3 de outubro de 1965.

Art. 10 - No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos. (Vide ato Institucional nº 6, de 1969.) (Vide Lei Complementar nº 5, de 1970)

Parágrafo único - Empossado o Presidente da República, este, por indicação do Conselho de Segurança Nacional, dentro de 60 (sessenta) dias, poderá praticar os atos previstos neste artigo.

Art. 11 - O presente Ato vigora desde a sua data até 31 de janeiro de 1966; revogadas as disposições em contrário. Rio de Janeiro-GB, 9 de abril de 1964.

Gen. Ex. ARTHUR DA COSTA E SILVA Tem. Brig. FRANCISCO DE ASSIS CORREIA DE MELLO Vice-Alm. AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRUNEWALD

Este texto não substitui o publicado no DOU de 9.4.1964 e republicado em 11.4.1964

Fonte: BRASIL. Ato Institucional nº 1 de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Planalto, Brasília, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em 11 set. 2017.

**ANEXO B – ATO QUE DECRETOU A SUSPENSÃO DOS DIREITOS
POLÍTICOS DAS PRINCIPAIS LIDERANÇAS POLÍTICAS OPOSICIONISTAS AO
REGIME CIVIL-MILITAR DE 1964**

ATOS DA REVOLUÇÃO

31

ATOS DO COMANDO
SUPREMO DA REVOLUÇÃO

O Comando Supremo da Revolução resolve, nos termos do art. 10 do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, suspender, pelo prazo de dez anos, os direitos políticos dos seguintes cidadãos:

- | | |
|--|--|
| 1 — Luiz Carlos Prestes | 47 — Luiz Hugo Guimarães |
| 2 — João Belchior Marques Goulart | 48 — Luiz Viegas da Mota Lima |
| 3 — Jânio da Silva Quadros | 49 — Severino Schnaipp |
| 4 — Miguel Arrais de Alencar | 50 — Meçando Rachid |
| 5 — Darci Ribeiro | 51 — Newton Oliveira |
| 6 — Raul Riff | 52 — Demistóclides Baptista |
| 7 — Waldir Pires | 53 — Roberto Morena |
| 8 — Gen R/1 Luiz Gonzaga de Oliveira Leite | 54 — Benedicto Cerqueira |
| 9 — Gen R/1 Sampson da Nóbrega Sampaio | 55 — Humberto Melo Bastos |
| 10 — Leonel de Moura Brizola | 56 — Hermes Caires de Brito |
| 11 — Clodsmith Riani | 57 — Aluísio Palhano Pedreira Ferreira |
| 12 — Clodomir Moraes | 58 — Salvador Romano Lossaco |
| 13 — Hércules Corrêa dos Reis | 59 — Olympio Fernandes de Mello |
| 14 — Dante Pelacani | 60 — Waldir Gomes dos Santos |
| 15 — Oswaldo Pacheco da Silva | 61 — Amauri Silva |
| 16 — Samuel Wainer | 62 — Almino Monteiro Alvares Afonso |
| 17 — Santos Vahlis | 63 — José Guimarães Neiva Moreira |
| 18 — Lincoln Cordeiro Oest | 64 — Clóvis Ferro Costa |
| 19 — Héber Maranhão | 65 — Sílvio Leopoldo de Macambira Braga |
| 20 — José Campelo Filho | 66 — Adahil Barreto Cavalcante |
| 21 — Desembargador Osni Duarte Pereira | 67 — Abelardo de Araújo Jurema |
| 22 — Ministro José de Aguiar Dias | 68 — Arthur Lima Cavalcante |
| 23 — Francisco Mangabeira | 69 — Francisco Julião |
| 24 — Jesus Soares Pereira | 70 — José Lamartine Távora |
| 25 — Hugo Régis dos Reis | 71 — Murilo Costa Régo |
| 26 — Jairo José Farias | 72 — Pelópidas Silveira |
| 27 — José Jofily | 73 — Barros Barreto |
| 28 — Celso Furtado | 74 — Waldemar Alves |
| 29 — Marechal R/1 Osvino Ferreira Alves | 75 — Henrique Cordeiro Oest |
| 30 — Josué de Castro | 76 — Fernando de Sant'Ana |
| 31 — João Pinheiro Neto | 77 — Hélio Vítor Ramos |
| 32 — Antônio Garcia Filho | 78 — João Dória |
| 33 — Djalma Maranhão | 79 — Mário Soares Lima |
| 34 — Humberto Menezes Pinheiro | 80 — Ramon de Oliveira Netto |
| 35 — Ubaldino Santos | 81 — Luiz Fernando Bocayuva Cunha |
| 36 — Raphael Martinelli | 82 — Luiz Gonzaga de Paiva Muniz |
| 37 — Raimundo Castelo de Souza | 83 — Adão Pereira Nunes |
| 38 — Rubens Pinho Teixeira | 84 — Eloy Ângelo Coutinho Dutra |
| 39 — Felipe Ramos Rodrigues | 85 — Marco Antônio |
| 40 — Álvaro Ventura | 86 — Max da Costa Santos |
| 41 — Antônio Pereira Netto | 87 — Roland Cavalcante Albuquerque Corbisier |
| 42 — João Batista Gomes | 88 — Sérgio Nunes de Magalhães Júnior |
| 43 — Ademar Latrilha | 89 — José Aparecido de Oliveira |
| 44 — Feliciano Honorato Wanderley | 90 — Plínio Soares de Arruda Sampaio |
| 45 — Othon Canedo Lopes | 91 — José Antônio Rogé Ferreira |
| 46 — Paulo de Santana | 92 — Rubens Paiva |
| | 93 — Paulo de Tarso Santos |
| | 94 — Moisés Lupion |
| | 95 — Milton Garcia Dutra |
| | 96 — Ney Ortiz Borges |
| | 97 — Paulo Mincaroni |
| | 98 — Armando Temperani Pereira |
| | 99 — Gilberto Mestrinho de Medeiros Rapôso |
| | 100 — José Anselmo dos Santos |

Rio de Janeiro, GB, 10 de abril de 1964.

ARTHUR DA COSTA E SILVA — General-de-Exército

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRUNEWALD — Vice-Almirante

FRANCISCO DE ASSIS CORREIA DE MELLO — Tenente-Brigadeiro

D. O. nº 68, de 10 Abr 64 — fls. 3217.

—:::—

ANEXO C – ATO INSTITUCIONAL Nº 2, DE 27 OUTUBRO DE 1965

ATO INSTITUCIONAL Nº 2

A NAÇÃO

A Revolução é um movimento que veio da inspiração do povo brasileiro para atender às suas aspirações mais legítimas: erradicar uma situação e um governo que afundavam o País na corrupção e na subversão.

No preâmbulo do Ato que iniciou a institucionalização do movimento de 31 de março de 1964 foi dito que o que houve e continuará a haver, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, mas também na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução. E frizou-se que:

a) ela se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação;

b) a Revolução investe-se, por isso, no exercício do Poder Constituinte, legitimando-se por si mesma;

c) edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória, pois graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representa o povo e em seu nome exerce o Poder Constituinte de que o povo é o único titular.

Não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará. Assim, o seu Poder Constituinte não se exauriu, tanto é êle próprio do processo revolucionário, que tem de ser dinâmico para atingir os seus objetivos. Acentuou-se, por isso, no esquema daqueles conceitos, traduzindo uma realidade incontestável de Direito Público, o poder institucionalizante de que a Revolução é dotada para fazer vingar os princípios em nome dos quais a Nação se levantou contra a situação anterior.

J.M. A autolimitação que a Revolução se impôs no Ato Institucional de 9 de abril de 1964 não significa, por-

-2-

tanto, que tendo poderes para limitar-se, se tenha negado a si mesma por essa limitação, ou se tenha despojado da carga de poder que lhe é inerente como movimento. Por isso se declarou, textualmente, que "os processos constitucionais não funcionaram para destituir o Governo que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País", mas se acrescentou, desde logo, que "destituído pela Revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo Governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País".

A Revolução está viva e não retrocede. Tem promovido reformas e vai continuar a empreendê-las, insistindo patrioticamente em seus propósitos de recuperação econômica, financeira, política e moral do Brasil. Para isto precisa de tranquilidade. Agitadores de vários matizes e elementos da situação eliminada teimam, entretanto, em se valer do fato de haver ela reduzido a curto tempo o seu período de indispensável restrição a certas garantias constitucionais, e já ameaçam e desafiam a própria ordem revolucionária, precisamente no momento em que esta, atenta aos problemas administrativos, procura colocar o povo na prática e na disciplina do exercício democrático. Democracia supõe liberdade, mas não exclui responsabilidade nem importa em licença para contrariar a própria vocação política da Nação. Não se pode desconstituir a Revolução, implantada para restabelecer a paz, promover o bem estar do povo e preservar a honra nacional.

Assim, o Presidente da República, na condição de Chefe do Governo Revolucionário e Comandante Supremo das Forças Armadas, coesas na manutenção dos ideais revolucionários,

Considerando que o País precisa de tranquilidade para o trabalho em prol do seu desenvolvimento econômico e do bem-estar do Povo, e que não pode haver paz sem su-

j.m.

-3-

toridade, que é também condição essencial da ordem;

Considerando que o Poder Constituinte da Revolução lhe é intrínseco, não apenas para institucionalizá-la, mas para assegurar a continuidade da obra a que se propôs,

Resolve editar o seguinte:

ATO INSTITUCIONAL Nº 2

Art. 1º A Constituição de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas emendas são mantidas com as modificações constantes deste Ato.

Art. 2º A Constituição poderá ser emendada por iniciativa:

- I - dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
- II - do Presidente da República;
- III - das Assembleias Legislativas dos Estados.

§ 1º Considerar-se-á proposta a emenda se for apresentada pela quarta parte, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, por mensagem do Presidente da República, ou por mais da metade das Assembleias Legislativas dos Estados, manifestando-se cada uma delas pela maioria dos seus membros.

§ 2º Dar-se-á por aceita a emenda que for aprovada em dois turnos, na mesma sessão legislativa, por maioria absoluta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

§ 3º Aprovada numa, a emenda será logo enviada à outra Câmara, para sua deliberação.

Art. 3º Cabe à Câmara dos Deputados e ao Presidente da República a iniciativa dos projetos de lei sobre matéria financeira.

Art. 4º Ressalvada a competência da Câmara dos Deputados e do Senado e dos Tribunais Federais, no que

g.m.

- 4 -

concerne aos respectivos serviços administrativos, compete exclusivamente ao Presidente da República a iniciativa das leis que criem cargos, funções ou empregos públicos, aumentem vencimentos ou a despesa pública e disponham sobre a fixação das Forças Armadas.

Parágrafo único. Aos projetos oriundos dessa competência exclusiva do Presidente da República não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista.

Art. 5º A discussão dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República começará na Câmara dos Deputados e sua votação deve estar concluída dentro de 45 dias, e contar do seu recebimento.

§ 1º - Findo esse prazo sem deliberação, o projeto passará ao Senado com a redação originária e a revisão será discutida e votada num só turno, e deverá ser concluída no Senado Federal dentro de 45 dias. Esgotado o prazo sem deliberação, considerar-se-á aprovado o texto como proveio da Câmara dos Deputados.

§ 2º - A apreciação das emendas do Senado Federal pela Câmara dos Deputados se processará no prazo de dez dias, decorrido o qual serão tidas como aprovadas.

§ 3º - O Presidente da República, se julgar urgente a medida, poderá solicitar que a apreciação do projeto se faça em 30 dias, em sessão conjunta do Congresso Nacional, na forma prevista neste artigo.

§ 4º - Se julgar, por outro lado, que o projeto, não sendo urgente, merece maior debate pela extensão do seu texto, solicitará que a sua apreciação se faça em prazo maior, para as duas casas do Congresso.

Art. 6º Os artigos 94, 98, 103 e 105 da Constituição passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 94. O Poder Judiciário é exercido pelos seguintes órgãos:

- I - Supremo Tribunal Federal;
- II - Tribunal Federal de Recursos e juizes federais;

J.M.

-5-

- III - Tribunais e juizes militares;
- IV - Tribunais e juizes eleitorais;
- V - Tribunais e juizes do trabalho."

" Art. 98. O Supremo Tribunal Federal, com sede na Capital da República e jurisdicção em todo o território nacional, compor-se-á de dezesseis ministros.

Parágrafo único - O Tribunal funcionará em plenário e dividido em três turmas de cinco ministros cada uma."

"Art. 103. O Tribunal Federal de Recursos, com sede na Capital Federal, compor-se-á de treze juizes nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, oito entre magistrados e cinco entre advogados e membros do Ministério Público, todos com os requisitos do artigo 99.

Parágrafo único - O Tribunal poderá dividir-se em câmaras ou turmas."

" Art. 105. Os juizes federais serão nomeados pelo Presidente da República dentre cinco cidadãos indicados na forma da lei pelo Supremo Tribunal Federal.

§ 1º Cada Estado ou Território e bem assim o Distrito Federal constituirão de per si uma seção judicial, que terá por sede a capital respectiva.

§ 2º A lei fixará o número de juizes de cada seção bem como regulará o provimento dos cargos de juizes substitutos, serventuários e funcionários da Justiça.

§ 3º Aos juizes federais compete processar e julgar em primeira instância:

- a) as causas em que a União ou entidade autárquica federal fôr interessada como

Jm.

-6-

autora, ré, assistente ou oponente, exceto as de falência e acidentes de trabalho;

b) as causas entre Estados estrangeiros e pessoas domiciliadas no Brasil;

c) as causas fundadas em tratado ou em contrato da União com Estado estrangeiro ou com organismo internacional;

d) as questões de direito marítimo e de navegação, inclusive a aérea;

e) os crimes políticos e os praticados em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas, ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

f) os crimes que constituem objeto de tratado ou de convenção internacional e os praticados a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;

g) os crimes contra a organização do trabalho e o exercício do direito de greve;

h) os habeas-corpus em matéria criminal de sua competência ou quando a coação provier de autoridade federal não subordinada a órgão superior da Justiça da União;

i) os mandados de segurança contra ato de autoridade federal, excetuados os casos do art. 101, I, i, e do art. 104, I, b."

Art. 7º O Superior Tribunal Militar compor-se-á de quinze juízes vitalícios, com a denominação de Ministros, nomeados pelo Presidente da República, dos quais quatro escolhidos dentre os generais efetivos do Exército, três dentre os oficiais generais efetivos da Armada, três dentre os oficiais generais efetivos da Aeronáutica e cinco civis.

gm

„Parágrafo único. As vagas de ministros togados

-7-

serão preenchidas por brasileiros natos, maiores de 35 anos de idade, da forma seguinte:

- I - três por cidadãos de notório saber jurídico e reputação ilibada, com prática forense de mais de dez anos, da livre escolha do Presidente da República;
- II - duas por auditores e Procurador Geral da Justiça Militar.

Art. 8º O parágrafo 1º do artigo 108 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

" Parágrafo 1º Esse fôro especial poderá entender-se aos civis, nos casos expressos em lei para repressão de crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares."

§ 1º Competem à Justiça Militar, na forma da legislação processual, o processo e julgamento dos crimes previstos na Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953.

§ 2º A competência da Justiça Militar nos crimes referidos no parágrafo anterior, com as penas aos mesmos atribuídas, prevalecerá sobre qualquer outra estabelecida em leis ordinárias, ainda que tais crimes tenham igual definição nestas leis.

§ 3º Compete originariamente ao Superior Tribunal Militar processar e julgar os Governadores de Estado e seus Secretários, nos crimes referidos no parágrafo primeiro, e aos Conselhos de Justiça nos demais casos.

Art. 9º A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão pública e votação nominal.

§ 1º Os Partidos inscreverão os candidatos até 5 dias antes do pleito e, em caso de morte ou impedimento insuperável de qualquer deles, poderão substituí-los até 24 h

gm

-8-

res antes da eleição.

§ 2º Se não for obtido o quorum na primeira votação, repetir-se-ão os escrutínios até que seja atingido, e eliminando-se, sucessivamente, do rol dos candidatos, o que obtiver menor número de votos.

§ 3º Limitados a dois os candidatos, a eleição se dará mesmo por maioria simples.

Art. 10. Os vereadores não perceberão remuneração, seja a que título fôr.

Art. 11. Os deputados às Assembléias Legislativas não podem perceber, a qualquer título, remuneração superior a dois terços da que percebem os Deputados Federais.

Art. 12. A última alínea do parágrafo 5º do artigo 141 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

" Não será, porém, tolerada propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de raça ou de classe."

Art. 13. O Presidente da República poderá decretar o estado de sítio ou prorrogá-lo pelo prazo máximo de cento e oitenta dias, para prevenir ou reprimir a subversão da ordem interna.

Parágrafo único. O ato que decretar o estado de sítio estabelecerá as normas a que deverá obedecer a sua execução e indicará as garantias constitucionais que continuarão em vigor.

Art. 14. Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por tempo certo.

Parágrafo único. Ouvido o Conselho de Segurança Nacional, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos, renovados ou dispensados, ou, ainda, com os vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva

g.m.

-9-

ou reformados, desde que demonstrem incompatibilidade com os objetivos da Revolução.

Art. 15. No interesse de preservar e consolidar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais.

Parágrafo único - Aos membros dos legislativos federal, estaduais e municipais que tiverem seus mandatos cassados não serão dados substitutos, determinando-se o quorum parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos.

Art. 16. A suspensão de direitos políticos, com base neste Ato e no art. 10 e seu parágrafo único do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, além do disposto no art. 337 do Código Eleitoral e no art. 6º da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, acarreta simultaneamente:

I - a cessação de privilégio de fôro por prerrogativa de função;

II - a suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;

III - a proibição de atividade ou manifestação sobre assunto de natureza política;

IV - a aplicação, quando necessária à preservação da ordem política e social, das seguintes medidas de segurança:

- a) liberdade vigiada;
- b) proibição de frequentar determinados lugares;
- c) domicílio determinado.

Art. 17. Além dos casos previstos na Constituição Federal, o Presidente da República poderá decretar e fazer cumprir a intervenção federal nos Estados, por prazo de

j.m.

-9-

ou reformados, desde que demonstrem incompatibilidade com os objetivos da Revolução.

Art. 15. No interesse de preservar e consolidar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de qualquer cidadãos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais.

Parágrafo único - Aos membros dos legislativos federal, estaduais e municipais que tiverem seus mandatos cassados não serão dados substitutos, determinando-se o quorum parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos.

Art. 16. A suspensão de direitos políticos, com base neste Ato e no art. 10 e seu parágrafo único do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, além do disposto no art. 337 do Código Eleitoral e no art. 6º da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, acarreta simultaneamente:

I - a cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;

II - a suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;

III - a proibição de atividade ou manifestação sobre assunto de natureza política;

IV - a aplicação, quando necessária à preservação da ordem política e social, das seguintes medidas de segurança:

- a) liberdade vigiada;
- b) proibição de frequentar determinados lugares;
- c) domicílio determinado.

Art. 17. Além dos casos previstos na Constituição Federal, o Presidente da República poderá decretar e fazer cumprir a intervenção federal nos Estados, por prazo de-

j.m.

-11-

Art. 23. Constitui crime de responsabilidade contra a probidade na administração a aplicação irregular, pelos Prefeitos, da cota do Imposto de Renda atribuída aos municípios pela União, cabendo a iniciativa da ação penal ao Ministério Público ou a um terço dos membros da Câmara Municipal.

Art. 24. O julgamento nos processos instaurados segundo a Lei nº 2083, de 12 de novembro de 1953, compete ao juiz de direito que houver dirigido a instrução do processo.

Parágrafo único - A prescrição da ação penal relativa aos delitos constantes dessa lei ocorrerá dois anos após a data da publicação incriminada, e a da condenação no dobro do prazo em que fôr fixada.

Art. 25. Fica estabelecido, a partir desta data, o princípio da paridade na remuneração dos servidores dos três Poderes da República, não admitida, de forma alguma, a correção monetária como privilégio de qualquer grupo ou categoria.

Art. 26. A primeira eleição para Presidente e Vice-Presidente da República será realizada em data a ser fixada pelo Presidente da República e comunicada ao Congresso Nacional, a qual não poderá ultrapassar o dia 3 de outubro de 1966.

Parágrafo único. Para essa eleição o atual Presidente da República é inelegível.

Art. 27. Ficam sem objeto os projetos de emendas e de lei enviados ao Congresso Nacional que envolvam matéria disciplinada, no todo ou em parte, pelo presente Ato.

Art. 28. Os atuais vereadores podem continuar a perceber remuneração até o fim do mandato, em quantia, porém, nunca superior à metade da que percebem os deputados do Estado respectivo.

Art. 29. Incorpora-se definitivamente à Constituição Federal o disposto nos artigos 2 a 12 do presente Ato.

Art. 30. O Presidente da República poderá baixar atos complementares do presente, bem como decretos-leis gô

JM

bre matéria de segurança nacional.

Art. 31. A decretação do recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores pode ser objeto de ato complementar do Presidente da República, em estado de sítio ou fora d'êle.

Parágrafo único. Decretado o recesso parlamentar o Poder Executivo correspondente fica autorizado a legislar mediante decretos-leis, em tôdas as matérias previstas na Constituição e na lei orgânica.

Art. 32. As normas dos artigos 3º, 4º, 5º e 25 d'êste Ato são extensivas aos Estados da Federação.

Parágrafo único. Para os fins d'êste artigo as Assembleias emendarão as respectivas Constituições, no prazo de sessente dias, findo o qual aquelas normas passarão, no que couber, a vigorar automaticamente nos Estados.

Art. 33. O presente Ato Institucional vigora desde a sua publicação até 15 de março de 1967, revogadas as disposições constitucionais ou legais em contrário.

Brasília, 27 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. Castelo Branco
Juney de Aguiar
Paulo Arrais
Guilherme de Albuquerque
Luiz de Figueiredo
Brig. Baumgartner

ANEXO D – ATO INSTITUCIONAL Nº 5

ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL, ouvido o Conselho de Segu
rança Nacional, e

CONSIDERANDO que a Revolução Brasileir
ra de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com
os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que
visavam a dar ao país um regime que, atendendo às exigências
de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica or-
dem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignida-
de da pessoa humana, no combate a subversão e às ideologias
contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a cor-
rupção, buscando, deste modo, " os meios indispensáveis à obra
de reconstrução econômica, financeira política e moral do Bras
sil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato,
os graves e urgentes problemas de que dependem a restauração
da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pá-
tria" (Prefácio do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril
de 1964);

J. G. de
72

-2-

CONSIDERANDO que o Governo da República responsável pela execução daqueles objetivos e pela ordem e segurança internas, não só não pode permitir que pessoas ou grupos anti-revolucionários contra ela trabalhem, tramem ou ajam, sob pena de estar faltando a compromissos que assumiu com o povo brasileiro, bem como porque o Poder Revolucionário, ao editar o Ato Institucional nº 2, afirmou, categoricamente, que "não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará" e, portanto, o processo revolucionário em desenvolvimento não pode ser detido;

CONSIDERANDO que esse mesmo Poder Revolucionário, exercido pelo Presidente da República, ao convocar o Congresso Nacional para discutir, votar e promulgar a nova Constituição, estabeleceu que esta, além de representar "a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução", deveria "assegurar a continuidade da obra revolucionária" (Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966);

CONSIDERANDO, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la;

CONSIDERANDO que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os

J. G. S.

-3-

ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranqüilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do país comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária;

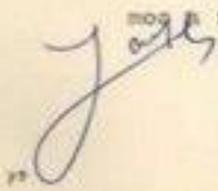
CONSIDERANDO que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo, a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição,

Resolve editar o seguinte

ATO INSTITUCIONAL;

Art. 1º - São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais, com as modificações constantes deste Ato Institucional.

Art. 2º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora d'ele, só voltando os membros a funcionar quando convocados pelo Presidente da República.



-4-

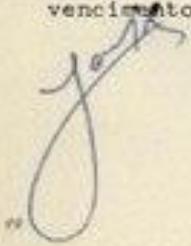
§ 1º - Decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente fica autorizado a legislar em tôdas as matérias e exercer as atribuições previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica dos Municípios.

§ 2º - Durante o período de recesso, os Senadores, os Deputados federais, estaduais e os vereadores só perceberão a parte fixa de seus subsídios.

§ 3º - Em caso de recesso da Câmara Municipal, a fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios que não possuam Tribunal de Contas, será exercida pelo do respectivo Estado, estendendo sua ação às funções de auditoria, julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

Art. 3º - O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição.

Parágrafo Único - Os interventores nos Estados e Municípios serão nomeados pelo Presidente da República e exercerão tôdas as funções e atribuições que caibam, respectivamente, aos Governadores ou Prefeitos, e gozarão das prerrogativas, vencimentos e vantagens fixados em lei.



-5-

Art. 49 - No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.

Parágrafo Único - Aos Membros dos Legislativos federal, estaduais e municipais, que tiverem seus mandatos cassados, não serão dados substitutos, determinando-se o quorum parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos.

Art. 59 - A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em:

I - cessação de privilégio de fôro por prerrogativa de função;

II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;

III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;

IV - aplicação, quando necessária das seguintes medidas de segurança;

J. G. J.

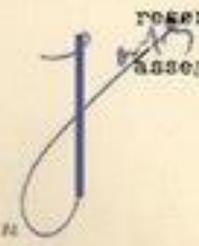
- 6-
- a) - liberdade vigiada;
 - b) - proibição de freqüentar determina
dos lugares;
 - c) - domicílio determinado.

§ 1º - O ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados.

§ 2º - As medidas de segurança de que trata o item IV d'este artigo, serão aplicadas pelo Ministro de Estado da Justiça, defesa a apreciação de seu ato pelo Poder Judiciário.

Art. 6º - Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo.

§ 1º - O Presidente da República poderá, mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo, assim como empregados de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares, assegurados, quando fôr o caso, os vencimentos e vantagens pro-



porcionais ao tempo de serviço.

§ 2º - O disposto neste artigo e seu parágrafo 1º, aplica-se também, nos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.

Art. 7º - O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio e prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo.

Art. 8º - O Presidente da República poderá, após investigação decretar o confisco de bens de todos quantos tenham enriquecido, ilícitamente, no exercício de cargo ou função pública, inclusive de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Parágrafo Único - Provada a legitimidade da aquisição dos bens, far-se-á sua restituição.

Art. 9º - O Presidente da República poderá baixar Atos Complementares para a execução deste Ato Institucional, bem como adotar, se necessário à defesa da República, as medidas previstas nas alíneas "d" e "e", do parágrafo 2º do artigo 152 da Constituição.

-8-

Art. 10 - Fica suspensa a garantia de habeas corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

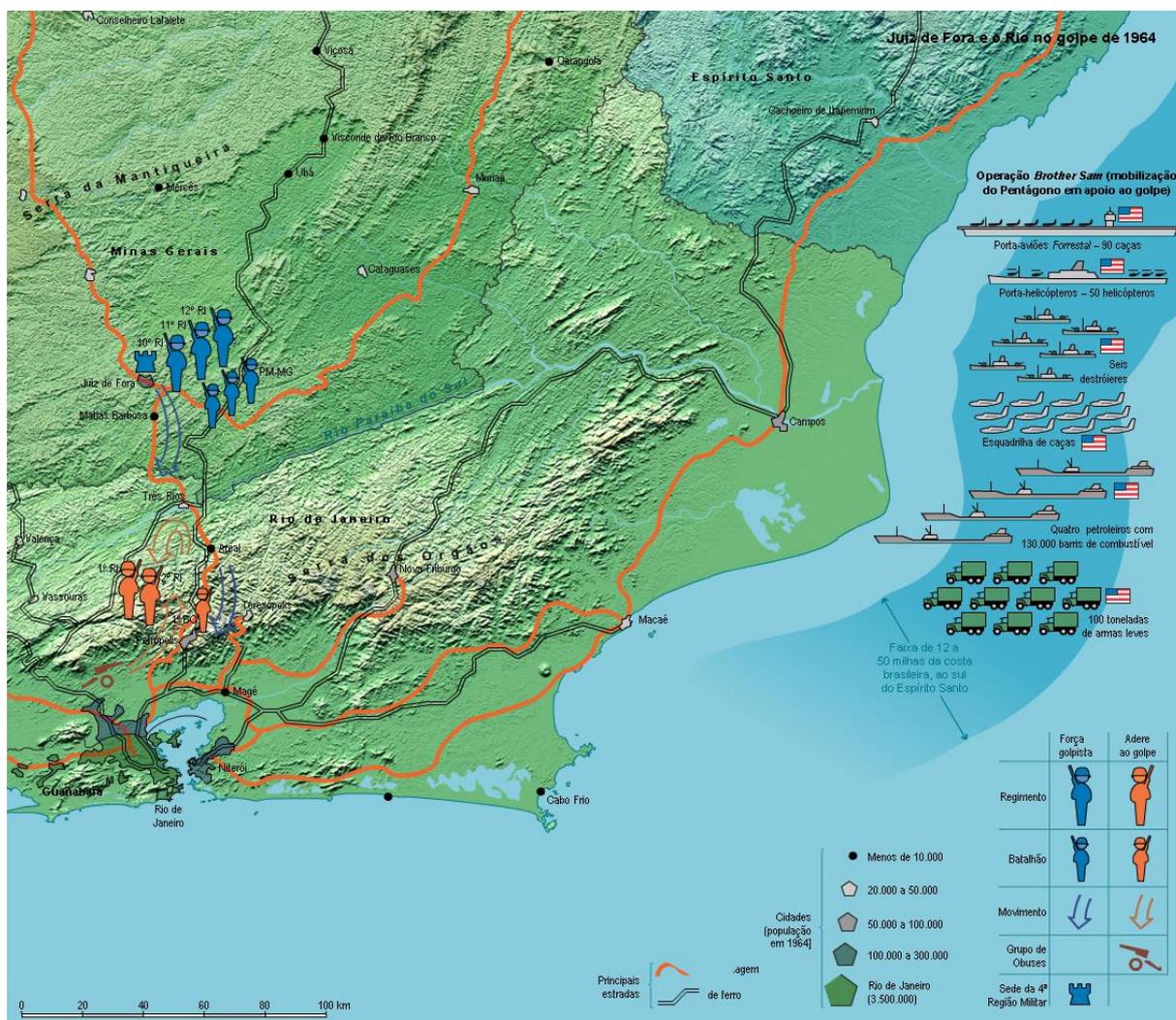
Art. 11 - Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

Art. 12 - O presente Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, DF, 13 de dezembro de 1968;
1479 da Independência e 809 da República.

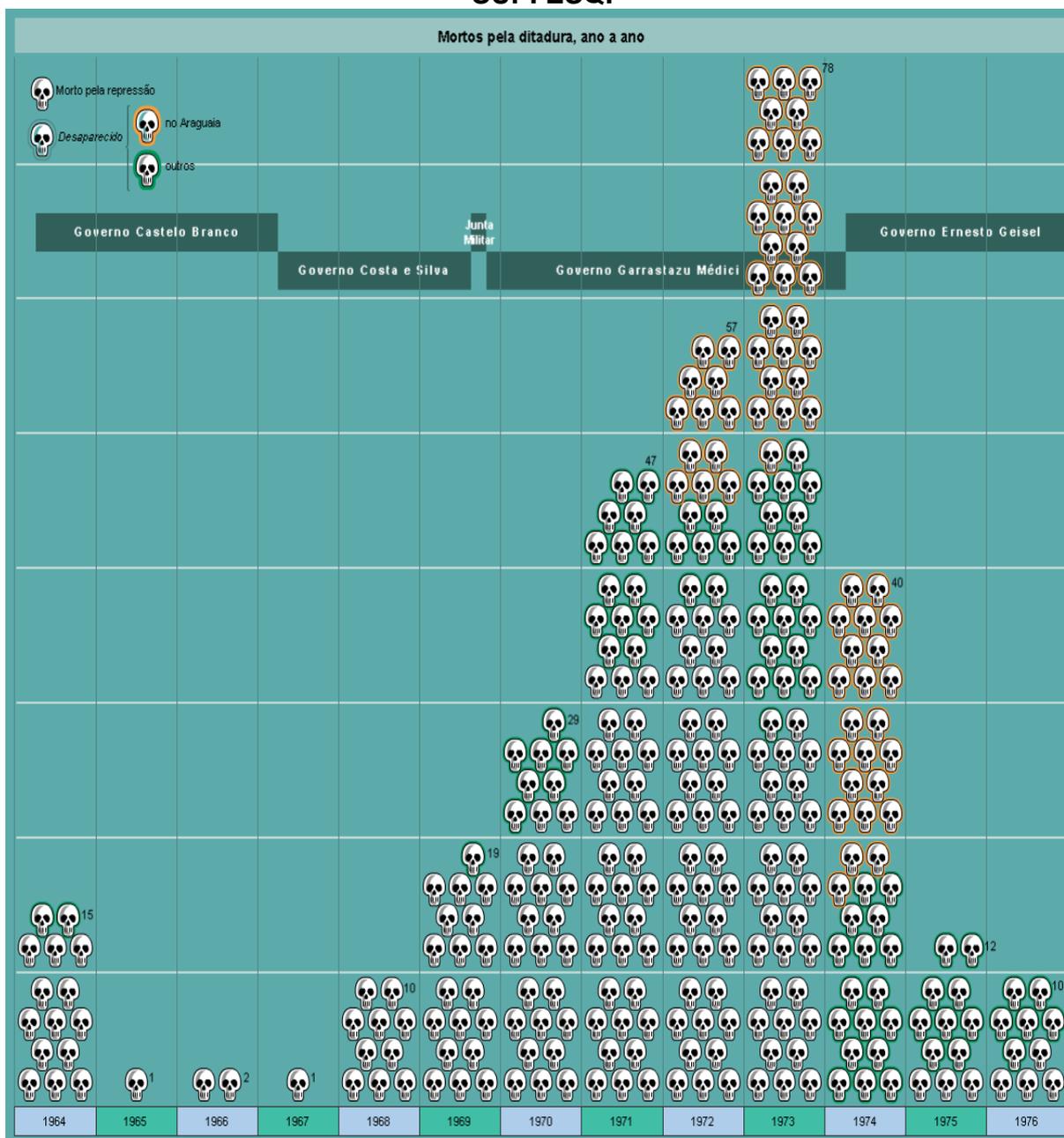
Mutacáilva
Leni Antônia da Paiva
 .. *Augusto Hermano de Almeida*
A. de Aguiar Tavares
José de Magalhães
M. de U.
A. L. F. de Souza
F. de U.

ANEXO E- MAPA MOSTRANDO AS FORÇAS MILITARES NACIONAIS E O APOIO BÉLICO DOS AMERICANOS, POR OCASIÃO DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 31 DE MARÇO DE 1964.



Fonte: FGV-CPDOC - Atlas Histórico do Brasil In: <https://atlas.fgv.br/marcos/revolucao-de-1964/mapas/juiz-de-fora-e-o-rio-no-golpe-de-1964>. Acesso em 15 set. 2023.

ANEXO F – MORTOS PELA DITADURA MILITAR, ANO A ANO (1964 A 1976), PERÍODO ENGLOBA OS GOVERNOS DE: CASTELO BRANCO, COSTA E SILVA GARRASTAZU MÉDICI E ERNESTO GEISEL – MAPA MOSTRA OS MORTOS: PELA REPRESSÃO; NA GUERRILHA DO ARAGUAIA; DESAPARECIDOS E OUTROS CASOS, CONFORME LEGENDA NO CANTO SUP. ESQ.



Fonte: FGV-CPDOC - Atlas Histórico do Brasil In: [https://atlas.fgv.br/marcos/revolucao-de-1964/Mortos pela ditadura militar, ano a ano \(1964 a 1976\)](https://atlas.fgv.br/marcos/revolucao-de-1964/Mortos%20pela%20ditadura%20militar,%20ano%20a%20ano%20(1964%20a%201976)). Acesso em 15 set. 2023.